

FEVEREIRO 2010

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socioeconómico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Públicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Básicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila, Expansão e o País .

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redacção Helga Silveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain Gelson Gaspar, José Tiago e Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

| | |
|---|----|
| 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA | 1 |
| 1.1 Neste mato há mais cachorro | 1 |
| 1.2 Desemprego desce em Angola | 1 |
| 1.3 BM prevê crescimento de 7,5 Por cento para Angola | 2 |
| 1.4 Modernização da Segurança Social impende fraudes | 2 |
| 1.5 As consequências das políticas de exclusão social | 3 |
| 1.6 Portugal e Brasil são os maiores mercados de transferência de dinheiro | 5 |
| 1.7 Salários mantêm-se baixos | 6 |
| 1.8 A Luanda onde a Governação não chega | 6 |
| 1.9 Governo ultrapassa meta estabelecida para a criação de posto de trabalho | 9 |
| 1.10 Mais de 300 mil novos postos de trabalho | 10 |
| 1.11 Casas destruídas não indemnizadas | 11 |
| 1.12 Líder do MPLA defende uma estratégia para travar elevado custo de vida no país | 11 |
| 1.13 Como avaliar os níveis de pobreza num país “ Tabulação empírica “ | 12 |
| | |
| 2 MICROFINANÇAS | 13 |
| 2.1 Agricultores beneficiam de crédito | 13 |
| 2.2 350 milhões USD para crédito agrícola | 13 |
| 2.3 Mulheres Rurais recebem micro créditos | 13 |
| 2.4 Crédito agrícola com mais de 200 milhões de dólares em 2010 | 14 |
| 2.5 Micro-Crédito cria empreendedores em Angola | 14 |
| 2.6 Sobe | 16 |
| 2.7 BAI Micro-Finanças começou a financiar camponeses | 16 |
| | |
| 3 MERCADO INFORMAL | 18 |
| 3.1 As zungueiras do nosso contentamento | 18 |
| 3.2 Estrangeiros invadem o mercado de Massambi | 19 |
| 3.3 Mercado paralelo domina venda de livros | 19 |
| 3.4 Livros escolares estão caros no mercado | 20 |
| 3.5 Crianças fora do sistema de Ensino vendem combustível nas ruas | 20 |
| 3.6 Falta de material escolar no mercado oficial favorece esquemas de venda na candonga | 21 |
| 3.7 “ Mkumpapatas “ facilitam o transporte no Bie | 22 |
| 3.8 Taxistas duplicam preço das rotas | 23 |
| 3.9 Tribunal condena taxista | 24 |
| 3.10 Administração do município quer comércio organizado | 24 |
| | |
| 4 OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARENCIA | 25 |
| 4.1 A Lei dos Salários foi votada para uma Nova Angola. | 25 |
| 4.2 AN aprova documentos e discute orçamento para 2010 | 26 |
| | |
| 5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA | 27 |
| 5.1 Ausência dos serviços sociais preocupa comunidade | 27 |
| 5.2 Como Interpretar os Planos Directores Municipais | 28 |
| 5.3 Luanda perdeu assento no Conselho de Ministro | 28 |
| 5.4 Como Interpretar os Planos Directores Municipais | 29 |
| 5.5 Lei – Quadro sobre Administração Local analisada em Conselho de Ministro | 30 |
| 5.6 Polícia insiste estranhamente no « confiscou » de jornais privados | 30 |
| 5.7 Guerra total contra a Imprensa Privada | 31 |
| 5.8 Edifício da direcção da agricultura preste a desabar | 32 |

| | |
|---|----|
| 6 URBANISMO E HABITAÇÃO | 33 |
| 6.1 O grupo Prando Valladares anuncia novos investimentos na área habitacional | 33 |
| 6.2 Autoconstrução dirigida já tem material | 34 |
| 6.3 Construção de Casas e escolas lançada na zona das pedreiras | 34 |
| 6.4 Segunda fase do Projecto Nova Vida arranca este mês | 35 |
| 6.5 Habitação e escritórios lideram preços na capital | 35 |
| 6.6 Urbanismo e Desenvolvimento debatidos na cidade de Malange | 36 |
| 6.7 A miséria das Tendas | 36 |
| 6.8 Moradores dos Mulevos passam por piores momentos | 38 |
| 6.9 Plano Directores dão credibilidade aos projectos | 39 |
| 6.10 EFES e BPC assinam acordo | 39 |
| 6.11 Estão abertas as inscrições de acesso às casas da juventude | 40 |
| 6.12 Executivo reajusta programa de urbanismo | 40 |
| 6.13 Triste a vida do habitante dos muceques | 41 |
| 6.14 Ravinas ameaçam engolir bairros em Cacucaco | 42 |
| 6.15 Dicas para a resolução dos engarrafamentos em Luanda | 43 |
| 6.16 Moradores da Comuna do Kifica entregues á sua sorte | 43 |
| 6.17 Odebrecht investe USD 90 milhões em condomínio | 44 |
| 6.18 Moradores da Comuna do Kifica entregues á sua sorte | 46 |
| 6.19 Lubango conta com fábrica de casas pré-fabricadas | 46 |
| 6.20 Banca age só com garantia | 48 |
| 6.21 Intermediação | 48 |
| 6.21 Construção de um milhão de casas deixa balança desequilibrada | 49 |
| 6.22 Um desafio até 2012 | 49 |
| 6.23 A desterritorialização do município do Cuhci no tempo e no espaço | 50 |
| 6.24 Casas destruídas não indemnizadas | 51 |
| 7 TERRA | 52 |
| 7.1 Soba do Quilometro 30 é acusado de vender terrenos | 52 |
| 7.2 Instituto Agrário de Malange forma os primeiros técnicos | 52 |
| 7.3 Quadro Jurídico organizado para apoiar a auto construção | 53 |
| 7.4 Lotes de terrenos prontos para construir | 53 |
| 7.5 Reservas fundiárias já foram aprovadas | 54 |
| 7.6 Da festa do CAN aos dissabores da demolições | 54 |
| 7.7 Membros do Conselho de Urbanismo Europeu recomenda atenção á especificidade territorial | 54 |
| 7.8 distribui centenas de talhões para a autoconstrução | 55 |
| 7.9 Preparados hectares de terra para construção de moradias | 55 |
| 7.10 Casas para Jovens são inauguradas este ano | 55 |
| 7.11 Deputados querem melhores condições nos novos bairros sociais do Lubango | 56 |
| 8 SERVIÇOS BÁSICOS | 57 |
| 8.1“ Água para todos abrange municípios “ | 57 |
| 8.2 Limpeza de Luanda custa 13 milhões de dólares mês | 57 |
| 8.3 Mais as ruas continuam sujas | 58 |
| 8.4 Proprietário perde o terreno | 58 |
| 8.5 Queremos água potável e ruas asfaltadas | 59 |
| 8.6 A ginástica do governo na gestão do projecto de Água de Benguela | 60 |
| 8.7 EPAL negam inscrições anárquicas | 61 |
| 8.8 Água nas torneiras de Kunhinga e rede de energia está melhorar | 61 |
| 8.9 Governador visita obras de reabilitação das centrais de captação de água potável | 63 |
| 8.10 Avenida 21 de Janeiro recebe rede de esgotos | 64 |
| 8.11 Água para todos no Alto-Chicapa | 64 |
| 8.12 Falsos trabalhadores da EPAL extorquem dinheiro | 64 |
| 8.13 Falta de Contentores preocupa cidadãos | 65 |
| 7.14 Problemas de água e luz irrita moradores | 65 |

| | |
|---|----|
| 8.15 Produtores querem preços ao sabor do mercado | 66 |
| 8.16 Água a conta - gotas no Kicolo | 67 |
| 8.17 Água e energia são a mais alta prioridade | 67 |
| 8.18 “Água para todos “ chega á comuna do Ninda | 69 |
| 8.19 Às escuras há... 28 anos | 69 |
| 8.20 Sistemas de distribuição de águas impressionam governantes sul-africanos | 70 |
| | |
| 9 AMBIENTE | 72 |
| 9.1 Angola responde aos desafios sobre alterações climáticas | 72 |
| 9.2 Fábrica de bio-combustíveis abre no final do ano | 72 |
| 9.3 Ferro de engomar prova “ estamos sempre a subir e a descer “ | 73 |
| 9.4 Chuvas Desalojam famílias no Moxico | 73 |
| 9.5 Chuvas desabriga famílias | 74 |
| 9.6 Chuva : O alerta para garantir Protecção | 74 |
| 9.7 Serviço de Protecção prevê aumento de calemas | 75 |

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Neste mato há mais cachorro

Semanário a Capital

6 de Fevereiro de 2010

A movimentação de tão astronómicas verbas das contas de um Estado não é uma tarefa para um qualquer pilha-galinha, partindo de um princípio que a mesma exige o máximo de rigor e know-how para movimentá-la.

O grande receio com a onda de detenções é que tal tende a desviar a atenção dos mais atentos, na perspectiva de salvaguardar o interesse de certos sectores e o «bom nome» de algumas figuras ou pesos pesados, que poderão ter as suas impressões digitais em todo este esquema.

Nesses casos – e o mundo está grávido de exemplos do género –, a corda acaba sempre por rebentar pelo lado mais fraco. Nisso, o que acontece é «sacrificar» a arraia-miúda, tentando encontrar bodes expiatórios, enquanto gente de «colarinho branco» passeia-se impunemente, como se nada tivesse acontecido.

Na onda de detenções, no âmbito do desvio de dinheiro com origem no Banco Nacional de Angola, e com tentáculos no Ministério das Finanças, há o registo de gente miúda, funcionários intermédio, quando a investigação dá conta da presença de elementos graúdos, quadros seniores do BNA, do MINFIN e, quiçá, altas patentes militares e policiais, cujos rostos e nomes são escamoteados.

É que quando o assunto veio à tona, houve a revelação de que alguns dignitários teriam também colocado as mãos, ainda que invisíveis, em tal esquema que delapidou em muitos milhões as contas do Estado.

Aliás, na abertura dessas hostilidades contra a rede que esvaziava com maior à-vontade os cofres do Estado apontaram-se nomes, qual deles com maior peso, mas que, num abrir e fechar de olhos, parecem ilibados de toda esta trama.

A sociedade que acompanha o processo exige que a investigação seja capaz de apresentar nomes e rostos de figuras de peso que, eventualmente, tenham tido participação neste processo, sob pena de a montanha acabar por parir um minúsculo ratinho.

É que no âmbito do postulado presidencial de «tolerância zero», esta é, pois, uma soberana oportunidade para que a Procuradoria Geral da República e outros órgãos afins sejam capazes de, mais do que arraia-miúda, trazer à luz do dia personalidades

que, casualmente, podem de uma ou doutra forma, directa ou indirectamente, facilitado o esquema.

Acredita-se, por isso, que neste mato haja mais cachorro – tomando de empréstimo uma expressão idiomática os nossos irmãos brasileiros, o que significa dizer que há muito mais gente envolvida nesta negociata do que o pessoal até agora detido.

Aliás, as nuances do desvio suportam esta tese: o dinheiro retirado do BNA era transferido para Portugal e só depois acabava em contas bancárias peliculares dos seus beneficiários em Angola. É algo que um rigoroso rastreio às contas bancárias pode ajudar esclarecer e chegar-se aos reais destinatários.

Cem milhões de dólares são sempre cem milhões. É, em toda a parte do mundo, muito dinheiro, que deve, por este facto, ser devolvido aos cofres do Estado e, por via disso, aos angolanos, por se tratar de um dinheiro que a todos pertence.

Mais do que apenas as pessoas até agora detidas, é conveniente fazer emergir quem mais, comportando-se como autênticas aves de rapina, alinharam também nesta catarse.

Mais do que olhar-se para nomes e posições de quem mais esteja envolvido, é de todo necessário que se dê algum respaldo, com grande rigor, é claro, ao tiro de largada dado pelo Presidente da República, visando um combate cerrado à corrupção que gangrena intramuros, sob pena de jogar na sarjeta um dos grandes desafios do Chefe de Estado.

Acreditamos, devotamente, que, por mais pilha-galinhas que sejam detidos, neste mato tem, de facto, muito mais cachorro e cada um com o seu pedigree.

1.2 Desemprego desce em Angola

Jornal de Angola

11 de Fevereiro de 2010

A taxa de desemprego atingiu 25,2 por cento em 2006, registando uma diminuição de quatro por cento relativamente a 2005, ano em que atingiu 29,2 por cento, de acordo com o capítulo referente ao Emprego e Segurança Social do Relatório do Estado angolano submetido ao Conselho de Direitos Humanos a 30 de Novembro de 2009 e que será revisto no próximo dia 12, em Genebra.

Esta redução da taxa de desemprego deveu-se à criação de postos de trabalho nos sectores de Construção, Pescas e Serviços não mercantis, assegurando desta forma o direito dos cidadãos ao trabalho, afirma o Relatório, ao qual o Jornal de Angola teve acesso durante a mesa redonda subordinado ao tema "O mecanismo de revisão periódica Universal das Nações Unidas (ONU)", realizada ontem pelo fórum de Mulheres Jornalistas

. No sector da Agricultura, Silvicultura e da Criação, o emprego foi fundamentalmente absorvido graças ao processo de reinstalação e reintegração económica e social dos deslocados, refugiados e ex militares, na ordem dos 72.230 novos empregos.

Quanto ao sector Petrolífero, foram criados, nesse mesmo ano, s I cerca de cinco por cento de empregos. Um crescimento motivado pelo aumento de actividades nas Indústria, e que resultou de investimentos efectuados ao longo dos s.1 anos precedentes. Por outro lado, no sector Diamantífero constatou-se que o surgimento de empresas resultantes da combinação entre capitais privados e públicos, como a Sociedade Mineira do Cataco, SDM, Luo, Projecto Mineiro Lunda Nordeste e Fondation Brillhante, contribuiu para o crescimento da actividade produtiva e, conseqüentemente, para o aumento de emprego.

Nas Indústrias de Transformação, o Relatório diz que os investimentos realizados permitiram a criação de 30.521 postos de trabalho, em 2007, o que somado com os anteriormente existentes resulta num total de 34.369 trabalhadores. Relevante, o grande crescimento na área da Construção Civil permitiu a criação de 30.521 novos empregos, ocupando, assim, 206.521 trabalhadores, o que representa um crescimento de 17 por cento, em 2006. Na Energia e Aguas os investimentos efectuados criaram 4.690 postos de trabalho. A ONU também vai analisar o sector das Telecomunicações, que criou 3.250 postos, através do funcionamento das operadoras móveis e de uma fixa; e o sector da Hotelaria e Turismo, que teve um volume de investimentos que gerou 2.277 empregos, correspondendo a um crescimento de 374 por cento.

Quanto à formação profissional, o Relatório considera que tem tido um papel preponderante na política do emprego. Desde 2003/04 registou-se um crescimento considerável das instituições, empresas e agentes autorizados a conduzir acções de formação e de reabilitação em 304 centros de formação profissional, entre públicos e privados. Em comparação com os anos anteriores, constatou-se um crescimento da ordem dos 12,2 por cento, em 2004, 5,5 por cento, em 2005, e oito por cento, em 2006.

1.3 BM prevê crescimento de 7,5 Por cento para Angola

Jornal Economia

12 á 19 de Fevereiro de 2010

A expectativa de crescimento do Banco Mundial é inferior quando comparada com a previsão adiantada pelo Governo que espera um crescimento do Produto Interno Bruto (PIE) de 8,6 por cento. A expectativa optimista do Governo baseia-se na forte expectativa de

crescimento do sector não petrolífero, com 10,5 por cento, enquanto o sector petrolífero deverá crescer 3,4 por cento.

Por outro lado, o estabelecimento de um preço médio de referência para as exportações do barril de petróleo fixado em 58 dólares por barril apresenta-se como uma perspectiva conservadora perante o

actual preço do crude no mercado internacional.

Salienta-se que a expectativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) adiantada, em Outubro de 2009, apontava para um crescimento de 9,5 por cento em 2010.

O BM, no seu relatório de Junho do ano passado, esperava um crescimento de 6,5 por cento, enquanto o Grupo BPI apontava para um crescimento de 06 por cento em 2010. Na prática, embora hajam ligeiras diferenças para mais ou para menos, as expectativas gerais da economia tendem a convergir para posições cada vez mais optimistas de crescimento do PIE angolano em 2010.

Em 2009, a maioria das instituições apontam para uma recessão da economia que consegue escapar e apesar dos estrangimentos induzidos pela fragilidade da conjuntura.

1.4 Modernização da Segurança Social impende fraudes

Jornal de Angola

17 de Fevereiro de 2010

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) na província do Huambo teve, nos últimos cinco anos, um desenvolvimento significativo em termos de infra-estruturas e de condições de trabalho para funcionários e utentes, disse, ao Jornal de Angola, a chefe daqueles serviços.

"Os serviços do INSS estão a chegar a todos os municípios para se poder controlar os pensionistas e os contribuintes", referiu.

A província tem 583 empresas contribuintes, das quais dependem 24.167 trabalhadores inscritos no INSS, "fruto da sensibilidade, responsabilidade e confiança no sistema que vêm sendo demonstradas pelos empregadores e do trabalho feito" pelo Instituto. Carolino Eliseu afirmou que a Segurança Social no Huambo controla 3.653 pensionistas e que, antes da entrada em funcionamento do sistema de atendimento, havia na província 4.180 com pensões canceladas.

"Foram canceladas as pensões dos que não fizeram prova de vida, mas a questão está a ser resolvida. No processamento do salário do mês a seguir o pensionista nestas condições recebe o dinheiro no banco com os respectivos retroactivos. O pensionista nunca sai a perder", disse.

A chefe do INSS no Huambo declarou que os

pensionistas estão satisfeitos com o novo sistema de atendimento "porque veio trazer grandes vantagens na solução do problema do pagamento das pensões" e que tem sido boa a adesão do sector privado, em termos de inscrição dos trabalhadores.

"Temos feito campanhas de sensibilização nas sedes municipais, mostrando às entidades empregadoras as vantagens que têm em aderir aos nossos serviços", disse.

Combate à fraude

"Os serviços do INSS estão interligados a nível nacional", declarou, ao Jornal de Angola, Carolina Eliseu, acrescentando que "o investimento feito visa combater as fraudes que antes se verificavam". "Com o novo sistema há maior controlo da prestação de serviços, o que evita, por exemplo, que um pensionista beneficie de dois subsídios", garantiu.

"Com a centralização do sistema, que faz recurso às novas tecnologias de informação e comunicação, e a consequente preparação do pessoal, a fraude na segurança social está praticamente ultrapassada", afirmou.

Importância da contribuição

A chefe dos serviços do INSS no Huambo lembrou que, além da segurança social de base, da obrigatória e da complementar, as mulheres beneficiam, após um ano de serviço, de subsídios de aleitamento e de maternidade.

Também "os dependentes dos beneficiários, em caso de falecimento prematuro do signatário, têm direito a subsídio de sobrevivência, de funeral e de morte".

Carolino Eliseu sublinhou que, com a modernização dos serviços, o pedido de reforma é feito, no centro de atendimento, em poucos minutos.

"Uma vez confirmado o processo, o solicitante tem à disposição um computador ligado à base de dados, que está conectado ao portal do Instituto Nacional de Segurança Social, que comporta todos os serviços ligados aos pensionistas e contribuintes", disse.

A província do Huambo, 35.771 quilómetros quadrados mais de dois milhões habitantes

O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança (MAPESS) aconselha aos gestores de negócios informais que se inscrevam no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Este Departamento do Governo tem chamado à atenção dos jovens sobre as vantagens de estarem inscritos no INSS, sugerindo-lhes que procurem o instituto para "garantirem uma velhice segura".

Apelo aos jovens

"O futuro dos jovens que preferem ganhar por dia (trabalho informal) está comprometido", frisou

Venceslau de Matos, do MAPESS, porque "não têm o cuidado de se inscreverem no INSS". A mesma fonte referiu que muitas empresas recebem jovens formados nos centros de formação profissional pavilhões de artes e ofícios, mas que estes "abandonam os empregos".

"Os "jovens recrutados por essas empresas ficam apenas duas ou três semanas e começam logo a exigir salários porque estão acostumados a levar mil ou dois mil kwanzas para casa todos os dias", afirmou, acrescentando:

"Mesmo com explicações de que o salário mensal equivale a mil kwanzas por dia, os jovens preferem voltar à actividade informal, pois querem ter dinheiro todos os dias", sublinhou.

Vanceslau de Matos lamentou que haja jovens que prefiram ser lavadores de carros ou vendedores ambulantes a trabalharem numa empresa, mas avisou-os que "são os pedintes do futuro por não estarem inscritos na segurança social".

As pessoas devem saber, prosseguiu, que a empresa onde se trabalha deve inscrever o funcionário no INSS enquanto os "trabalhadores contribuem com um pequena percentagem mensal, garantindo, deste modo, uma velhice segura".

O director provincial de Luanda do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social reconheceu ser "necessário muito trabalho de sensibilização com sociólogos e psicólogos para mudar a mentalidade destes jovens".

1.5 As consequências das políticas de exclusão social

Jornal Folha 8

20 de Fevereiro de 2010

É verdade que nos últimos tempos tem-se verificado algum movimento em direcção as zonas rurais com o objectivo de se implementar políticas de desenvolvimento. Mas, mesmo assim está muito aquém dos esforços que são empreendidos para a transformação das vilas e cidades o que configura razões para se estabelecer diferenças propícias para se clamar discriminação e exclusão social. Até hoje, as populações das zonas rurais, comparativamente as das zonas urbanas, continuam a levar uma vida precária, entregues a sua sorte, dependentes quase exclusivamente daquilo que o campo lhes dá ou das leis ditadas pela natureza, mergulhados na bruma triste e desesperante.

Sem grandes alternativas para a diversificação de seus produtos ou na falta de mercados para a troca de seus produtos com outros de que carecem, os populares são forçados a evadirem-se dos campos para as cidades. Se nas cidades as evidências de programas de desenvolvimento tecnológico e socioeconómico são

remarcáveis, proporcionados pela concentração de infra-estruturas administrativas, sociais e políticas que agilizam, nos campos as pessoas, por falta de intercâmbios de experiências, permanecem agrestes.

Logo, há aqueles que não se conformam, particularmente os jovens e se decidem partir para a aventura, atraídos por recados que recebem de outros já posicionados ou por informações que recolhem através de filmes, vídeos, revistas e outros meios de divulgação, sem contudo saberem o que lhes espera.

Contrariamente aquilo que sonham, esses emigrantes, ao invés da terra prometida, encontram o verdadeiro Babel, porque e não levam consigo os conhecimentos técnicos que lhes facilite a sua inserção e integração. Logo, as terras de acolhimento vão parecer hostis, desprovidas das estruturas indispensáveis para acolher e satisfazer a ânsia do "imigrante - deslocado". Estes dois estímulos contrários vão colidir no pensamento do indivíduo e, logo a partida provocam os choques cujos resultados, são a degradação moral e a consequente frustração, fornecendo os ingredientes para a ascensão de um delinquente. Este ciclo é invariável e as repercussões quase e sempre inalteráveis.

Em face disso, sobretudo os jovens n lançam-se para uma luta de sobrevivência, partindo do princípio n que, uma vez regressados às s aldeias tal qual saíram ou pior, serão catalogados como falhados. e O desemprego (a maioria) ou o sub-emprego (trabalhos precários: 1-vendedores de rua, roboteiros, e engraxadores, lavadores de carros, mendicidade nos mercados, vendedores de sacos de plástico, zungueiras) é o destino inevitável. Esses têm tendência de se concentrar em comunidades orgânicas regionalistas, promovendo os guetos com condição de vida extremas, porque entre pobres e miseráveis, ninguém pode ajudar ninguém. Não tendo a possibilidade de se reabilitar por não poderem ingressar as escolas ou encontrarem actividades que sejam ao mesmo tempo remunerativas e formativas, mergulham no banditismo.

O sonho de uma vida Melhor não se torna realidade.

Supostamente, a cidade surge então como um espaço de progresso e liberdade, uma miragem de oportunidades de todo o tipo, um lugar pleno de vida, saneamento e segurança. Mas, assegurar estes requisitos custa muito caro: policiamento ostensivo e meios de prestação de serviços a preços exorbitantes. Neste andar de coisas, os governantes esquecem-se que dinheiro não é a solução milagre de todos os males. Sabemos que, para se acabar com o uso de drogas, prostituição, degradação ambiental, desigualdades sociais, vandalismo; para se acabar com o crescimento desordenado, não basta aumentar o policiamento ou restaurar os imóveis, é preciso ajudar as pessoas a fazer

mudanças drásticas no comportamento, na maneira de pensar e agir. O melhor investimento é cuidar e educar o cidadão, não coagir ou reprimir, isto desde os tempos antes de Cristo.

Em Luanda, o aumento exponencial do número de meninos de rua, e os amontoados de gente que vive na mais viva promiscuidade nos musseques, é revelador da triste realidade de extrema pobreza e o estado de abandono em que estão votadas as zonas rurais. Esses meninos ou meninas, expostos os adversidades sociais, 70% vem do interior e se aglomera conforme vão chegando nos lugarejos dos primeiros patrícios (Benguelenses, bailundos, huilenses, Bienes, Malanginhos).

Outra grande faceta desta política exclusivista e elitista é que, a pobreza e o desespero, corroeram os vínculos familiares, promovendo o estatuto do cada um por si, 'se virem rapazes'. Esta realidade os empurra para a insubordinação total. A insegurança e instabilidade social tornam-se epidémicas. E como o Estado e Governo estão avisados das consequências das suas políticas, barricam-se, construindo fortalezas muito bem protegidas; criam estruturas comerciais e de assistência social exclusivistas (clínicas, farmácias); elevam

o custo de vida para afugentar os .", pobres; fazem deslocar o crime das suas áreas e periferias e tornam impenetráveis seus lugares de residência. Com estas medidas draconianas, os criminosos ficam confinados aos bairros e voltam a ter como prezas privilegiados outros pobres, por serem mais vulneráveis. Impõem nesses meios desprotegidos a lei do revolver ou da AKM, eliminando vidas e amputando o futuro de milhões de pessoas que são privadas de planificar o futuro imediato ou o longínquo com tranquilidade, porque estão sob pressão permanente do crime em sociedades onde o modo de vida, o meio ambiente, a possibilidade de movimento e deslocação são restritas e precárias. Ali "o tempo parou"; sem escolas ou com ensino a três pancadas; o caos social e o crime, são o rosto visível. Por norma, a concentração excessiva das populações nas nossas cidades é a causa das grandes carências em termos de energia, água tratável, alimentos, materiais

"e ar respirável, juntando-se a isso a deterioração ou inexistência de esgotos; estradas esburacadas; lixo como fortuna, mas que ninguém parece ser importar. o mais grave é que, estes aglomerados crescem de forma assustadora, tornando-se centros de delinquência, desânimo generalizado, piores do que nas favelas do Brasil. Há também um outro problema que entrava o desenvolvimento, trata-se dos engarrafamentos de trânsito que impedem consideravelmente o avanço dessas sociedades que precisam das estruturas elitistas para poderem se assemelhar aos assimilados.

O mesmo já não se pode dizer dos estrangeiros,

"africanos". Os estrangeiros também na qualidade de imigrantes, embora em condições de errantes, trazem as mentes mais estrutura das e as ambições mais precisas: lutar para no mais curto espaço de tempo ganhar dinheiro, enviar para ajudar irmãos nos estudos, posteriormente chamar a família, ou uma vez de volta construir castelo na aldeia. Usando a mesma procedura de concentração igual à dos deslocados, estes são muito mais solidários e tomam científico o espírito de interajuda.

Contrariamente aos nacionais, a maior parte vem lançada para o comércio. Rápido restabelecem as ligações com fornecedores de mercadorias noutros países de onde importam ou recebem empréstimos e em pouco tempo se instalam, crescem e se tornam auto-suficientes. Hoje têm o monopólio dos comércios de proximidade e vão se tomando elites de referência nos bairros, não só dos centros urbanos. Como Mamadou, Mamede, Abou, Kulibaly, e agora Obama, se assumem e com alguns truques são queridos por crianças, meninas e algumas tias a mistura que serpenteiam os butekos e cantinas, por vezes na conquista de uma gasosa ou um pacote de baunilha e quiçá na troca de algo sensualmente prestigioso. Se um dia eles ou seus filhos que serão cruzados, virem disputar o lugar de administradores locais, não se interroguem. Senegaleses, malianos, nigerianos congolenses, não só vão fazendo fortuna, como vão criando raízes graças a força do poder financeiro ou económico .

1.6 Portugal e Brasil são os maiores mercados de transferência de dinheiro

Semanário Independente

20 de Fevereiro de 2010

Já lá vai o tempo em que grande parte dos dólares manuseados pelos angolanos era oriunda do estrangeiro, não em forma de pagamento de qualquer serviço prestado mas, isto sim, enviados por um parente ou amigo próximo, para os mais variados fins. Por aquela altura, e fruto do regime político que vigorava, a posse de qualquer exemplar da moeda yankee constituía infracção às normas adoptadas, sem que isso signifique, de modo algum, desprimor para a história do nosso país que, aliás, deve ser assumida como uma fase vivida com os seus positivos e negativos, não constituindo motivo algum que envergonhe seja quem for.

Era frequente, por aquela altura, estamos a falar da década de oitenta, sobretudo, existirem problemas porque este ou aquele compatriota adquiriu qualquer bem usando “divisas”, era assim que se tratava o dólar.

Porém, fruto das mudanças políticas e sociais regista das não só a nível de Angola como até do mundo, a economia passou a configurar-se em sistema de mercado concorrencial, passando à normalidade a posse e uso de moeda estrangeira, na realização das mais variadas transacções.

Passou a ser normal a presença de kinguilas que fazem da venda do dólar no mercado informal o ganho pão e sustento dos petizes, e não só.

Com o andar da carruagem, e porque a dinâmica da vida assim determinou, a economia angolana foi conhecendo níveis de crescimento consideráveis, o que em parte reconfigurou a circulação da moeda estrangeira, que passou a ser no sentido de cá para o estrangeiro, pois, além de mais, aumentou o poder de compra do angolano, apesar de, lamentavelmente, a praça ser sempre o estrangeiro.

Significa isto que os serviços de transferência de valores passaram a ser melhor estruturados entre nós, apresentando-se mesmo como segmento bem definido, daí a recorrência e utilidade para a prossecução de pagamentos deste ou aquele serviço.

Nisto, entrou em campo, para além de outras opções oferecidas pelos bancos, a Western Union, que se afirma como líder neste negócio.

Operando através do Banco Millenium Angola, a empresa movimentou, durante o ano de 2009, cerca de 570 mil milhões de kwanzas em transferências internacionais de divisas, o que equivale a cerca de USD 5.700 milhões.

Em Angola, além da Western Union, que representa cerca de 60% de transferências enviadas e recebidas, operam outros agentes com credibilidade de efectuarem as transferências internacionais de divisas. São os casos da multinacional Money Gram Internacional, representada pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco Sol, bem como da agência portuguesa Real Transfer.

Com uma rede de 13 balcões no país e mais de 334 mil postos de venda de agentes em mais de 200 países e territórios, o Millenium e o Banco de Comércio de Indústria (BCI) são os únicos representantes em Angola da companhia inglesa de transferências internacionais.

Até Novembro último, a Western Union, através do Banco Millenium Angola, registou cerca de 570 mil milhões de kwanzas de transferências recebidas por clientes diversos e aproximadamente 1.260 mil milhões de kwanzas de transferências emitidas para diversas partes do mundo.

Deste número, cerca de metade das transferências processadas têm como principal destino Portugal e aproximadamente uma quarta parte são transferências internas.

Outra empresa que actua no mercado de transferência monetária é a Money Gram Internacional, que possui 31

balcões disponíveis em todo o país.

A Money Gram opera através do Banco de Poupança e Crédito (BPC). Durante o ano de 2009 observou cerca de 194 recebimentos, sendo originários da Alemanha (53), França (46), Portugal (38), Itália (34) e Reino Unido (23).

Apesar da grande popularidade no mercado de transferências mundial de divisas, surgiu apenas em Angola em finais de 2008, mas começa a conquistar espaço no mercado nacional.

Em 2007, a Money Gram Internacional aumentou em 25 % a sua rede de agentes em cobertura em Angola, através de mais bancos agentes, tornando os serviços de transferência de dinheiro ainda mais acessíveis e convenientes para os seus clientes. Relativamente às ordens de pagamento emitidas, cerca de metade delas têm Angola e Portugal como países de origem.

À larga distância surgem os Estados Unidos da América.

Por seu turno, a Real Transfer, até Novembro de 2009, registou cerca de 427,4 milhões de kwanzas recebidos de clientes para envio a Portugal e cerca 21,8 milhões emitidos para Angola, num total de 3.487 Transferências efectuadas e 27 operações realizadas.

A directora de Micro-Finanças de BPC, Isabel Miguel, disse que o maior de número de envio ocorreu nos meses de Julho a Dezembro de 2009, tendo se verificado uma diminuição nos meses de Agosto a Novembro, devido às restrições impostas pelo Banco Nacional de Angola (BNA), relativamente à venda de moeda estrangeira aos bancos comerciais.

Portugal lidera a lista de países com maior número de envios, com 1.189, seguindo-se o Brasil (821) vindo depois a Namíbia (609), seguindo-lhe os Emirados Árabes Unidos (376), os Estados Unidos da América (319) e a China (227).

1.7 Salários mantêm-se baixos

Semanário Angolense

20 de Fevereiro de 2011

Segundo professores contactados pelo Semanário Angolense, a principal causa das «gasosas» na Educação são os baixos salários.

«o que posso fazer com 30 ou 40 mil Kwanzas?», interrogou-se um docente, para quem, «um educador e formador de homens e mulheres do futuro devia ter um vencimento compatível».

Os salários dos professores e directores variam entre os 37 mil e os 200 mil kwanzas. Entretanto, um director de escola queixou-se de que ele e outros homólogos não recebem há anos os seus subsídios de chefia.

«Aguardamos há alguns anos mas não nos dão nenhuma justificação. Não podemos falar e se o senhor

jornalista revelar o meu nome, vou ter problemas», lamentou-se.

Questionado sobre qual tem sido o papel das organizações sindicais nesta matéria, frisou que o SIN-PROF tem reivindicado os direitos da classe, mas a entidade empregadora «não age de boa fé, apresenta muitos subterfúgios e desculpas esfarrapadas».

Os baixos salários obrigam os professores a leccionar em escolas públicas e também em colégios privados. «Isso, em termos pedagógicos, não é aconselhável, mas as necessidades sociais obrigam-nos», admitiu.

Quanto à qualidade dos docentes, disse haver professores muito bons, muito competentes, mas confessou que existem também aqueles que deixam muito a desejar. «Por exemplo, temos professores que são estudantes universitários mas escrevem mal e expressam-se num português sofrível», asseverou, acrescentando que a prioridade está a ser dada a indivíduos formados em pedagogia.

Em relação às «gasosas»; que, segundo os docentes e não só, decorrem dos baixos salários, estão estabelecidos nas seguintes quantias: no ensino primário, os preços dos lugares variam entre os 200 dólares e os 50. No nível médio, são 600 dólares e no universitário, a vaga pode chegar aos dois mil dólares. Em curso especiais como Medicina gasosa está fixada num mínimo de 5 mil dólares. Isso acontece sob o olhar indiferente e tácito das autoridades.

Se um encarregado de educação for matricular o seu filho, dizem-lhe logo que «já não há lugar». Mas se exibir umas verdinhas, aparecem várias vagas, como que por artes mágica.

O fenómeno é antigo e vem decorrendo com normalidade, como se algo institucionalizado se tratasse. «Também pudera o ex ministro Burity da Silva parecia mais preocupado com os seus colégios. Dele não se podia esperar grande coisa», desabafou João Pedro, encarregado de educação.

1.8 A Luanda onde a Governação não chega

Semanário A Capital

20 a 27 de Fevereiro de 2010

O paradoxal crescimento de Luanda

Há muito se diz que Luanda possui infra-estruturas para apenas 500 mil habitantes, mas de um tempo a esta parte, estima-se que a população cresceu para acima dos cinco milhões. Especialistas defendem que houve alguma permissividade por parte do Governo ao não tomar medidas de contenção que conjugassem as duas tendências, isto é, crescimento populacional e expansão desordenada da cidade. À medida que a

população foi crescendo, defendem, era altura de direccionar a construção, impedindo assim a desordem que se verifica actualmente. As tentativas a que se assiste, entendidas como esforço do Governo para mitigar o problema, acabam por não resultar. Paradoxalmente, crescem condomínios e complexos habitacionais, com casas luxuosas, cujos beneficiários acabam por ser sempre gente da classe média alta e alta, uma minoria, em detrimento da população verdadeiramente carente. Esta fica sem outra escolha, que não seja sujeitar-se às condições que lhe aparecerem. Construir em zonas de risco (montanhas, ou passagens de água), com consequências imprevisíveis no domínio da segurança. É aí, onde a pobreza agrava-se, pois, nos bairros suburbanos construídos à revelia, mas que surgem do instinto de sobrevivência, não funciona o mínimo serviço do Estado. Tudo começa pela falta de água potável e electricidade, dois bens de muito grande valia para a vida humana, cuja ausência propicia, de um lado, o aparecimento de enfermidades e, do outro, violência nocturna, agravada com a falta de cobertura das autoridades policiais. A construção de condomínios e complexos habitacionais, como o Projecto Nova Vida e outros, por exemplo, desde que sejam inclusivos, prova que., apesar do crescimento desordenado, Luanda pode ser requalificada, porém, já entendidos na matéria disseram, a ocupação urbana tem de ser planeada. No seu discurso durante o acto que marcou a tomada de posse do novo Governo da República de Angola, o Presidente José Eduardo dos Santos salientou que uma das «prioridades das prioridades do Executivo é o reajustamento e relançamento urgente do Programa Nacional de Habitação Social em todo o território nacional e a harmonização de todos os programas executivos, destinados a melhorar a vida das famílias, no meio rural e na periferia das cidade .

Esquecidos no Grafanil

Grafanil é um bairro que se encontra na encruzilhada entre os municípios de Viana, Cazenga e Kilamba Kiaxi. É a zona de coabitação entre os municípios de Viana e Cazenga e Kilamba Kiaxi . Habitam-no maioritariamente pessoas de média e baixa renda, cuja fonte rendimento é o mercado informal (maior parte dos habitantes)

. Manuel Ionas dos Santos (Monda) é um dos moradores do Grafanil. Pela vivência naquela parcela de Luanda, lamenta que o bairro carece de quase todos os serviços sociais básicos. No que às escolas diz respeito, ele afirma que existem apenas duas do Ensino Primário do 1º Ciclo, designadamente, Salão na 736 e Fesa, uma do Segundo Ciclo , 744, Padaria e um Instituto Médio Técnico, sem condições para o exercício da actividade. Manuel dos Santos

nota ainda que, para um universo de cerca de 15 mil jovens estudantes só existem 12 professores. O ensino nocturno, segundo ele, quase que não existe por falta de luz eléctrica, que é fornecida, através de particulares com PTs, que celebram contratos a preços assustadores, 500 a 600 dólares norte-americanos. A mensalidade de cada casa ronda o equivalente a 20 dólares. A falta de iluminação pública, continua o nosso interlocutor, favorece as acções de bandidos. Em face deste quadro, as pessoas não encontram outra solução, senão viver de fontes alternativas, «puxadas», geradores. «Existe apenas um posto de Saúde pública, Fesa - Pedra Maria Carvalho ou Ana Paula?» que, segundo se diz, só faz análises e nada mais do que isso. Inclusive houve casos em que pessoas foram, mes doentes e carentes do ponto vista financeiro, obrigados a alugarem uma viatura, para serem transferidos para um hospital maior, porque o centro não dispõe de uma ambulância para , prestar serviços», ilustrou Manuel dos Santos, corrobora por outro morador que destaca facto de o mesmo hospital d por apenas de três camas (também em péssimas condições).

Xé menino não fala política

Os moradores não se queixam muito da falta de água, pois, «felizmente, o sistema, humilhante, de abastecimento de água chegou ao bairro, através de chafarizes». «São abertos às 7h 00 (uns mais tarde, outros mais cedo). Coitadinhas das nossas mães e primas. Vêm-se muitas vezes obrigadas a interromper o sono, para ir marcar lugar na fila às 4h 00 da manhã. Os chafarizes ficam abarrotados até ao fim do dia, facto que nos leva a dizer que, apesar de tudo, os chafarizes não satisfazem a grande demanda de uma população bastante sedenta deste preciosíssimo líquido», observa Manuel dos Santos, que ao desabafar considera inconcebível que «tenhamos que viver situações do género, pois, Angola dispõe de uma rede hidrográfica bastante rica, um país com 38 rios (sem contar aqueles de pequeno curso). O pior de tudo é que, ficamos completamente em silêncio, tudo porque fomos educados e crescemos com a mentalidade de xé menino, não fala política», atestou. Enfim, a falta de um sistema de saneamento básico agudiza a situação de doenças provocadas pelas péssimas condições higiénicas que o bairro apresenta. E mais: apesar de ser um bairro limitado por quartéis militares à oeste, continua a ser muito débil e vulnerável, do ponto de vista segurança. E em decorrência disto, confirmam os moradores, assiste-se a roubos, violações e até mesmo assassinatos. Os principais alvos dos ditos meliantes são as zungueiras, estudantes e transeuntes. Estes roubam tudo, desde o mais importante ao menos insignificante .

Há cinco anos nas escuras

Fomos também ao Kikolo, onde encontramos Lamborne António, morador há oito anos do bairro Paraíso, município de Cacucaco. Segundo ele a inexistência básicos como energia, água, hospitais, esquadras escolas, é um grande mal que enferma a periferia de Luanda .

«Espero que nesta III República os governantes tenha mais atenção aos problemas sociais», manifestou e oito anos que vive naquela urbe, não sabe o que é energia pública, porque nem sequer existem sequer indícios para o efeito.

«O que vimos foi no ano passado serem construção de chafarizes, mas em locais muito distantes. Vivemos de geradores». Adiantou, por outro lado, que os bairros Paraíso e Bom Pastor não possuem centros médicos estatais

Existe, segundo ele, uma esquadra policial, só que está situação distante, o que facilita as acções dos bandidos assaltos, a polícia chega sempre atrasada», ilustrou.

No bairro ao lado, Boa Esperança, também no Fernando Guelengue, morador há 23 anos. Aqui, contou, há mais de cinco anos, não têm energia eléctrica.

«Tinha energia de PTs privados. Cobravam 30 dólares mês. Desde que o PT queimou, ficamos sem luz frisou Guelengue, que se diz agastado com a insuportável situação de suportar o calor às noites, mosquitos e o medo dos meliantes ..

Outra aflição manifestada pelos moradores da Boa Esperança é a progressão, para a zona residencial, de ravinas .Com a chuva que se faz sentir nesta época, mais de duas casas estão ameaçadas.

«Se não se fizer algo, mais de vinte casas serão alertou, dizendo que a Administração de Cacucaco, tem conhecimento da situação, mas que até ao momento nada fez.

Como a quase totalidade das residências de Luanda sobretudo na zona suburbana, no Kikolo também não há. Os moradores compram-na nas poucas casas, onde ainda jorra .

Sem eira nem beira

A falta de políticas públicas abrangentes no campo habitacional pode comprometer os objectivos e a meta prevista pelo Governo. É que o crescimento desordenado da cidade caracterizado pelo surgimento de bairros à solta, está a originar uma série de problemas. Nessas zonas falta tudo, água, energia eléctrica, educação e saúde para todos.

Viver na periferia de Luanda é um martírio. Isso mesmo foi o que nos foi dado a comprovar durante uma ronda efectuada àquelas zonas. Barry, um cidadão

de nacionalidade ivoiriense, é proprietário de uma cantina de venda de bens de primeira necessidade na Vila Estoril, algures ao Golfe-II, município do Kilamba Kiaki. (

Elegemos-lhe como primeiro I interlocutor para esta reportagem. J. Ao debruçar-se sobre os problemas mais candentes daquela urbe, considerou que o que pontifica é a delinquência. Nesta vila, disse, a delinquência não tem hora, pois, os meliantes assaltam tudo e quando quiserem.

«Os gatunos assaltam de dia ou de noite. Eles não têm hora entram e colocam com armas. Já assaltaram a minha cantina por três vezes», descreveu, acrescentando que, preferencialmente, os meliantes levam dinheiro ou, então, as mercadorias de maior valor.

Mais adiante encontramos Josefa, uma jovem de dezoito anos, moradora da ma quatro. Ela diz que já foi vítima dos meliantes, mas que só por sorte não chegaram a retirar-lhe nada dos seus pertences, porque tinha por perto seu primo .

«Por sorte não fui violada, nem perdi nada. Mas é comum roubarem botijas, telefones, dinheiro, fios e anéis de ouro e violam meninas», atestou, para mais adiante frisar que as instalações de uma empresa de construção, actualmente em estado de abandono, estão a beneficiar as gangs que se servem dela para refúgio.

Josefa queixa-se da escassez de electricidade e água. Conta que por este facto, a população é obrigada recorrer aos geradores e à compra de água nos camiões cisternas.

Falta tudo, mas tudo

A nossa reportagem passou também pelo município do Cazenga. É um dos mais populosos de Luanda, mas também um dos que mais problemas sociais apresentam, atendendo as suas características urbanas.

Foi nas entranhas deste município que descobrimos o bairro Lily, nas imediações da Sonef. Eduardo João é morador do Cazenga. Na conversa que mantivemos com ele, explicou que há sete meses estão às escuras, mercê da avaria do único transformador privado.

Depois de andarmos tanto, chegamos à conclusão de que, há de facto, muitos bairros abandonados, até porque se uma carta houver que retrate a toponímia da cidade, alguns deles nem sequer nela constam. É tudo resultado de um crescimento desordenado da capital.

Os moradores do Quilómetro 9A, em Viana, não ficam de fora, quanto as carências conjunturais da periferia, isto é, lá onde a governação não chega. Os serviços de saúde naquelas bandas requerem mais investimentos, é o que pensam os moradores, visto que único recurso em caso de doença é o Hospital Municipal de Viana, ou a clínica privada da Gameck.

«Não há centros médicos públicos nos bairros.

Existem, sim, postos de saúde particulares». Igual a outras áreas visitadas pelo A Capital, a delinquência infanto-juvenil é uma dor de cabeça no Quilómetro 9A.

Fazer das Tripas coração

Também vivem em Luanda. A diferença é que não beneficiam de serviços da governação. Falta-lhes tudo. Bairros como o dos Ossos e Lixeira, no Sambizanga, são bem a prova de que muito ainda há que se fazer no domínio da melhoria das condições básicas da população.

Casas inseguras, lixo em tudo quanto é canto, eis o cenário que presenciamos quando lá chegamos. Triste mesmo foi ver crianças a «esgravatarem» a lixeira, em busca daquilo que, apesar de estar já no lixo, ainda se lhes parece aproveitável.

Não ficamos por aí. Para sabermos um pouco mais, abordamos Mateus Augusto, residente no bairro dos Ossos, desde 1986. Ele contou à nossa reportagem que os principais problemas na área têm a ver com a falta de água, energia, saneamento básico, hospitais e ausência da Polícia Nacional (PN).

«A maka da água as pessoas até já ficaram habituadas.

A água dos chafarizes se correr um dia, passa outros três sem nada», queixou-se, quando descrevia uma situação quase idêntica quanto à electricidade.

«Vivemos mais na escuridão do que com energia, mas pagamos sempre à Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL)»>>, disse, acrescentando que já lá vão mais de seis meses, desde que viu a lâmpada de sua casa acesa.

«Quando vem, é aquela, tipo candeeiro que não permite ligar o televisor ou uma arca. Mas, mensalmente, temos de pagar 800 a 900 kwanzas», enfatizou.

Nos Ossos, o saneamento básico agrava-se com a falta de contentores, para a deposição do lixo domiciliar e consequente recolha.

«Todos os moradores deitam mesmo o lixo aqui na vala, porque não temos mais outro lugar», apontou, mas admite que uma vez por semana, «vem aqui um tractor e um camião para remover o lixo, só que não acaba».

E, como se estes problemas não bastassem, ressalta a delinquência juvenil, com os meliantes do outro lado do bairro a se servirem da vala, para assaltarem as pessoas que passam. No que diz respeito à Saúde e à Educação, os moradores afirmam que o bairro dos Ossos apenas tem duas escolas públicas e uma variedade de postos médicos particulares.

«As escolas são apenas o Campismo e a escola nova dos Ossos. Já nos centros médicos, só temos um que fica na zona da Pedreira e é muito distante daqui».

1.9 Governo ultrapassa meta estabelecida para a criação de posto de trabalho

Jornal de Angola

26 de Fevereiro de 2010

O ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, afirmou ontem, em Luanda, que em 2009 a meta estabelecida para a criação de postos de trabalho foi ultrapassada.

Falando na abertura do Conselho Consultivo daquele órgão, que decorre na Escola Nacional de Administração, Pitra Neto disse que em 2009 o Governo traçou como meta a criação de 320.000 postos de trabalho. Esta cifra, segundo o ministro, foi ultrapassada em 10.000 postos de trabalho, com destaque para os sectores da agricultura (com quase metade do número), seguindo-se os sectores das Obras Públicas, Comércio, Turismo e Transporte.

A nível da formação profissional, Pitra Neto considerou positivo o ano que terminou, sublinhando que no âmbito do sistema nacional de formação profissional foram criados 62.000 postos.

Frisou que é importante que, quando termina um ciclo formativo, os directores provinciais e o serviço provincial de emprego e formação profissional saibam quantos foram formados, desistiram e quantos têm a possibilidade de ingressar no mercado do emprego através dos centros de emprego ou dos programas de fomento de auto-emprego".

Pitra Neto realçou que os Serviços de Segurança Social melhoraram a capacidade de atendimento e vão continuar a reforçar a capacidade de gestão interna, bem como aprimorar a capacidade de controlo de registo dos principais intervenientes.

O ministro disse, também, que em 2010 a Inspeção-geral do Trabalho é chamada a dar um passo em frente.

"Precisamos de colocá-la à altura dos desafios de crescimento,

da modernização e do desenvolvimento da economia e das empresas"- disse o governante. Pitra Neto sublinhou que, no passado, o país tinha uma Inspeção Geral do Trabalho que esteve adequada aos momentos que a economia vivia, enfatizando que hoje os desafios são diferentes, as exigências são maiores.

"Este ano vamos dar atenção especial à implementação do plano S de modernização e desenvolvimento institucional da Inspeção-geral do Trabalho", disse o ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social. A reforma administração vai continuar a constituir prioridade do Governo, acrescentou. "Precisamos não só de ampliar o serviço integrado de atendimento ao cidadão para mais províncias do país, como também de dar passos concretos no quadro do programa de desburocratização dos procedimentos na

actividade administrativa".

Sublinhou igualmente que é chegada a altura de voltar a dar espaço ao programa de valorização dos serviços sociais.

Pitra Neto disse que o cidadão e a economia estiveram e vão continuar a estar no centro das atenções através dos vários serviços sob a responsabilidade da Administração Pública .

Inaugurações

O ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, inaugurou quarta-feira, em Luanda, os serviços municipais do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e o Centro de Empreendedorismo de Viana.

Pitra Neto disse que os serviços inaugurados fazem parte dos projectos do sector da administração pública.

O ministro realçou que o Centro de Empreendedorismo é um espaço que vai ensinar o cidadão a desenvolver as suas capacidades para montar o seu próprio negócio. Para o efeito, o cidadão vai contar com o apoio do Banco BAI Micro-Finanças.

"Este município tem mais de dois milhões de habitantes e alberga cidadãos provenientes de todas as áreas do país", reconheceu, para sublinhar que a circunscrição tem uma zona económica especial com uma perspectiva de industrialização muito grande.

Pitra Neto disse que o serviço municipal de segurança social é o primeiro a ser desconcentrado na província de Luanda.

O administrador municipal de Viana, José Moreno, afirmou que a escolha do seu município para a inauguração do primeiro serviço desconcentrado do INSS deixa os municípios satisfeitos. I

Pediu aos jovens que antes se dedicavam à exploração ilegal de inertes para contactarem este serviço, no sentido de serem encaminhados para os centros de formação profissional, onde terão a possibilidade de se candidatarem a créditos bancários para organizarem os seus negócios.

Frisou que a administração municipal produziu um despacho que proíbe a prática do garimpo ilegal de inertes "e aqui está a oportunidade para essas pessoas se formarem".

Jacinto Ferreira, coordenador nacional de empreendedorismo, disse que além da capacitação na área micro, pequena e médias empresas, o centro vai ministrar matérias conexas como a legislação fiscal e a elaboração de plano de negócios.

Os Centros de Empreendedorismo são tutelados pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.

1.10 Mais de 300 mil novos postos de trabalho

Jornal o País

26 de Fevereiro de 2010

Trezentos e trinta mil postos de trabalho foram criados pelo Governo angolano durante o ano de 2009, com destaque para os sectores da Agricultura, Obras Públicas, Comércio, Turismo e Transportes.

A informação foi avançada ontem (quinta - feira 25) pelo ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Pitra Neto, na abertura do Conselho Consultivo Alargado do sector, que decorre na Escola Nacional de Administração (ENAD) , em Luanda.

De acordo com o governante, este número é fruto de um trabalho de coordenação entre o pelouro que dirige e os Ministérios da Agricultura, da Indústria, das Obras Públicas, das Pescas, da Geologia e Minas, do Comércio e da Hotelaria e Turismo.

"Foi graças a um método de coordenação efectiva e periódica entre os principais departamentos ministeriais concernentes ao sector primário, secundário" e terciário da economia angolana, que se tornou possível, pela primeira vez, um retrato sobre os dados numéricos que têm a ver com a geração de emprego em 2009" , disse.

Pitra Neto lembrou que, deste número, alguns são postos de trabalhos sazonais, adiantando que o importante não é divulgar os números alcançados mas sim aprender os métodos utilizados para a criação de empregos, reter e aperfeiçoar para servir de guia.

Formais conhecimento

Durante a sua intervenção, o ministro exortou os directores provinciais do MAPESS a melhorarem significativamente a capacidade de conhecimento' de recolha e tratamento dos dados numéricos sobre o mercado de trabalho, bem como toda a actividade do sector.

A nível da formação profissional, Pitra Neto considerou positivo a construção de dezenas de milhares de postos formativos, lamentando o facto de não se poder ainda acompanhar esta dinâmica a nível estatístico.

Por outro lado, o responsável disse ser necessário capacitar e reestruturar a Inspeção Geral do Trabalho, com o fim de pô-la à altura dos desafios da modernização e desenvolvimento da economia e das empresas .

. "Hoje os desafios são diferentes, as exigências são muito maiores e a sociedade, bem como a economia, não toleram alguma lentidão das instituições", afirmou. Participam do encontro os directores nacionais e provinciais do Instituto Nacional de Formação Provincial (INEFOP), da Segurança Social e

convidados.

1.11 Casas destruídas não indemnizadas

Jornal Folha 8

27 de Fevereiro de 2010

No perímetro que delimita a Praia do Bispo será construído o enorme complexo que albergará o Centro Político Administrativo de Luanda. Para sua execução, serão demolidos todos os imóveis ali existentes. A comissão do urbanismo do GPL, instaurada para gerir o processo, garante que os habitantes que provarem ser os proprietários dos referidos imóveis serão indemnizados em conformidade com o valor de cada um. Logo, têm três meses para o provarem junto do gabinete "liadoc" criado na Rua Massano Amorim sita na Chicala – Luanda. Porém, a questão é se de facto o governo será fiel às suas declarações. Pois a Carta do cidadão Tango que abaixo transcrevemos, testemunha o motivo da nossa inquietação 26 anos depois, absolutamente nada foi feito para que fosse reabilitado o património destruído:

1.12 Líder do MPLA defende uma estratégia para travar elevado custo de vida no país

Jornal de Angola

27 de Fevereiro de 2010

O presidente do MPLA discursava na cerimónia de abertura da segunda sessão ordinária do Comité Central, órgão estatutário deliberativo do partido integrado por 311 membros. A primeira reunião foi em Dezembro, no último dia do Congresso que elegeu os novos membros dos órgãos de direcção do partido.

José Eduardo dos Santos assumiu a "melhoria progressiva das condições de vida dos cidadãos nos domínios da energia, água, saúde, habitação, produção local, comércio rural e formação técnico-profissional" como "objectivos centrais" dos programas do Executivo • em2010e2011.

Nesse quadro, o Executivo, acrescentou o presidente do MPLA, desenvolve ainda "esforços para aperfeiçoar a desconcentração administrativa e melhorar o trabalho dos agentes administrativos a nível do poder local e das empresas de água e de electricidade".

José Eduardo dos Santos anunciou que está em curso a reorganização e adaptação do funcionamento do Governo, com base na nova Constituição aprovada pelo

Parlamento, para que o partido possa realizar as acções

e tarefas aprovadas pelo Congresso de Dezembro do ano passado, "para que se continue a edificar com êxito o Estado e a sociedade angolana".

Ainda sobre o trabalho do Executivo, reafirmou "a intenção de se promover novas práticas de gestão da coisa pública, mais modernas, com base no respeito pela Lei e na responsabilização dos eventuais infractores".

Sobre a actividade parlamentar do MPLA, o presidente do partido do Governo anunciou que a bancada parlamentar vai adoptar, "em tempo oportuno, o Plano Legislativo, na

base da qual tomará iniciativas para fazer aprovar, em concertação com o Executivo, as leis que tornem viável a concretização do Programa do MPLA, aceite pelo Povo angolano nas eleições de 2008".

A sessão de ontem apreciou os documentos de trabalho que vão orientar a actividade do partido em 2010 e aprovou a redacção final dos estatutos e do programa do MPLA, aprovado pelo Congresso em Dezembro. As cópias dos estatutos e programa e a composição dos órgãos da direcção vão agora remetidas ao Tribunal Constitucional, tal como determina a lei.

Eleições gerais em preparação

José Eduardo dos Santos anunciou que o Secretariado do Bureau Político do MPLA vai preparar estudos necessários para a elaboração de uma estratégia eleitoral que permita preparar o partido para participar nas eleições gerais indicadas para 2012.

Dirigindo-se à plateia composta por 270, dos 311 membros do Comité Central, disse que o partido "deverá, desde já, iniciar os estudos" para o efeito. Estes estudos, apontou José Eduardo dos Santos, deverão igualmente esclarecer se é conveniente realizar-se uma conferência nacional ou congresso extraordinário do partido, antes das eleições gerais. Este assunto já foi analisado durante o congresso de Dezembro último. José Eduardo dos Santos pediu, agora, que "devemos tomar decisões mais claras, se avançamos ou não".

José Eduardo dos Santos pediu aos quadros que exercem funções permanentes no aparelho do partido para incidirem a sua acção na mobilização e consciencialização dos militantes para a materialização dos planos e programas da Administração, através dos comités de acção.

Felicitações à selecção

O líder do MPLA felicitou a selecção feminina de Andebol pela conquista do décimo título africano e propôs que no comunicado da sessão do Comité Central ficasse registada a "felicitação calorosa às atletas, equipa técnica e aos dirigentes da selecção feminina

de andebol pela brilhante vitória que alcançou no Egipto, ao vencer pela décima vez o campeonato de África", desejando-lhes muitas felicidades.

1.13 Como avaliar os níveis de pobreza num país “ Tabulação empírica “

Jornal Folha 8

27 de Fevereiro de 2010

Importa frisar que, todos nós, os dirigentes em primeiro lugar, sabemos que a avaliação do nível social de uma população, hoje obedece a critérios científicos que tem muito a ver com o potencial económico do país, que é a junção do PIE = Produto Interno Bruto, baseado no valor de seus recursos naturais, mais a capacidade de produção (transformação) e exportação de produtos para além dos recursos naturais. Junta-se o PNB = Produto Nacional Bruto que em alguns conceitos, define ou determina o nível de desenvolvimento por pessoa (Per capita) e seu poder de compra. Isto é dividido, por excesso, pelo número dos cidadãos que tem o país.

Avalia-se em seguida e por estimativa a quantidade da força viva produtiva assalariada, tendo em conta o salário mínimo. Este salário mínimo 13500 é dividido pelo número que a olho nu compõe os membros de uma família ordinária que na lógica africana, parte-se do padrão de $3 + 2 = 5$ pessoas, ou seja: Pai, Mãe e filhos. Desce-se ao mercado, no caso de Angola "o informal" e busca-se os preços do pão "cassete" e da tarifa dos táxis em determinados trajectos. Por exemplo, actualmente o táxi num troço está 200 kwanzas e o pão a 25/30. Multiplica-se a soma destes dois valores por 30 dias, seu resultado multiplica-se pelo número 5 (família), para se ter uma noção de quanto a família gasta como básico num mês. Adiciona-se aleatoriamente 10% do valor total conseguido até aqui. Exemplo: $34500 + (34500 \times 10) : 100 = 3450$. Depois, divide-se o quociente desta operação pelo salário mínimo e encontra-se a estimativa de como é que uma família se vira com o salário de base, projecta-se assim a análise para as consequências derivantes. Em "termos aproximativos" 37950 kwanzas X 2, é o mínimo "precário" que uma família em Angola precisa para sobreviver em um mês. Isto numa sociedade onde os dados demográficos são ciência e estão actualizados. Em Angola, são outros 500, quando desde já parte se do princípio que apenas 20 % da população é força de trabalho assalariada e fiscalizada, 80% anda na vegeta. Este resultado é comparado aos salários das classes acima e dos preços praticados nos seus locais de compras (Super QU Minimercados, Shoppings, clínicas e farmácias). Neste quadro, obtém-se as evidências das

discrepâncias existentes e das injustiças que um governo perpetra contra os seus. A partir daqui pode-se pintar um gráfico sobre a esperança de vida, o nível de instrução avaliado pelo tempo médio de escolarização e a qualidade dos quadros lançados para o mercado de trabalho (em Angola é muito relativo, pelos quejandos de corrupção que se conhecem), a taxa de iletrismo e de não escolarizados, o que se deduz como o PNB real corrigido da inflação (flutuação dos preços), ou melhor do poder de compra que têm uns e outros,

Conclusão: Com esta configuração vemos bem quem habita no

da miséria e quem governa as ilhas do conforto e da opulência. Isto facultava-nos perceber o que o angolano em função da norma de direito e o que na realidade tem beneficiado.

O que dizer quando a Ministra de Ensino Superior Ciência e Tecnologia, Maria Cândida Celeste Teixeira acusa os estagiários do 6º ano de medicina da UAN de terem se precipitado por entrar em greve para reclamar (4) quatro meses de salários. Como ignorar a azafama que passa um chefe de família ser dinheiro durante 4 meses?

No fim das contas e para o caso particular de Angola, verificamos que, as relações humanas e a concepção do projecto dos Zangos são uma tristeza, obra de doidos. Indo para as províncias não se vê coisa com coisa; é aquilo que já denunciamos uma autêntica política de exclusão social.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Agricultores beneficiam de crédito

Semanário Angolense

6 á 13 de Fevereiro de 2010

Os agricultores familiares poderão beneficiar proximamente do crédito agrícola de 350 milhões de dólares norte-americanos, aprovado em 2009 pelo Governo. O mesmo destina-se a apoiar pequenos e médios produtores, assim como para associações e cooperativas agropecuárias.

A informação foi avançada esta semana pelo responsável da UNACA, Paulo Uime.

Segundo aquele responsável, o empréstimo terá lugar assim que forem criados os comités de pilotagem a ser integrado pela Unaca Confederação, estações de desenvolvimento agrícola e instituições provinciais.

Paulo Uime notou que o crédito será extensivo aos camponeses das aldeias.

Referindo se ainda sobre os comités de pilotagem, disse que os mesmos terão a missão de acompanhar o processo, registar os beneficiados e auxiliar o seu acesso pelas famílias camponesas residentes em áreas recônditas, para a compra, de tractores e carrinhas, para o escoamento da produção.

O referido crédito, segundo explicou, vai ser gerido pelo Banco de Poupança e Crédito e o Novo Banco.

O crédito agrícola contempla dois tipos de financiamento – o de curto prazo e o de investimentos, com um período de reembolso de oito anos.

Com vista a combater à fome e a redução da pobreza, a UNACA prevê reforçar às condições de produção, de trabalho e de circulação do associados, o aumento das áreas de cultivo, a diversificação da produção, a alfabetização dos filiados para melhor dominarem as novas técnicas do campo e outras

2.2 350 milhões USD para crédito agrícola

Semanário Novo Jornal

19 de Fevereiro de 2010

O Ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, anunciou, em Cabinda, que o Governo aprovou um montante de 350 milhões de dólares para o crédito agrícola, cujos beneficiários serão os pequenos e médios camponeses. O anúncio foi feito na capital do enclave pelo governante quando em actividade do seu partido, o MPLA, em que no Bureau

Político tem a tutela da economia, respondia algumas inquietações colocadas por militantes do MPLA durante a cerimónia de lançamento da agenda política nacional deste. Ele falava sobre as barreiras que os empresários nacionais dizem encontrar para obter crédito bancário.

Manuel Júnior lembrou que a aprovação dos 350 milhões de dólares, que brevemente serão disponibilizados aos contemplados (sem grandes restrições em termos de garantias), faz parte do programa do Governo aprovado pelos eleitores nas eleições legislativas de Setembro de 2008, visando o fortalecimento do empresariado nacional.

Depois de assinalar que a economia de mercado ainda não está completamente institucionalizada em Angola, por ser um processo, Manuel Júnior declarou que o MPLA vai adoptar uma posição temporariamente proteccionista em relação aos empresários nacionais, até que estejam capacitados e em condições de dirigirem os seus negócios.

Neste sentido, salientou que a formação dos empresários faz igualmente parte da estratégia gizada pelo executivo angolano, a par dos programas de reabilitação e construção de infra-estruturas, como estradas, canais de irrigação, sistemas de fornecimento de energia eléctrica e água, entre outras, para que o investimento nacional seja mais rentável.

Insistiu na necessidade da capacitação das instituições do Estado, ao mesmo tempo que apontou o rigor, a excelência, a boa governação e a transparência como alguns princípios que deverão nortear a postura dos servidores públicos no presente ano.

2.3 Mulheres Rurais recebem micro créditos

Jornal de Angola

18 de Fevereiro de 2010

As mulheres rurais da. Província do Huambo vão beneficiar, este ano, de micro créditos, para melhorarem os pequenos negócios e a situação socioeconómica das famílias, anunciou a directora provincial da Família e Promoção da Mulher.

Maria do Rosário Amadeu fez a revelação, quando anunciava as actividades a serem desenvolvidas, este ano, na província pela Direcção provincial da Família e Promoção da Mulher. As beneficiárias, disse, têm três meses para reembolsar o dinheiro, após o que outra pessoa, da mesma localidade, passa a beneficiar do crédito.

"Neste sistema de rotatividade conseguimos atribuir micro créditos a mais de 600 pessoas na província", afirmou, acrescentando que a direcção trabalha com alguns parceiros, que continuam a apostar na melhoria

das condições de vida das famílias que vivem nomeio rural.

Durante a jornada Março Mulher, novos núcleos, incluindo os das mulheres urbanas, vão beneficiar, a também, de micro créditos.

Anteriormente, o micro crédito; era de dois mil kwanzas, equivalentes, na altura, a 50 dólares. Agora é dez mil.

O Governo vai atribuir fertilizantes e sementes, catanas e enxadas a alguns produtores e camponeses que, no fim de cada época, devem pagar, em produtos entregues à Direcção provincial de Agricultura.

2.4 Crédito agrícola com mais de 200 milhões de dólares em 2010

Semanário Agora

20 de Fevereiro de 2010

Manuel Júnior respondia algumas inquietações colocadas por militantes do MPLA, à margem da cerimónia de lançamento da agenda política nacional deste Partido, sobre as barreiras que os empresários nacionais dizem encontrar para obter crédito bancário.

A aprovação dos 250 milhões de dólares que brevemente serão disponibilizados aos contemplados (sem grandes restrições em termos de garantias), faz parte do programa do Governo aprovado pelos eleitores nas eleições legislativas de Setembro de 2008, visando o fortalecimento do empresariado nacional.

"O MPLA pugna por uma sociedade de economia de mercado social, na qual o empresariado nacional deve ter o controlo dos principais mecanismos que garantem a vida produtiva do país", defendeu o também secretário do Bureau Político do partido para a esfera económica e social.

Depois de assinalar que a economia de mercado ainda não está completamente institucionalizado no país, por ser um processo longo, declarou que o Partido vai adoptar uma posição temporariamente proteccionista em relação aos empresários, até que estejam capacitados e em condições de dirigirem os seus negócios.

Neste sentido, salientou que a formação dos empresários faz igualmente parte da estratégia gizada pelo executivo, a par dos programas de reabilitação e construção de infra-estruturas, como estradas, canais de irrigação, sistemas de fornecimento de energia eléctrica e água, entre outras, para que o investimento nacional seja mais rentável.

Manuel Júnior insistiu na necessidade da capacitação das instituições do Estado, ao mesmo tempo que apontou o rigor, a excelência, a boa governação e a transparência como alguns princípios que deverão nortear a postura dos servidores públicos.

2.5 Micro-Crédito cria empreendedores em Angola

Semanário Económico

25 de Janeiro de 2010

Manuel Fragoso trabalhava numa empresa de construção civil como serralheiro. Confrontado com a baixa rentabilidade do seu negócio, recorreu ao banco para pedir o micro-crédito. Comprou uma máquina de soldar e começou a fazer trabalhos em casa. Pagou a primeira tranche e teve a segunda "chance". Mudou de negócio e agora é importador de viaturas de ocasião.

"Construí uma casa, meus filhos estão no colégio e tenho trabalhadores. Sou patrão", concluiu, lamentando contudo, o facto de se ter apercebido do micro-crédito muito tarde.

Como Fragoso, Natércia foi outra pessoa desesperada com o anterior curso da sua vida. Mas a indefinição dos seus projectos terminou a partir do dia em que recorreu ao banco para receber micro-crédito. A primeira vez recebeu mil dólares e começou a comprar mercadoria na fronteira com a Namíbia.

O negócio foi subindo e montou uma cantina. Depois de honrar o compromisso com o banco, tem hoje a oportunidade de um segundo crédito com valor acrescido (não revelado). "Vale mais arriscar no micro-crédito do que fazer 'kixila' ou pedir empréstimo a pessoa singular", exclama.

Com o segundo pacote de crédito, Natércia projecta já a abertura de um armazém em parceria com um estrangeiro. "A minha vida mudou", assevera.

Quer a fonte do banco quer os clientes não revelam a percentagem dos juros. Os aderentes limitam-se em dizer que são razoáveis. "Quase que não se notam os descontos", garantem. Enquanto isso, os bancários reclamam sofrer pressão dos clientes em querer pagar o crédito antes do "deadline" prazo.

Uma agência inaugurada há quatro semanas na cidade de Luanda recebe em média quatro clientes por semana, que procuram o empréstimo de algum dinheiro para mudar o curso das suas vidas.

Fonte ligada a uma das agências do Banco Sol, um dos pioneiros no mercado de micro-crédito, revela que a instituição gasta semanalmente cerca de 12 mil dólares na concessão do empréstimo. "A procura cresce cada dia. Os quatro clientes que atendemos, por , semana, resultam de uma selecção de dezenas de candidatos que não conseguem reunir os requisitos necessários", aclara. Para amenizar a falta de informação na documentação, o banco passa uma série de informações em forma de palestra ao candidato (cliente) sobre como, e onde adquiri-los. Daí que, par atender um cliente, leve perto de uma hora.

Os documentos necessários par aderir ao micro-crédito

no Banco Sol, por exemplo, começam por uma fotocópia do bilhete de identidade da pessoa interessada, duas fotografias tipo passe, uma cópia do cartão de contribuinte, alvará comercial ou cartão de vendedor ambulante, croquis de localização dois avalistas ou testemunhas fotocópias de bilhete de identidade dos avalistas acompanhado de uma declaração de serviço o recibo de salário.

Dois grupos de clientes Concorrem para este tipo de ser viço dois grupos de clientes, que se podem classificar como os d primeira e os de segunda linha ou seja do grupo A e B.

Na classe B enquadram-se aqueles clientes que aderem a serviço pela primeira vez, bem como os que mesmo aderindo pela segunda ou terceira vez, que tenha rendimentos baixos.

São considerados de primeira classe (A), os clientes que, mesmo com rendimentos baixos, tenha! já alguma noção de gerir um negócio ou como começa -lo, iniciando com conhecimentos básicos c contabilidade (mesmo aleatórios até rios). O banco disponibiliza do pacotes de crédito, sendo vai de mil a 10 mil dólares e outro de 11 a 20 mil. O primeiro é cedido aos clientes da classe B, enquanto no segundo são contemplados os candidatos do grupo A.

O tempo de reembolso vai de um ano (para o crédito do tipo B) e 18 meses (um ano e meio) para os da classe A.

Formação gratuita

No segundo trimestre deste ano, por exemplo, uma das agências do banco Sol pretende formar os seus clientes em princípios básicos de contabilidade para facilitar processo.

A fonte revela constatar a ausência de conhecimentos de contabilidade, quando se desloca aos pequenos estabelecimentos comerciais a fim de proceder à verificação das condições existentes para a prática comercial e avaliar os rendimentos diários. Durante as visitas de ajuda e controlo diz encontrar pessoas que nem sequer sabem dos seus lucros diários.

Maior dificuldade tem sido encontrada entre vendedores ambulantes que oferecem poucas garantias por não terem uma localização certa. Ainda assim, a fonte confirma, os que apresentam avalistas idóneos são contemplados.

Quanto às vendeiras do mercado informal, a tarefa tem sido mais facilitada, porque anexam no processo o comprovativo do lugar (barraca) cedido pela administração do mercado para efectuar os seus negócios, o que possibilita as visitas. O mesmo se pode dizer dos utentes de pequenos estabelecimentos (cantinas), que depois de avaliados pelas equipas do micro-crédito os agentes da polícia económica já não enfrentam dificuldades porque encontram tudo em ordem.

Na tentativa de obter mais informações sobre os programas de micro-crédito dos diferentes bancos comerciais, como o Banco Sol, o BPC, o Millenium, entre outros, o Semanário Económico viu os seus esforços gorados por indisponibilidade dos responsáveis dessas instituições financeiras. Contudo, prometemos voltar ao assunto na próxima edição, provavelmente com elementos mais pormenorizados sobre o assunto.

O dia em que nasceu o micro-crédito

Em 1976 Sufia Begum, uma jovem de 21 anos habitante em jobra, Bangladesh, adquiria bambu para fazer tamboretas. Para tal Sufia pedira um pequeno empréstimo. Pagava,

ao dia, 10% de juros e era obrigada a vender os tamboretas ao especulador. O lucro era quase nulo. A história chegou ao jovem professor de economia Muhammad Yunus. Indignado, emprestou do seu bolso 27 dólares a 42 mulheres de jobra. Com o pecúlio das mulheres compraram matérias-primas.: Os empréstimos foram todos pagos pontualmente. Nascia o Grammencredit (crédito rural, em bengali).

unus introduzia no vocabulário financeiro o conceito de micro crédito. 30 anos mais tarde, em 2006, uhammad Yunus, então com 56 anos, e a instituição que lidera, o Banco Grameenc(criado em 1983) recebeu em Estocolmo o Nobel da Paz. O galardão reconhecia três décadas de trabalho no terreno assentes numa premissa: "não é a falta de habilidades

que torna as pessoas pobres. O Banco Grammenk acredita que a pobreza é criada pelas instituições e políticas que cercam o pobre". A instituição que emprega mais de 18 mil funcionários, empresta sem garantias reais ou contratos com valor jurídico. A taxa de recuperação de empréstimos ronda os 98%. Os destinatários são populações pobres, sem qualquer acesso a outro tipo de crédito. Um fomento de actividades que criam renda. A base da operação é a confiança. O banco que opera como uma empresa privada auto-sustentável já emprestou mais de cinco biliões de dólares a mais de seis milhões de beneficiários. Destes, 97% são mulheres. Um modelo que inspirou micro créditos também em países desenvolvidos. Estados Unidos, França, 'Polónia têm programas de empréstimo aos mais carenciados. "O micro crédito não tem a ver com países ricos ou países pobres. Tem a ver com quanta gente rejeitada pelo sistema bancário convencional" , diz " Muhammad Yunus.

2.6 Sobe

Semanário Angolense

26 de Fevereiro de 2010

O Novo Banco foi adquirido pelo Banco Africano de Investimentos (BAI) e agora chama-se BMF – BAI MicroFinanças. O BMF apresenta um posicionamento diferente e uma estratégia bem definida: dedicar-se exclusivamente, ou quase, ao sector das micro-finanças. Sabemos, porque o exemplo Grameen Bank «(natural do Bangladesh, Muhammad Yunus) está aí e até.

Deu forma a um Prémio Nobel da Paz, que estas iniciativas; podem ter um impacto discreto mas essencial na vida dos pequenos empreendedores. Esperamos agora que tudo passe do plano intencional para o domínio do concreto.

2.7 BAI Micro-Finanças começou a financiar camponeses

Semanário Novo Jornal

26 de Fevereiro de 2010

O BMF BAI Micro-Finanças, antigo Novo Banco - foi adquirido recentemente pelo Banco Africano de Investimentos, começou durante a semana a desembolsar os valores que vão contribuir para o desejado aumento da produção interna. Duas cooperativas de Malange, a 24 de Março e a Mufuma, vão receber micro-créditos no valor de 9 mil e 8 mil dólares, respectivamente.

O BMF está a gerir uma linha de crédito de 5 milhões de dólares que, em conjunto com o Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA) e a UNÁCA, serão entregues a cooperativas ou associações de camponeses. A parceria entre o banco e as instituições referidas visa, sobretudo, identificar as organizações que estejam em melhores condições para receber financiamentos.

A taxa de juro aplicada neste tipo de empréstimos é bonificada pelo Estado, no âmbito da linha de crédito à produção no valor de 350 milhões de dólares. A gestão está repartida por diversos bancos comerciais, estando o BMF a praticar uma taxa de juro de 5%.

O desembolso, no caso das cooperativas enunciadas, será feito de forma faseada. Os micro-crédito terão como condição essencial a duplicação das áreas cultivadas pelos camponeses. "No levantamento individual que fizemos, constatámos que estas cooperativas têm áreas para poderem trabalhar. Não o fazem por falta de meios. Como o objectivo do programa de Crédito de Campanha Agrícola é aumentar a produção interna, incluímos esta premissa nos contratos de financiamento", explicou Neusa Ribeiro, administrado BMF.

Os valores mínimos praticados pelo BMF são de 3 mil dólares, com um máximo de 5 mil "Estes são apenas valores indicativos, porque partindo da análise caso-a-caso os desembolsos podem ser de valores mais elevados. Como aconteceu com este primeiros casos", frisa Neusa Ribeiro. Até ao dia de hoje, o BMF desembolsou os valores para mais outras 3 cooperativas, uma da província do Bengo e duas de Benguela. O cadastro está a ser feito pelo IDA, em conjunto com a UNACA, e neste momento estão já identificadas cerca de 40 cooperativas ou associações, que se poderão candidatar a receber os micro-crédito.

PROBLEMAS

O BMF é uma instituição financeira que se apresenta com -uma nova roupagem, já que o Novo Banco (enquanto tal) deixou de existir. O BMF vai-se dedicar de forma clara às micro-finanças, sector que carece ainda de regulação apesar do enorme potencial de desenvolvimento. Este representa também um novo posicionamento da instituição.

Mas, para além das "boas notícias", o desenvolvimento rural enfrenta uma série de desafios e de dificuldades, também. Desde logo, no mundo rural, existe alguma confusão entre associações e cooperativa. São noções jurídicas diferentes, com premissas diferentes.

"Este é um dos problemas que temos: a Lei das Cooperativas data da época colonial; o que significa: que trabalhamos com uma base desadequada.

Há um grande défice de informação a este nível", refere Durval Quintino, do Departamento de Organização Comunitária do IDA.

Também a capacitação profissional é outro dos entraves. Gerir uma cooperativa, ou mesmo uma associação, significa ter algumas noções, mesmo que sejam básicas, de como se deve fazer. "O BMF são para os camponeses como um todo", analisa Neusa Ribeiro. "É nossa intenção trabalhar em conjunto com as comunidades, no sentido de as fazer crescer – seja financiando meios que possam facilitar a ligação entre o campo e a cidade, dando formação ou mesmo olhar para as dificuldades sociais que possam existir", explica a administradora do BMF.

Outra questão importante, segundo fez questão de lembrar o representante do IDA, passa pela concertação da "Campanha de Crédito Agrícola" com as épocas de trabalho no campo. "Cada cultura tem o seu timing, portanto faz sentido pensar em todas estas questões", lembra Durval Quintino. Miguel Gomes

Particularidade de um desembolso

A campanha de Crédito Agrícola trouxe uma novidade: os créditos terão período de carência. Esta era uma das reclamações mais importantes por parte dos camponeses porque os rendimentos no campo não são

imediatos. p(ír isso faz sentido que os beneficiários só iniciem os reembolsos junto do financiador quando obtêm rendimentos do seu trabalho. Para as cooperativas 24 de Março (78 integrantes) e Mufuma (39), de Malange, o período de carência é de 2 meses. O reembolso total será feito no período máximo de 10 meses. A 24 de Março, por exemplo, recebeu uma primeira tranche no valor de 3 mil dólares e uma irá receber uma segunda de 5 mil dólares (ou ° equivalente em kwanzas).

Neste momento estão identificadas oito províncias prioritárias para a Campanha de Crédito Angola, selecciona das pelo próprio Estado: Malange, Moxico, Uíge, Huambo, Benguela, Bié, Kwanza Sul e Bengo.

Apesar de não estar representado nestas províncias, o protocolo com o IDA permite ao BMF utilizar as instalações do instituto para concretizar negociações e também para poder receber as prestações devidas. M.G.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 As zungueiras do nosso contentamento

Jornal de Angola

1 de Fevereiro de 2010

São mães, na sua maioria jovens desempregadas, que deambulam de bairro em bairro percorrendo todas as suas ruas, desde o amanhecer até noite dentro. Silenciosas e hirtas, com a bacia na cabeça, transportam, em muitos casos, o filho às costas, e em outros na barriga, não sendo rara a acumulação de ambos.

Vendem material para a cozinha, roupa, lençóis, toalhas de mesa e de casa de banho, material eléctrico, de beleza, calçado, pastas, mochilas, batas, esferográficas, verduras, frutas, no fundo, de tudo um pouco, o que lhes permite fazer negócio e amparar a família.

Até parecem adivinhar as necessidades do próprio mercado, sem estudos muito elaborados por empresas especializadas, antes recorrendo a uma noção empírica das necessidades alheias. Percepcionam, até, a procura própria de cada época. Por isso, em vésperas do Carnaval, as fantasias invadem as ruas graças a elas, à semelhança do que acontece nos períodos natalícios, durante os quais vendem árvores artificiais e os inerentes adornos.

São as zungueiras, designação que tem a sua origem na língua nacional kimbundo, que significa andar de um lado para outro sem parar. Elas movimentam-se e movimentam também uma parte da economia nacional, conhecedoras do tempo e da época adequada à venda de cada produto. O seu comércio é ditado pelas circunstâncias. Em Janeiro, altura em que se inicia a confirmação das matrículas e as inscrições nas escolas para o ano lectivo que se avizinha, as zungueiras saem prontas para andar do São Paulo à Mutamba, dos Congolenses à Calemba, do Prenda ao Rocha Pinto, com material escolar cabeça. Elas estão presentes lá, não existem livrarias, à disposição da população.

Por incrível que pareça, as zungueiras conseguem ter nas suas bacias parte dos títulos dos manuais dos diferentes graus de ensino. Espalham-se por todos os bairros da capital anunciando a venda de material didáctico – batas, livros, cadernos, lápis, lapiseiras, mochilas, guaches, tinta-da-china e outros – artigos que disponibilizam até Março, porque a procura é grande e os encarregados de educação nem sempre conseguem adquiri-los no início do ano, adiando a despesa até ao ultimato dos professores.

Mas não ficam por aí. Elas sabem que Fevereiro é o mês de S. Valentim, Dia dos Namorados, e da euforia

carnavalesca. Por isso, partem à procura de artigos condizentes com os acontecimentos, como perfumes, molduras para fotografias, bijutarias, ursos de pelúcia, com vista ao primeiro, e fantasias, máscaras de todo tipo e para todas as idades, já que para o Carnaval tudo vale.

Os produtos são adquiridos, na sua maioria, no mercado do Roque Santeiro, importados do Brasil, o país do Samba e do Carnaval mais popular do Mundo.

Ao longo do mês de Março, as zungueiras também levam pelas ruas roupa e calçado, chupas (sandálias plásticas), capas e guarda-chuvas, para proteger das intempéries que se abatem em quase todo o país.

Em Abril, mudam o negócio.

Com o advento da Páscoa, que simboliza a ressurreição de Cristo, vendem produtos consentâneos com a celebração. Com a carne relegada para segundo plano, o peixe, seco ou fresco, é o preferido, tal como o vinho ou os bombons, que passam a ser negócio alternativo durante curtos dias.

Com o acentuar da Estação, surgem nas ruas roupas para a época de calor, blusas e calças em tecidos apropriados. E quando desacelera a temperatura, despedindo-se o tempo quente na primeira quinzena de Maio, o negócio também já é outro. Aparecem então os artigos específicos da época fria: casacos, cachecóis, xailes, touca, bonés, sapatilhas e, em algumas ocasiões, botas, meias, cobertores e cobertas, apesar da maior parte da população de Luanda não fazer uso constante destes últimos.

São vendas que vão até ao mês de Junho, quando também se comemora o Dia Mundial da Criança, fazendo os brinquedos saírem à rua. As vendedoras de rua, atentas como sempre às melhores épocas do ano, adquirem para revenda e alegria dos mais pequenos.

Nos meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro, com a ausência das chuvas, as zungueiras inundam as ruas de hortaliças, legumes e frutas, principalmente ao final dos dias, quando trazem nos seus alguidares tomate, couves, cebolas, repolho ou pimenta.

As frutas predominantes são a maçã e a pêra, na maior parte importadas. Segue-se o loengo, o abacate, a banana que vem do sul de Angola.

Comércio ininterrupto

Novembro, com o seu dia de finados, provoca uma mudança no negócio. Muitas passam a vender flores, porque é o que tem saída na temporada. Depois voltam à rotina habitual.

Violeta explica que não se cingem a um só negócio. "Tudo o que tiver saída vale", diz. Por isso é que se hoje se vendem cadernos, amanhã pode ser roupa ou calçado.

Por isso, também, é que em Dezembro se vende tudo a pensar nos presentes de Natal, na árvore e seus adornos, nos jogos de luzes, na bebida, no cabaz.

Haja ou não épocas especiais, as zungueiras não param. Elas têm sempre o que trazer para as ruas, conforme revela Esperança da Silva, que anda nesta labuta, difícil e pouco rentável, há cinco anos. Mãe de três filhos, começou por vender roupa às suas vizinhas. Mais tarde, apercebeu-se de que o negócio não podia ser fixo. Era necessário variar as estratégias. "Zungar" de município em município pareceu-lhe adequado. Se nos armazéns do Hoji – Ya-Henda, ou do Arreio (São Paulo) onde adquirem os produtos, estiver a sair algo que esteja na moda, todas vendem esse produto.

Ana Custódia, também zungueira da cidade de Luanda, afirma que no período festivo todos os artigos têm saída. Ana vive em São Pedro da Barra. As 5h00 são o seu horário fixo para acordar. Limpa a casa, prepara o pequeno-almoço e reúne-se à sua vizinha Alice Domingos. Juntas percorrem um longo caminho em direcção aos armazéns, numa rotina de que são feitos os seus dias de segunda a sexta-feira. Sábados repousam e fazem uma limpeza mais aprofundada à casa, para no domingo irem à missa e preparem a roupa para a semana. Não precisam de saltos, nem de blusas requintadas.

3.2 Estrangeiros invadem o mercado de Massambi

Jornal de Angola

2 de Fevereiro de 2010

O mercado de Massabi, localizado na comuna com o mesmo nome, no município de Cacongo, cerca de 90 quilómetros a Norte da cidade de Cabinda, tem vindo a sofrer nos últimos cinco anos uma forte invasão de vendedores estrangeiros de diferentes nacionalidades provenientes de Ponta Negra e Kouilou (Congo Brazzaville), apurou domingo a Angop naquele local.

O mercado de Massabi tem como grande parte dos utentes congolezes de Brazzaville e de Congo Kinshasa (RDC), assim como do Oeste e centro-africanos, que directa e indirectamente se alojam no recinto para praticarem as suas actividades comerciais.

A Angop constatou ainda que esses cidadãos fazem negócios e comércio legais e ilegais.

As trocas comerciais envolvem vários produtos, desde bens alimentares, industriais, vestuário, bebidas, frescos, sobressalentes de viaturas e motos.

Em Massabi até existem oficinas de reparação de viaturas e motos, salões de beleza, restaurantes e bares, para além da existência de escritórios de despachantes ou transitários e outros negócios menos visíveis.

É um mercado a partir do qual os estrangeiros de diferentes nacionalidades, idos do departamento (província) congolês de Kouilou e da cidade de Ponta Negra, aproveitando-se da política de "mercado fronteiriço e de trocas comerciais", procuram atingir

outras localidades ou aldeias da comuna de Massabi, no caso de Chicamba, cujo, objectivo é chegarem à cidade de I Cabinda por vias ilegais. Este mercado angolano de Massabi pode ser com uma porta para o acesso fácil de outras nacionalidades que, naquele recinto, engendram planos de imigração ilegal para atingirem o interior da província de Cabinda.

Muitos conseguem engendrar viagens para os municípios de Buco Zau e para a comuna de Dinge, áreas onde já se faz sentir um considerável fluxo migratório desses cidadãos.

Quartas-feiras e sábados são os dias de maior concentração de pessoas em Massabi.

No âmbito da política de boa vizinhança e de trocas comerciais, havia anteriormente, junto da fronteira comum, dois mercados, sendo um do lado angolano, que é o de Massabi, e outro em NTiamba NZazi, do lado congolês. A aquisição de bens e a movimentação de pessoas ao longo da fronteira comum era mais segura e estável, sob vigilância das autoridades migratórias, polícia fiscal e aduaneira de ambos os lados, o que traduzia maior eficácia no controlo da actividade e do fluxo de populações. Agora o mercado de Massabi é porta aberta à ilegalidade.

3.3 Mercado paralelo domina venda de livros

Jornal de Angola

3 de Fevereiro de 2010

O mercado paralelo está a dominar a venda de livros e outros materiais escolares na província de Luanda. Tudo porque há uma evidente carência destes artigos nas livrarias sedeadas na capital do país.

Durante uma ronda por várias artérias da cidade, constatou-se que pais e encarregados de educação andaram à procura dos materiais, durante os últimos dias, nas livrarias, mas que tiveram de recorrer ao mercado ambulante para adquirir os mesmos.

Além da carência de manuais nas livrarias, principalmente os correspondentes aos graus entre a iniciação e a 6 classe, devido à decisão do Ministério da Educação em os distribuir gratuitamente, os educadores optaram por comprá-los no mercado paralelo aos preços praticados.

A referida decisão ministerial tem causado alguns dissabores a muitas famílias que ficam à espera dos livros durante o decorrer do ano lectivo e estes não abrangem as escolas onde estudam os seus filhos. Para evitar que os meninos frequentem as aulas sem os manuais, os pais e encarregados de educação preferem adquiri-los nas livrarias ou no mercado ambulante. Alzira Serra, que tem filhos gémeos matriculados no primeiro ciclo do ensino primário, andou dias a fio à procura dos livros para os mesmos. Ontem desistiu

dessa busca nas livrarias e escolheu o mercado ambulante para aquisição dos mesmos. "Os livros estão muito caros, principalmente para pais como eu que têm mais de que um filho a estudar. É preciso alterar este quadro", disse a senhora.

Nos mercados do Roque Santeiro, Congolezes, São Paulo e outras artérias de Luanda, os livros mais procurados são os de leitura da 2, 3 e 4 classes. Já nas livrarias, os mais solicitados são os da 7 e 9 classes, respectivamente. Na livraria Lello, por exemplo, os livros são vendidos por coleção para evitar que um livro de uma determinada classe seja mais vendido do que um outro da mesma classe. Para adquiri-los, o comprador terá de desembolsar entre 2.500 e 3.000 kwanzas por cada livro da 1000 classe.

Para os da 7 à 9 classe, os preços variam entre os 144 a 1.200 kwanzas, como confirmou José Magalhães, da livraria Lello, instituição que recebe mais de 100 clientes por dia. Na rua e nos mercados acima referidos, os livros estão a ser comercializados a preços mais baratos.

Os manuais da 1ª à 9ª classe vão dos 500 kwanzas aos 2.500 kwanzas o livro mais caro é o de Iniciação, que custa entre 3.000 e 25.000 kwanzas a livraria Mensagem apenas os livros de Geografia e História são ali comercializados, mas normalmente para o cliente Ministério da Educação, tendo em conta que estes anuais são ali editados. Para este, os preços rondam os 300 kwanzas.

Entretanto, são os lápis, cadernos, réguas, plasticinas, cartolinas, esferográficas, guaches, aguarelas, estojos, tesouras, correctores, entre outros, os materiais mais procurados na livraria mensagem.

3.4 Livros escolares estão caros no mercado

Jornal de Angola

9 de Fevereiro de 2011

Pais e encarregados de educação do município do Sumbe, província do Kwanza-Sul, denunciaram a especulação do preço dos livros e outros materiais escolares por parte de comerciantes dos mercados informais.

O aumento dos preços dos livros é resultado da grande procura de livros nos mercados paralelos, porque não se encontram nas poucas livrarias existentes no município. Adquirir materiais didáticos para este ano lectivo, alguns encarregados de educação são obrigados a recorrer ao mercado informal, onde os preços são muito elevados.

Guilherme Daniel, funcionário público, lamentou ter de comprar os materiais escolares no mercado informal

quando existem livrarias na cidade. "É uma pena termos de ser obrigados a isso, comprar livros na rua, só porque as livrarias não possuem quantidades que respondam à procura que se regista no Sumbe".

O encarregado de educação manifestou-se satisfeito com os esforços que o Governo tem feito, nos últimos anos, para apoiar os alunos do ensino primário, distribuindo livros gratuitamente, de forma a minimizar os gastos das famílias que não possuem condições financeiras.

Joaquim Catraio Maneco, outro encarregado de educação, diz ser necessário o aumento de indústrias gráficas que garantam uma produção acentuada destes materiais a fim de se colmatarem as carências que ainda se registam no seio da sociedade.

No Sumbe, os materiais escolares mais procurados por pais e encarregados de educação, no mercado informal, são os cadernos diários, batas, livros e pastas. Alguns produtos são vendidos a preços acessíveis, mas a maioria é vendida a preços especulativos.

A abertura oficial do ano lectivo na província do Kwanza-Sul decorreu na cidade do Waku Kungo.

3.5 Crianças fora do sistema de Ensino vendem combustível nas ruas

Semanário Factual

12 a 19 de Fevereiro de 2010

São crianças com idades entre os 10 e os 14 anos que fazem o negócio a mando dos seus encarregados que, para além do sustento, recebem somente educação tradicional e os mandamentos da enxada.

De acordo com crianças entrevistadas pelo Factual, apenas cumprem com a tarefa que lhes é incumbida pelos pais, pelo que têm de madrugar e percorrer mais de sete quilómetros a pé na ausência de um transporte que saia cedo da comuna, na possibilidade de conseguir cinco litros ou mais de combustível para revenda.

Isabel Kinanga, de 12 anos de idade e órfã de mãe, fez saber que vende gasolina para ajudar o pai que é deficiente e a avó de 80 anos de idade.

"Não estou a estudar porque a escola está a 15 quilómetros de distância e não possuo cédula pessoal. Por isso vendo gasolina para ajudar a minha família, já estou habituada com este trabalho", acrescentou.

Quem também se encontra na mesma condição é Josefina Ekwli, de 13 anos de idade. Não está a estudar e vende gasolina porque não quer ficar sozinha em casa. Logo, segue as vizinhas às bombas de combustível e ajuda a revender o produto aos automobilistas que por aí circulam.

Mariano Moisés, de 15 anos, deu a conhecer que

aprendeu a fazer carvão e daí nasceu o gosto em fazer negócio. Com os pais aprendeu a dominar o forno, vende carvão e gasolina.

Moisés confessou não saber escrever nem ler porque o padraço nunca o colocou na escola. "Não me sinto envergonhado, nunca roubei e ajudo os meus pais honestamente", retorquiu.

Man Mossi, como é carinhosamente chamado, afirmou que tinha vontade de um dia dominar as letras, ser escritor e médico, mas "não tenho tempo, sou muito ocupado, os meus pais vão à lavra e eu tenho de fazer a minha parte, senão não sobrevivemos", argumentou.

O responsável comunitário do Lefuma Mafuca (paraíso), Sebastião Domingos, fez saber ao Factual que as razões das crianças estarem nas ruas a vender combustível têm a ver com o facto de ao longo da estrada com destino a localidade não existirem postos de combustível de agentes autorizados.

Segundo ele, muitas das crianças chegaram das províncias há um ano. Não possuem documentação necessária para ingressar no ensino, como a cédula ou a certidão narrativa. “

Os automobilistas reconhecem que a falta de bombas de combustível ao longo dos 30 quilómetros de estrada constitui uma baixa no rendimento do seu ofício. Porém, lamentam o facto de as crianças não estarem enquadradas no ensino normal de ensino e aprendizagem, pelo que" pedem um esclarecimento do governo municipal do Dande-Caxito.

As mães das crianças mostraram-se indiferentes e assumiram o facto de elas venderem como a única possibilidade de reenquadrá-las em algum ofício, como fez saber Jorgina Ekwli, mãe de 40 anos de idade.

Ela tem sete filhos e acrescenta não poder fazer mais nada, dado que o seu marido foi raptado na guerra fratricida que culminou em 2002 em Angola. Por isso, manda os filhos vender gasolina, gásóleo e carvão, tendo em conta que já não possui forças para lavrar a terra.

Na estrada de 30 quilómetros com destino a Lefuma Mafuca (paraíso) dezenas de crianças com recipientes de 25 litros com combustível à cabeça, pululam descalças procurando conseguir alguns trocados dos automobilistas que fazem o percurso, principalmente aos fins-de-semana.

3.6 Falta de material escolar no mercado oficial favorece esquemas de venda na candonga

Jornal de Angola

12 de Fevereiro de 2010

A falta de material escolar nas livrarias da cidade do Huambo preocupa estudantes e encarregados de

educação, que são obrigados a recorrer ao mercado paralelo.

No conhecido Mercado da Alemanha, nos arredores da cidade, o movimento tem sido intenso, já que ali há o que não se encontra nas livrarias.

Os preços variam em função da proveniência do material. Os vendedores dizem que o adquirem ou nos mercados de Luanda ou a partir de importadores de Portugal.

Os encarregados de educação defendem a abertura de mais livrarias na cidade, a uniformização e maior controlo dos preços pela Direcção Provincial da Educação, de forma a evitarem-se preços especulativos praticados nos mercados paralelos.

A Texto Editora é das poucas livrarias que garante material escolar da primeira à oitava classe.

Ayleine Varela, o responsável da casa, garantiu que há material suficiente para responder à procura, principalmente para o primeiro ciclo do ensino primário.

A livraria adquiriu o material escolar em Luanda e em Lisboa. Os preços variam entre 400 e 500 kwanzas para os livros até à terceira classes e para os da quinta à sexta classe. A medida que aumenta o nível escolar, sobe o preço. Um livro para a oitava classe custa, pelo menos, dois mil kwanzas.

Poucas livrarias

"Há quem tenha muitos filhos a estudar em diferentes níveis. Com estes preços, onde é que vamos parar?", desabafou, ao Jornal de Angola, Helena Lyanga, empregada doméstica e mãe de seis filhos, todos em idade escolar.

A Liwema adquire o material a partir da Namíbia e de Luanda. Jeremias Katal.eko disse que, "nos últimos dias, há muita procura de cadernos, livros, esferográficas e material de escritório e de arquivo".

Outra livraria de referência é a Ponto Final, do grupo Irislab, que, além de material escolar, vende artigos de escritório.

Como todas as outras livrarias da cidade do Huambo, os preços variam da proveniência do material. Os mais baratos são os do ensino de base, que custam entre 400 e 500 kwanzas.

Paulino Hernanis, estudante do curso de Direito, confirmou que "o material está caro", e que, por isso, tem recorrido ao mercado paralelo.

Na loja Praia Azul, vende-se muito material escolar, principalmente manuais da sétima à 12ª classe e cadernos, mas os preços são altos. Um dos responsáveis pelo estabelecimento disse que "o armazém está completamente cheio" e que "a procura quase que duplicou" nos últimos dias.

A Praia Azul também vende tecidos para batas brancas,

igualmente muito procurados nesta altura.

Ruas e mercado paralelo

Ninguém sabe, ao certo, a origem do material vendido nas ruas e mercados paralelos, mas é lá onde se adquire tudo a preços que, não sendo baixos, podem ser discutidos.

O mercado da Kissala, também conhecido por "Alemanha", é o maior da província, senão mesmo da região. Nesta época, é o maior fornecedor de material escolar.

Os vendedores recusam-se a dizer quem lhes fornece o material. Bartolomeu Katchiungo limitou-se a afirmar que o compra a várias pessoas que vêm de Luanda, a preços acessíveis. "Os preços da praça são mais acessíveis em relação aos das livrarias, porque vivemos a realidade dos nossos clientes e as coisas saem segundo a verdade das pessoas. Temos preços para todos os bolsos",-realçou.

Os preços dos manuais variam em função das classes. Até à oitava classe, oscilam entre quinhentos e 1.500 kwanzas.

Os manuais das classes do I ao 11 ciclo custam dois mil kwanzas, enquanto os cadernos, no mercado paralelo e em algumas esquinas da cidade, ficam 20 kwanzas, o mesmo preço de uma esferográfica.

Crescenciana Nené, uma cliente do mercado da Alemanha, disse, ao nosso jornal, que tem quatro crianças, razão pela qual optou por comprar material didáctico na praça.

Se o fizesse numa livraria, afirmou, gastava muito mais do que no mercado paralelo.

Uma pasta para documentos, por exemplo, que nas lojas custa entre 900 e 1.500, no mercado paralelo fica em 300. Flora Ngueve é uma das vendedoras ambulantes que prefere, ficar nas esquinas à espera de cliente. Vende principalmente batas. "Compro tecido para batas escolares que são confeccionados por um costureiro", disse ao Jornal de Angola, confidenciando: "O negócio é bastante rentável".

3.7 “ Mkumpapatas “ facilitam o transporte no Bie

Jornal de Angola

19 de Fevereiro de 2010

Com o objectivo de facturar e facilitar a vida da população residente nas zonas periféricas e distantes da cidade do Kuito, os "mkumpapata" transportam passageiros de diversas faixas etárias para os seus locais de destino.

No valor de 100 kwanzas por pessoa, os serviços de

moto-táxi, carregam mercadorias e crianças sem, a medir as possíveis consequências em algumas estradas que se encontram em mau estado de circulação.

Vários acidentes ocorrem diariamente causados na sua maioria, pelos chamados "mkumpapata", que na língua umbundo significa apalpar. Na cidade do Kuito, onde é visível a presença de agentes de trânsito nas principais avenidas, sobem e descem sem qualquer problema na verificação de documentação dos seus meios.

As vias que dão acesso aos municípios do Kunhinga, Andulo, Kamacupa, Chinguar e Katabola são os que verificam várias vezes e com maior intensidade a colisão de motorizadas.

A falta de semáforos e de sinalização na cidade do Kuito, bem como nos restantes municípios com maior densidade populacional e nas principais vias de acesso, têm sido as causas primárias dos acidentes.

As pessoas recorrem aos serviços de moto-táxi por necessidade, com o objectivo de serem conduzidos até à porta das suas residências, ou a outro local de destino. Francisco da Silva, um moto-táxi de 35 anos residente no município do Kuito, disse efectuar estes serviços há dois anos por imperativos económicos. "Estou desempregado e tenho uma família constituída, por isso tenho necessidade de ter, um modo de sustentar os meus três filhos. Neste trabalho consigo diariamente cinco mil kwanzas para não faltar o pão diário", explicou.

Todos os dias, os "mkumpapata" originam uma média de dez acidentes, só no município do Kuito, provocando mortes e ferimentos graves que muitas vezes deixam as pessoas deficientes. Os serviços práticos oferecidos pelos responsáveis de kumpapata fazem com que muitos populares adiram a este sistema de transporte que facilita a longa caminhada percorrida por muitos. Estudantes, funcionários públicos e pessoas de vários estratos sociais e profissionais beneficiam dos trabalhos efectuados pelos moto-taxistas, embora conscientes da falta de conhecimento do Código de Estrada que os mesmos possuem.

Muitos proprietários das motorizadas que servem de táxi não possuem a documentação completa para a execução destes serviços, mas mesmos assim fazem-nos em qualquer parte da província, porque não sentem a aplicação da lei. Adelina Cazengo, estudante e residente no bairro Catemo disse que beneficia diariamente dos serviços dos chamados mkumpapata, pelo facto destes fazerem os serviços porta-porta. " Uma vez tive um acidente. Não fiquei ferida mas estou traumatizada, por isso e deixei de apanhar motorizadas, preferindo caminhar a pé ou pedir boleia a pessoas amigas", esclareceu.

O uso de capacete é utilizado apenas pela minoria dos moto-taxistas, alegando que não protege muito em caso de acidente. Por isso, nem aos passageiros lhes são

fornecidos para protecção.

António da Fonseca, outro jovem de 24 anos que presta serviço de mkumpapata, afirma não possuir carta de condução por negligência. "Sei que é ilegal conduzir sem a carta nem a licença mas a polícia de trânsito também não nos tem interpelado constantemente. De qualquer maneira pretendo tratar da documentação completa", disse.

Em relação às vítimas, Eduarda Sangueve, funcionária pública e residente na comuna do Cunje, a sete quilómetros do Kuito, é uma delas e mantém as cicatrizes do acidente que recorda com tristeza. Segundo explicou, recorre normalmente aos serviços dos mkumpapata para se deslocar para o serviço, mas este mês sofreu um acidente na estrada principal e feriu a cabeça. "Deixei de apanhar motorizada por causa disso e sei que morrem muitas pessoas devido a acidentes de mkumpapata, porque muitos dos proprietários exercem esta profissão por necessidade, mas deviam ter carta e frequentarem as escolas de condução", desabafou.

3.8 Taxistas duplicam preço das rotas

Jornal de Angola

19 de Janeiro de 2010

Segundo alguns taxistas, os engarrafamentos e as obras existentes em Luanda, implicando a interdição de determinadas vias, constitui um dos principais motivos da subida ilegal do preço.

Se antes faziam entre dez mil a 15 mil kwanzas por dia, actualmente as receitas baixaram em mais de 50 por cento. Neste contexto, alegam que para compensar o esforço optaram por fixar o preço do táxi em 100 kwanzas. Além de aumentarem os preços, os condutores têm encurtado as rotas.

Assim, o percurso Mutamba -Aeroporto pode custar 200 kwanzas. Isto é, da Mutamba até a Maianga 100 e da Maianga até ao Aeroporto outros 100. Em situação normal, o transeunte gastaria por este percurso apenas 50 kwanzas.

A situação toma-se ainda mais complicada nas zonas suburbanas. Aliás, a falta de condições de algumas vias principais e secundárias faz com que o trajecto, que poderia ser feito entre dez a 30 minutos, leve quase uma hora e meia. Com efeito, os taxistas aproveitam a ocasião e estipulam preços a seu bel-prazer.

Esta questão já se arrasta há quase um ano em Luanda, diz Sandra Marisa, funcionária pública residente no município do Cazenga. Segundo explicou, a sua despesa mensal em transportes atinge geralmente os 30 mil kwanzas por causa da oscilação do preço do táxi. Acrescenta que quando chove os problemas se agudizam. Por um lado, pela falta de táxis nas vias, por

outro, devido ao aumento desenfreado da corrida. Sandra Marisa sublinha' que a rota realizada diariamente é Mutamba-São Paulo-Cuca-Imbodeiro do Cazenga. Em todo este percurso gasta quase 100 kwanzas. "Eu ganho 60 mil kwanzas, metade do meu salário ai para o transporte. Não há bolso que aguento," desabafa. Já Augusto da Silva, estudante residente em Viana, explica que só em táxi gasta a mil kwanzas diários, no trajecto Viana-Estalagem- Grafanil-Congotenses-Maianga-Mutamba.

1 Além disso, o valor pode altera-se dependendo do estado das vias. "Se houver muitos engarrafamentos pode chegar a 150 kwanzas por cada trajecto. E muito dinheiro em transportes. Não temos condições para isso," disse, defendendo que as entidades de direito deveriam intervir e acrescentando que os cidadãos têm pago essa quantia porque precisam de se movimentar e têm compromissos com as suas empresas.

Taxistas oportunistas

O presidente da Associação dos Taxistas angolanos, Manuel Faustino, considerou oportunistas os taxistas que procederam ao aumento do preço da corrida de táxi. Segundo Manuel Faustino, não há razões para alterar os preços já que associação e a Direcção de Preços e Concorrência do Ministério das Finanças estão a negociar, desde o ano passado, um possível ajustamento dos valores do táxi. "Quando termine este processo, o Ministério das Finanças poderá informar público do referido ajustamento".

O presidente disse, por outro lado, que a Associação tem realizado trabalho de sensibilização no sentido de chamar a atenção para o combate de tais práticas, bem como alertado os profissionais de táxi para conduzirem de forma disciplinar e responsável.

Centenas de taxistas julgados

Mais de duzentos profissionais de táxi foram julgados e condenados em Luanda, entre Dezembro de 2009 e Fevereiro de 2010, por crime de especulação com uma pena em multa de 15 a 68 mil kwanzas.

O porta-voz da Polícia Nacional (PN), Jorge Bengui, disse que a condenação destes jovens taxistas é o resultado da fiscalização que a Polícia Económica tem efectuado de forma rigorosa nas mais diversas artérias da capital.

As rotas mais visadas são Cuca, São Paulo, Cazenga, Zé Pirão e Estada de Catete Viana. O porta-voz da PN sublinha igualmente que as queixas sobre especulação do preço do táxi têm aumentado nos últimos meses.

Por isso, solicitou aos cidadãos para persistirem nas denúncias de tais práticas, informando a esquadra, ou o agente mais próximo, bem como o terminal 113, forne-

cendo dados sobre a rota em causa e a matrícula da viatura.

3.9 Tribunal condena taxista

Jornal de Angola

21 de Fevereiro de 2010

Quatro jovens, que faziam serviço de táxi em Luanda, foram condenados quinta-feira, pelo Tribunal de Polícia, ao pagamento de multas que vão dos 16.250 aos 39.000 kwanzas, por crime de especulação.

Os taxistas foram surpreendidos na segunda-feira por agentes da Polícia Económica a especularem o preço, em rotas curtas. Cobravam pela corrida 100 kwanzas por passageiro. Trata-se de João Pedro Velho, condenado ao pagamento de uma multa de 16.250 kwanzas, Eduardo Custódio Paulo (19.500) Silvano Samboya (32.500) e Quroz Cruz Júnior (39.000).

Os réus tiveram penas, porque transportavam um número diferente de passageiros, explicou a juíza durante o julgamento.

No mesmo dia, foi julgado LUCI Pussumala, condenado a seis meses de prisão, pena convertida em multa no valor de 36 mil kwanzas por vender medicamentos natural com data de expiração já vencida. Lucas Pussumala é proprietário de uma ervanária, no município do Cazenga.

3.10 Administração do município quer comércio organizado

Semanário Novo Jornal

26 de Fevereiro de 2010

Dois mercados informais entrarão em funcionamento este ano na cidade de Malanje. O primeiro, o Novo Mercado Municipal de Malanje, está a ser construído a sudeste, bairro da Catepa, no âmbito dos projectos do Presild, com a intenção de desafogar e retirar algumas pessoas do mercado do Tchauande.

A administradora, que revelou a novidade, salientou que o Novo Mercado terá uma capacidade superior a mil bancadas, uma gestão privada e contará com energia eléctrica, água corrente, saneamento também. Para além de outras condições para acomodar os vendedores, mas somente para "aqueles que honram com os compromissos da Administração em termos de taxas".

Um estudo para a construção de uma segunda praça, "uma coisa aberta, mas mais organizada na periferia de Malanje, precisou Teresa de Jesus, será erguida para realojar os cerca de dois mil usuários do Tchauande, amontoados actualmente num reduzido espaço imundo, principalmente neste período chuvoso.

Entretanto, o Fundo de Apoio Social (FAZ) construiu

em 2009 no bairro da Catepa um mercado (Camatondo) de raiz para acomodar pouco menos de 50 pessoas daquela comunidade, facto que obrigou a administração municipal a iniciar uma campanha de sensibilização dos vendedores para afluírem ao interior do mesmo.

A referida infra-estrutura, soube NJ de fonte segura, não foi erguida com base no número de cidadãos que dedicam ao comércio ambulatório ou similar nas circunstâncias, um dos maiores fornecedores de produtos hortícolas, depois do Tchauande e o Cabulo, bairro da Maxinde.

A administradora de Malanje precisou que vai acabar nos próximos tempos com as zungueiras e o comércio de "moto-táxi", naquela que será uma tarefa conjunta do Comando Municipal da Polícia Nacional e da Aviação e Trânsito.

A sujeira defronte aos estabelecimentos comerciais e ao longo do percurso são descaminhos das chamadas zungueiras que concorrem para transgressões administrativas.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 A Lei dos Salários foi votada para uma Nova Angola.

Jornal Folha 8

20 de Fevereiro de 2010

O orçamento geral do Estado para o ano fiscal em curso já foi aprovado no ano passado, sem que fossem considerados os propósitos que levaram a visão da Constituição e as estratégias que determinarão as metas. E se pretendem atingir a médio longo termos nos vários domínios os de responsabilidade pública e incumbem o 3º Estado.

Tal como temos vindo a pautar em essas análises e a fundamentar essas críticas, a metodologia centrada para o governo estabelecer a aprovação do orçamento, são tão atípicas quão estranha é a sua forma de responsabilização ou controlo da aplicação dos dinheiros públicos. Se estamos a recomendar, como disse o PR, tinha de ser votado um outro OGE, que atendessem aos programas que os novos tutores certamente queiram empreender corrigindo imperfeições ou planos menos ousados de seus predecessores. Não aconteceu.

O aprovado o ano passado é o que vigora e teve em conta critérios que se desconhecem. Porquê desconhecidos? Porque não foram transparentes as despesas decorrentes ou as receitas arrecadadas e evita-se sempre falar da subida do preço do barril do petróleo, como referência base dos activos no estudo e feitura do orçamento.

Lembra-se que desde os meados de 2009 que seguramente o preço do barril só conheceu subida, e chega hoje a ser cotado a 75 USD o que dá uma grande margem de excedentes.

No passado dia 27 de Janeiro, o Conselho de Ministros, numa sessão extraordinária e restrita, aprovou a Programação Financeira do Tesouro que praticamente está virada para o futuro com novos projectos.

A carteira de investimentos aprovada está acima de 7 mil milhões de dólares, destinados a apoiar 39 projectos em vários domínios. Cerca de 60 por cento dos referidos investimentos foi destinado aos sectores do comércio, hotelaria, imobiliário e telecomunicações. De acordo as informações, os sectores agro-alimentar e agro-pecuário, foram pouco contemplados. Por norma,

os contribuintes (cidadãos) deviam ter conhecimento do que cada ministério gastou e o total de receitas amealhadas. Até hoje nunca soubemos na realidade qual é a dívida contraída pelo Estado junto do sector empresarial público nacional e agentes económicas estrangeiros, tudo porque os cidadãos nunca se catalogam como verdadeiros contribuintes, porque participam pouco nas receitas que são indispensáveis para contrabalançar os gastos (investimentos) do Estado. Participam pouco, porque o Estado criou, um ciclo de gerador de receitas (dividendos) ou investimento retroactivos.

Na realidade apenas 20 5, dos mais de 9 milhões de angolanos activos pagam imposto e menos de 5% dos detentores de riqueza são intimados a pagar aquilo que se conhece como o imposto sobre a fortuna – ISF e sobre o rendimentos, que se em todas as sociedades estáveis e sob governação responsável, representa 1/3 do pacote, das receitas gerais do Estado. Em Angola, como os detentores dessas multinacionais ocultas, não só são invisíveis, como nunca declaram seus capitais e não pagam o imposto sobre os lucros; como nunca se sabe ao certo quem são os proprietários dos bancos (sobretudo); como não temos grandes empresas empregadoras e produtivas; como não existe um mecanismo de avaliação dos dividendos ou detecção das fraudes e de fugas ao fisco, o Estado nunca ou raras vezes declara ou anuncia benefícios.

Estas irregularidades subsistem, mas são bem encobertas porque as potencialidades de Angola em recursos naturais rentáveis, são extremamente lucrativas e exponenciais o que possibilita sem grandes esforços o Estado tapar os furos dos gastos.

O angolano não tem muito mais, somente porque o nível de desvio e esbanjamento é enorme. Este quadro descrito faz com que no f das contas, o saldo seja sempre negativo, muito particularmente porque tem de se suportar despesas de umas Forças Armadas e de uma Policia Secreta iguais a do tempo de guerra e os dinheiros despendidos em equipamentos (pontes, estradas, barragens, fornecimento de energia eléctrica, água) não são recuperados; os quadros técnicos que as infra-estruturas de educação e ensino formam, não produzem o esperado porque não há oferta – unidades de produção. Os investimentos nas áreas sociais, são ou inexistentes, ou selectivos, continuando na lógica de que para o Estado, aqueles que vêm a favor do povo, são inimigos do Estado porque ao procurarem defender o povo, são forçados a se insurgir e condenar o governo e como raras são as vezes que o governo desempenha cabalmente seu papel, também as associações são penalizadas.

Como disse de princípio, antes da aprovação de um orçamento adaptável deve ser publicado relatórios sobre os gastos detalhados, a quantidade de riquezas

produzidas e um ante-projecto de crescimento e desenvolvimento que venha a justificar os dinheiros que serão injectados sectorialmente. Mas, não é o que sucede em Angola. O Governo foi nomeado e contrariamente ao que é recomendado, não se conhece o projecto, as suas linhas programáticas, seu espaço de acção, o tempo presumível para a sua implementação e as suas prioridades destrinchadas, Tudo na mesma.

Taxas; impostos; penalizações

Nos últimos dias, está em voga a questão do seguro obrigatório” cobertura á terceiros “, para os utentes de meios rolantes motorizados. Em toda a parte do mundo, as taxas indirectas que se extraem da actividade comercial (compras de produtos ou as que são extraídas dos nossos salários) ou impostos vários que se pagam directamente ao Estado por intermédio de declarações que as empresas pequenas, médias ou grandes) depõem no ministério das finanças pelas actividades produtivas; as multas de penalizações por infracções de trânsito ou fiscais, servem para atenuar as despesas do Estado no melhoramento das estruturas que servem os cidadãos no domínio público. Isto quer dizer que, ao pagarmos esses impostos e taxas, estamos no direito de reivindicar melhorias dos equipamentos públicos que o Estado coloca ao nosso dispor. Adicionada a outras participações já citadas, este imposto "Seguro", por exemplo, pago a organismos privados ou estatais, deviam antes ser precedidos de infra-estruturas mínimas tais como: estradas transitáveis, sem buracos, sem areia, bem asseguradas, bem sinalizadas e iluminadas, assim como pontes correspondentes as normas. Numa única palavra, condições que ilibam o Estado de qualquer inculpação num determinado acidente com danos, provocados por exemplo, pelo estado degradante de uma via. Não é o que acontece em Angola. As cinco seguradoras vocacionadas a cobrar os impostos, nunca estarão em condições de cobrir gastos, quando um buraco na estrada ser o responsável de um determinado acidente. E, ninguém dirá não, grande parte dos desastres têm origem o estado lamentável da maior parte das vias que se estendem pelo país.

4.2 AN aprova documentos e discute orçamento para 2010

Jornal o País

26 de Fevereiro de 2010

A Assembleia Nacional aprovou ontem, na sua oitava sessão plenária ordinária, os projectos de Lei Orgânica do Funcionamento e do Processo Legislativo do

Parlamento, para serem conformes com a Constituição recentemente aprovada.

O Parlamento aprovou igualmente o projecto de Lei da Publicação e Formulário dos Diplomas Legais, num processéi que mereceu a unanimidade dos deputados presentes na referida sessão.

Entretanto, não foi concretizada a aprovação do projecto de Revisão da Lei Orgânica da Assembleia Nacional' postergada para a próxima sessão para efeitos de correcção de imperfeições encontradas na forma e no conteúdo do mesmo.

A Lei Orgânica do Funcionamento e do Processo Legislativo da Assembleia Nacional, segundo a deputada Júlia Ornelas, visa reformular o regime de funcionamento do Parlamento, com vista a se obter uma maior eficiência e aperfeiçoamento da funcionalidade dos seus órgãos internos.

Deste modo, as principais alterações prendem-se com a introdução de um novo título sobre as disposições gerais, contendo dois capítulos que definem a composição e duração do mandato da Assembleia Nacional e as línguas de trabalho.

Quanto ao Projecto de Revisão da Lei Orgânica deste órgão, a primeira presidente da mesa da Assembleia Nacional em exercício, Emília Carlota Dias, em declarações à imprensa, informou que o mesmo foi apenas apreciado e, dada a sua complexidade, será remetido às comissões do parlamento para o seu aprofundamento.

A porta fechada os deputados apreciaram questões internas como o Orçamento do Parlamento para 2010, Estatuto Remuneratório dos Deputados, Proposta de Ajustamento Salarial dos parlamentares, Projecto de Regulamento de Gestão de Transportes deste órgão, assim como o Projecto de Regulamento da Gestão do Aprovisionamento e Património da Assembleia Nacional.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

5.1 Ausência dos serviços sociais preocupa comunidade

Semanário Factual

12 á 19 de Fevereiro de 2010

A comuna, caracterizada pelo crescimento industrial, tem de alguma forma atraído investimentos privados. A localidade conta com três fábricas de bebidas bem como empresas viradas para a extracção de inertes do subsolo.

Pesem os investimentos industriais a comunal, a localidade não conta com um centro de saúde, situação que tem preocupado a comunidade devido aos elevados casos de paludismo que tem registado.

A comuna conta com cerca de dez povoações e uma população estimada em mais de dois mil habitantes na sua maioria virados para a prática da agricultura de subsistência e comércio.

Tendo em conta a ausência de um centro de saúde público ou privado na comunidade, os habitantes são obrigados a se deslocarem até Catete ou Viana (Luanda), no sentido de poderem receber assistência médica.

Ao longo da estada do Factual na comuna do Bom Jesus, foi possível constatar as dificuldades atravessadas pela comunidade no que toca aos serviços de saúde.

Jerónimo Nascimento, morador do bairro 44, falou ao semanário que "a minha esposa estava a contorce-se com muitas dores e febres altas no período nocturno. Por falta de um centro de saúde e transporte no momento, tivemos que passar a noite em casa sem nenhuma assistência médica. Já na manhã seguinte, levei-a até ao hospital de Catete onde a enfermeira me disse que a minha esposa estava com princípio de malária e que o quadro dela exigia atenção, visto que de noite não teve alguma assistência".

Factos idênticos têm acontecido na comunidade. Em casos mais graves os doentes acabam por falecer no trajecto para o hospital de Catete ou Viana Luanda).

O habitante Isaque Kipungo afirmou que "a falta de um centro médico tem causado muitos problemas no seio da comunidade, pois somos obrigados a sair da comuna até para fazer uma análise de paludismo. É urgente um centro médico aqui na comuna para acudir os vários casos de doenças, principalmente o

paludismo".

Quanto ao sector da educação, a comunidade conta apenas com 11 salas de aulas, da iniciação à 10 classe, o que não tem suprido a demanda, dado que existe ainda um número elevado de crianças e adolescentes fora do sistema de ensino. As condições laborais por parte dos professores também não são as melhores.

Adão Francisco, professor da localidade, fez saber que "as dificuldades são tantas, incluindo a falta de alguns subsídios e de mais profissionais, existindo um professor que lecciona a 7 classe, a 9a e 10 classes, o que causa um certo transtorno aquando da preparação da matéria por parte do docente.

Existe a necessidade de se criarem mais salas de aulas bem como o aumento de profissionais na comunidade", apelou Adão Francisco.

A comuna do Bom Jesus, mesmo banhada pelo maior rio de Angola (o Kwanza), ainda carece de abastecimento de água potável.

A comunidade, constituída por cerca de dez povoações, não conta com um sistema integrado de abastecimento de água potável, pelo que a solução é o consumo de água bruta do rio.

A dona de casa, Josefina Samba, falou que "nós dependemos praticamente do rio, é onde nós lavamos as roupas, tiramos a água para beber, cozinhar e fazer os trabalhos domésticos"; Questionada sobre o consumo da água do rio, Josefina Samba declarou que "já se tornou um hábito, muito embora prejudicial à saúde, principalmente das crianças".

A comuna não conta com um centro de formação profissional de artes e ofícios para os jovens, o que contribui para o aumento do desemprego da juventude local, visto que as empresas que operam na localidade primam por indivíduos formados.

O morador Adelino Samba fez saber ao Factual que muitos jovens se encontram desempregados devido à falta de uma formação profissional, uma vez que as empresas exigem pessoas que tenham pelo menos os cursos básicos de mecânica, de serralharia e de outros ofícios.

No que toca ao lazer, a localidade do Bom Jesus é um dos pontos turísticos da província do Bengo, muito embora a flora esteja a ceder lugar a empresas e fábricas.

Por outro lado, a juventude mostra-se ainda preocupada pela ausência de locais para lazer, visto que o cine comunal se encontra totalmente danificado.

O Factual tentou o contacto com a administração comunal no sentido de saber sobre os problemas que afectam a comunidade, mas em vão, pois o administrador afirmou que só poderia falar caso tivesse uma autorização do Governo central ou do Governo Provincial do Bengo

5.2 Como Interpretar os Planos Directores Municipais

Jornal Folha 8

13 de Fevereiro de 2010

O desenvolvimento de Angola deve envolver quatro aspectos fundamentais:

Infra-estruturas, instituições, consciência e cultura. Um país só se desenvolve integralmente se evoluir simultaneamente nas infra-estruturas que suportam a vida das pessoas, nas instituições que gerem a sociedade na consciência individual dos seus cidadãos e na cultura nacional do seu povo" Armando Vaz Velho, 21 de Outubro de 2008, Jornal de Angola).

O Plano Director Municipal é um instrumento de ordenamento territorial que se integra num sistema articulado de planeamento nacional, cujos instrumentos se podem organizar pelo menos em quatro variáveis, como são os casos do âmbito territorial, o tipo de ocupação do solo, o ambiente de intervenção e a característica das áreas específicas.

O PDM, quanto a nós, deve estabelecer, uma estrutura espacial para todo o território do município, isto é, classificando os solos e definindo os índices urbanísticos, tendo em conta os objectivos de desenvolvimento, tais como a distribuição racional das actividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transporte, portes e as infra-estruturas, os planos de urbanização que por sua vez, estão subordinados aos planos directores que devem definir uma organização para o meio urbano, estabelecendo designadamente, o perímetro urbano, à concepção geral da forma urbana, os perímetros urbanísticos, o destino das construções, os locais destinados à instalação de equipamentos e espaços livres e o traço esquemático da rede viária e das infra-estruturas principais.

Os planos de pormenor que estão enquadrados nos planos de urbanização devem estabelecer a concepção do espaço urbano dispondo, nomeadamente, do uso do solo e das condições gerais de edificação, quer para as novas construções, seja para a transformação das existentes, assim como à caracterização fechada dos edifícios e arranjos dos espaços livres.

Para a satisfação dos objectivos e conteúdos referidos, os Planos Municipais, devem dispor de um regulamento e uma planta, que seja de " Ordenamento", zonamento e ou de " Implantação " consoante se trate de implantação ou do Plano Director, Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor (genericamente designado por planta de síntese).

As plantas de ordenamento (do Plano Director) delimitam as classes de espaços, em função do uso dominante, as plantas de "zonamento" (no âmbito dos

planos de urbanização), delimitam às categorias de espaços no quadro dos espaços dos Planos Directores e as plantas de implantação que são (características dos planos de pormenor), estabelecem o parcelamento, alinhamento, implantação de edifícios, números de pisos ou cereais, números de fogos e a respectiva tipologia, assim como a área total das construções existentes que são sustentadas pelos:

a) Espaços urbanos, caracterizados pelo elevado nível de infra-estruturas e densidade populacional, onde o solo se destina predominantemente, a edificação.

b) Espaços industriais, destinados os actividades transformadoras. c)Espaços urbanizáveis, assim denominados por poderem vir a adquirir as características dos espaços urbanos e geralmente designados por áreas de expansão.

d) Espaços para industrias extractivos

e) Espaços florestais.

f) Espaços culturais e naturais.

g) Espaços canais, que correspondem aos corredores de actividades construídas para infra-estruturas, que têm efeitos de barreira física dos espaços que os marginam. Somos adeptos da possibilidade do recurso ao inquérito publico, para a provação dos Planos Directores Municipais, a gestão democrática, facilita sua aprovação superior e o dos mesmos, com a respectiva publicação no jornal oficial, caso concreto, o Jornal de j tendo em vista a participação populações no planeamento participativo no sentido delas próprias poderem de forma plena r ocupação e aproveitamento solos.

"Todos Angolanos devem colocar sua pedra nos alicerces de j para que todos possamos n o nosso sacrificado pedaço mas para que possamos merecer este pedaço de pão, mos em crer, que só chegara todos de forma digna, se o desenvolver. Sem o desenvolvimento, por mais géneros, sejam as intenções, o pão chegará a todos, portanto, a que: «pão» é, sobretudo, uma que: desenvolvimento, tal como mos de mãos dadas, demonstrando as nossas visões urbanas, rumo a um participativo e harmonioso.

5.3 Luanda perdeu assento no Conselho de Ministro

Jornal o País

12 de Fevereiro de 2010

A governadora da Província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, perdeu o assento no órgão colegial do Governo, o Conselho de Ministros que, de acordo com a nova Constituição, adopta a configuração de um órgão auxiliar do Presidente da República na formulação e a consequente formação da política governativa.

Francisca do Espírito Santo, que foi até à semana passada a única governadora das 18 províncias que dis-

punha desta prerrogativa, tinha sido empossada como ministra sem pasta em Novembro de 2008.

O director provincial da Comunicação Social de Luanda e porta-voz do Governo da Província, confirmou o facto que para muitos passou despercebido.

De acordo com Ladislau Silva, a eliminação do cargo de primeiro ministro representa a queda de todo o executivo, onde, por sinal, Francisca do Espírito Santo detinha um assento enquanto ministra sem pasta, que cessou agora com entrada do novo Executivo. Por este facto, Francisca do Espírito Santo estará ausente da primeira sessão do Conselho de Ministros, hoje.

Até ao momento não ficou claro para alguns observadores a razão pela qual a Governadora de Luanda foi nomeada ministra sem pasta mas, de acordo com uma fonte afecta àquela instituição, face aos problemas que a cidade de Luanda apresenta, tomou-se necessária a intervenção de fundo das estruturas centrais do Estado.

Para além disso, o facto de a cidade de Luanda acolher dois governos o central e o provincial, que, de certa maneira, resulta em acções de solidariedade, em alguns aspectos, e em casos de fricções entre os titulares de alguns ministérios e entre alguns destes e o governo provincial, por outro lado, estão entre os factores que determinaram a elevação de Francisca do Espírito Santo à categoria de ministra sem pasta. Nomear Francisca Espírito Santo para Ministra de Estado, para as nossas fontes, seria elevar demasiado o seu estatuto, e seria uma medida que, de certeza, não seria recebida com agrado nem pelo o próprio Executivo, nem pelo o próprio partido do Governo.

5.4 Como Interpretar os Planos Directores Municipais

Jornal Folha 8

13 de Fevereiro de 2010

O desenvolvimento de Angola deve envolver quatro aspectos fundamentais:

Infra-estruturas, instituições, consciência e cultura. Um país só se desenvolve integralmente se evoluir simultaneamente nas infra-estruturas que suportam a vida das pessoas, nas instituições que gerem a sociedade na consciência individual dos seus cidadãos e na cultura nacional do seu povo" Armando Vaz Velho, 21 de Outubro de 2008, Jornal de Angola).

O Plano Director Municipal é um instrumento de ordenamento territorial que se integra num sistema articulado de planeamento nacional, cujos instrumentos se podem organizar pelo menos em quatro variáveis, como são os casos do âmbito territorial, o tipo de ocupação do solo, o ambiente de intervenção e a

característica das áreas específicas.

O PDM, quanto a nós, deve estabelecer, uma estrutura espacial para todo o território do município, isto é, classificando os solos e definindo os índices urbanísticos, tendo em conta os objectivos de desenvolvimento, tais como a distribuição racional das actividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transporte, portes e as infra-estruturas, os planos de urbanização que por sua vez, estão subordinados aos planos directores que devem definir uma organização para o meio urbano, estabelecendo designadamente, o perímetro urbano, à concepção geral da forma urbana, os perímetros urbanísticos, o destino das construções, os locais destinados à instalação de equipamentos e espaços livres e o traço esquemático da rede viária e das infra-estruturas principais.

Os planos de pormenor que estão enquadrados nos planos de urbanização devem estabelecer a concepção do espaço urbano dispondo, nomeadamente, do uso do solo e das condições gerais de edificação, quer para as novas construções, seja para a transformação das existentes, assim como à caracterização fechada dos edifícios e arranjos dos espaços livres.

Para a satisfação dos objectivos e conteúdos referidos, os Planos Municipais, devem dispor de um regulamento e uma planta, que seja de "Ordenamento", zonamento e ou de "Implantação" consoante se trate de implantação ou do Plano Director, Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor (genericamente designado por planta de síntese).

As plantas de ordenamento (do Plano Director) delimitam as classes de espaços, em função do uso dominante, as plantas de "zonamento" (no âmbito dos planos de urbanização), delimitam às categorias de espaços no quadro dos espaços dos Planos Directores e as plantas de implantação que são (características dos planos de pormenor), estabelecem o parcelamento, alinhamento, implantação de edifícios, números de pisos ou cereais, números de fogos e a respectiva tipologia, assim como a área total das construções existentes que são sustentadas pelos:

- a) Espaços urbanos, caracterizados pelo elevado nível de infra-estruturas e densidade populacional, onde o solo se destina predominantemente, a edificação.
- b) Espaços industriais, destinados as actividades transformadoras.
- c) Espaços urbanizáveis, assim denominados por poderem vir a adquirir as características dos espaços urbanos e geralmente designados por áreas de expansão.
- d) Espaços para industrias extractivos
- e) Espaços florestais.
- f) Espaços culturais e naturais.
- g) Espaços canais, que correspondem aos corredores de actividades construídas para infra-estruturas, que têm

efeitos de barreira física dos espaços que os marginam. Somos adeptos da possibilidade do recurso ao inquérito público, para a provação dos Planos Directores Municipais, a gestão democrática, facilita sua aprovação superior e o dos mesmos, com a respectiva publicação no jornal oficial, caso concreto, o Jornal de j tendo em vista a participação populações no planeamento participativo no sentido delas próprias poderem de forma plena r ocupação e aproveitamento solos.

"Todos Angolanos devem colocar sua pedra nos alicerces de j para que todos possamos n o nosso sacrificado pedaço mas para que possamos merecer este pedaço de pão, mos em crer, que só chegara todos de forma digna, se o desenvolver. Sem o desenvolvimento, por mais géneros, sejam as intenções, o pão chegará a todos, portanto, a que: «pão» é, sobretudo, uma que: desenvolvimento, tal como mos de mãos dadas, demonstrando as nossas visões urbanas, rumo a um participativo e harmonioso.

5.5 Lei – Quadro sobre Administração Local analisada em Conselho de Ministro

Semanário Factual

19 á 26 de Fevereiro de 2010

A Lei-Quadro é o instrumento jurídico que vai reger o quadro organizativo e funcional dos órgãos da administração local do Estado, à luz da nova Constituição.

A lei sobre Probidade Administrativa, que estabelece as bases e o regime jurídico relativos à moralidade administrativa e ao respeito pelo património público por parte dos gestores, esteve também em análise pela Comissão Permanente do CM, em que participaram também os governadores das 18 províncias do país.

O memorando sobre a adequação da Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação do "programa executivo de urbanismo e habitação para o período 2010/2012" também foi apreciado pelo CM.

A reunião ordinária da Comissão Permanente do Conselho de Ministros teve lugar no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda, sob a orientação do Presidente José Eduardo dos Santos.

5.6 Policia insiste estranhamente no » confiscou » de jornais privados

Semanário Angolense

20 de Fevereiro de 2010

Pelo segundo sábado consecutivo, a gentes da Polícia Nacional voltaram a investir contra os jornais privados que se publicam em Luanda, ao procederem à recolha de centenas de exemplares seus que se aprestavam a ser postos à disposição do seu público.

O Semanário Angolense voltou a ser a publicação mais prejudicada por esta incompreensível «operação policia l» que atenta contra a liberdade de imprensa e outros direitos fundamentais dos cidadãos deste país, numa altura em que a aprovação da nova constituição fazia pensar que os tempos passariam a ser outros.

O que torna ainda mais incompreensível essas investidas é que elas iniciaram precisamente um dia depois do próprio Presidente da República ter anunciado que o Estado continuaria a «criar condições para que a imprensa seja cada vez mais forte, plural, isenta, responsável e independente», como que a piscar o olho ao segmento da Comunicação Social que não está directamente ligado ao seu governo, isto é, os jornais privados ou assim, com quem, até então, o poder tivera uma relação menos boa.

Implicitamente, o discurso de José Eduardo dos Santos prenunciava um corte com um passado de hostilização aos jornais privados, mas a prática dos últimos dias cria receios de que as palavras do Presidente da República se tornaram «letra morta», gorando assim todas as expectativas positivas que se haviam criado à volta da questão.

No último sábado, a acção incidiu sobre o local onde o grosso dos jornais privados são distribuídos aos ardinias, sendo que três deles veriam os exemplares dos jornais que haviam adquirido para revenda a serem «confiscados» pelos diligentes agentes da polícia, que se faziam transportar num «patrulheiro» com a matrícula LD-49-47-CK. Há informações de que os três ardinias teriam sido molestados fisicamente quando estavam no «quintal da jipe» a caminho de uma esquadra da baixa de Luanda.

Segundo uma nossa fonte, é 'estranho que os agentes da polícia só iniciem as hostilidades da «operação de recolha» sempre que chegam ao posto de distribuição os exemplares do Semanário Angolense, deixando perceber de algum modo que este jornal seja então o principal «alvo a abater», sabe-se lá porquê.

Em face de tudo isto, o Semanário Angolense, embora consciente de que seria uma missão impossível, procurou saber junto do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional se havia alguma «ordem superior» expressa neste sentido.

A «explicação oficial» veio do superintendente-chefe Jorge Bengui, porta-voz do comando provincial de Luanda da Polícia Nacional que alegou que os três ardinias teriam desobedecido a uma ordem dos agentes da ordem para que desobstruísem o passeio público onde tinham colocado os jornais.

«Pedimos que os ardinias tirassem os jornais do passeio.

Todos os outros assim o fizeram, à excepção de três, que seriam então detidos e multados por obstrução de um passeio público», disse Jorge Bengui, em conversa com o Semanário Angolense, no entanto, sem conseguir convencer. Tudo indica que haverá muito que isto por detrás destas «operações de recolha» dos jornais privados.

«É totalmente inadmissível que a Polícia persista em atitudes desta natureza, num momento em que o país se está a encaminhar para rumos diferentes dos do passado», como deixava entender o discurso do Presidente da República referido acima - já assim escrevia o Semanário Angolense no sábado passado, a propósito da primeira investida contra os jornais privados uma semana antes.

«Por isso, para o bem da democracia e das liberdades fundamentais e para que atitudes dessa forma repressoras não se repitam, é imperioso que as instituições competentes identifiquem, com a posse dos dados aqui fornecidos, os executantes e mandantes dessa operação atentatória contra direitos e liberdades adquiridos e mais uma vez acabados de consagrar e os persiga administrativa e judicialmente», rogávamos também já na altura, o que se reitera aqui, esperando que se ponha um fim imediato a estas perseguições incompreensíveis.

Ou por quanto tempo mais continuaremos a assistir a este filme anti-democrático?

5.7 Guerra total contra a Imprensa Privada

Jornal Folha 8

20 de Fevereiro de 2010

O Estado Angolano, talvez por erro de interpretação dos estatutos directores da liberdade de imprensa, conseguiu provocar divisão entre os órgãos da Comunicação Social, condicionando a vida dos jornalistas, tanto com subornos, aliciamentos, penalizações administrativas e financeiras.

Assim, jornalistas afectos a esses órgãos cedem rendidos às evidências da precariedade de vida que prevalece no país. Desta forma, é perceptível que existem dois grupos que se digladiam cordialmente em permanência: de um lado está a "imprensa dita estatal", TPA, RNA, JA e algumas publicações que, mesmo inopinadamente, pactuam e do outro se posicionam os restantes órgãos, aqueles que não se reservam quando são chamados a denunciar desvios ou a criticar métodos e procedimentos opacos dos governantes.

Noutros termos, temos literalmente definido a imprensa cuja linha editorial se consubstancia na defesa

cega e surda do Governo e outra que intervém como porta-voz dos cidadãos; é esta última que é sistematicamente arcelada e votada para o seu desaparecimento.

Em contra partida, esquecemo-nos sempre de que, se esta imprensa de intervenção desaparecer, ninguém existirá para alertar uns e outros sobre os perigos advirem e sobre as injustiças cometidas fora do alcance de quem de direito, o que se instala o crime.

Não foi por acaso que, mesmo asfíxiados, nos arrogamos em denunciar, com todos os riscos, o filão destes desvios, que começou com a implicação do procurador geral da República, general João Maria, nos mais de 150 milhões de dólares, volatilizados algures de Portugal e vem agora esta dos 100 milhões.

Se não fôssemos verdadeiros indígenas, não nos atreveríamos a tomar arriscada decisão que na altura foi condenada por aqueles que hoje estão na linha da frente a bater palmas e a elogiar por tal feito. Há muito por se desbravar, muitas batalhas por vencer, uma das principais é a do medo. A verdade é uma, é preciso tocar em sensibilidades, para que as mudanças sociais e económicas sejam efectivas com a equidade desejada. Por meios e vias ocultas, têm sido enviadas mensagens para todos quanto se têm arrogado a denunciar os atropelos de Estado contra a Nação soberana, que é o povo indígena. Já há muito, havíamos percebido isso, mas nunca acreditamos que, para salvar o poder, estão dispostos a tudo, até a interferir nos ditames internos de outros órgãos ou empresas.

A multiplicação de processos na DNIC e as ameaças de encerramento dos órgãos foram apenas indícios da exaltação dos dignitários de Estado, como demonstração de força, mesmo sabendo que, procedendo assim, o lançavam contra a razão.

Em contrapartida, no meio dessas ameaças, continuamos a existir. Finalmente, aquilo foi pura diversão. O Estado Angolano conhece o calcanhar d'Aquiles dos média privados, o poder financeiro. Como se sabe, para qualquer órgão independente do género, a publicidade é fundamental para amenizar encargos administrativos e assegurar o aprimoramento das edições. É aqui onde o Estado desferiu o golpe. Na sua lógica, todos os órgãos que tecerem críticas ao sistema ou à governação são os imediatamente referenciados. Esta lista negra é distribuída subtilmente a todos os agentes económicos (Bancos, empresas) que, automaticamente, ficam proibidos de rubricar qualquer tipo de contrato de publicidade com os quais.

A mesma lista é igualmente deixada ao alcance de outras instituições estatais ou com elas relacionadas, objectivo interditar que os membros do Governo fazem qualquer tipo de declarações. De acordo com outras informações, o Ministério da Comunicação Social é orientado a elaborar uma estratégia, de forma a

ofuscar, reduzir e fazer desaparecer esses órgãos. Assim, não são convidados a participar nas actividades oficiais de titulares de pastas ministeriais/ Governo ou actividades desenvolvidas pelo Presidente da República. Somos conscientes de que a missão do jornalista não é a de agradar, anuir a mentira ou atacar gratuitamente o Governo: é de respeitar integralmente os princípios da isenção e transparência, objectividade e verdade conforme rezam os estatutos do jornalismo. Estamos igualmente cientes de que a nossa linha editorial não é a de comprar presentes e angariar bónus, é a de identificar problemas, para que sejam prontamente resolvidos, contribuindo para uma sociedade mais justa, objectivo primeiro da "Boa Governação" de quem somos vi dores fiéis. Mas, insistem fazer crer o seguinte:

1 - O Estado é o instrumento fortes e a garantia dos fracos;

2 - O Estado é tudo, ele é ti poderoso. Os indivíduos são totalmente subordinados a ele = tudo para o Estado, tudo pelo o Estado, nada contra o Estado;

3 - O Estado é um todo, um bloco de Estado totalitário não tolera a separação dos poderes. Toda oposição a estes princípios e ser quebrada;

4 - Nada existe no Estado, se não o seu próprio Estado =, tudo no Estado, nada fora dele.

Por estas e outras razões, recomenda-se que não se pode permitir que os poderes executivo, legislativo e o judicial, estejam mãos de um só, para que os excessos praticados pelo PR, na qualidade de Chefe do Estado, sejam pela Assembleia (órgão soberano) e possam ser julgados, por aquele que por lógica d ser o órgão supremo do Estado "Os tribunais".

Pouco importa! Enquanto o Estado não garantir a todos os angolanos; uma capacidade de subsistência, alimentação, habitação, educação saúde, estabilidade, paz de espírito ordem e respeito, a imprensa independente não pode deixar de existir. Apelar o contrário é pactuar com a injustiça e com o mal.

5.8 Edifício da direcção da agricultura preste a desabar

Semanário Angolense

26 de Fevereiro de 2010

OS MUNÍCIPES do Cazenga estão insatisfeitos com o trabalho prestado pelos funcionários da 6a conservatória. Dizem que o atendimento é "muito lento" e o "vício de dinheiro por parte alguns funcionários é insuportável". Os moradores queixam-se também de falta de respeito por parte dos empregados. E acusam o Ministério da Justiça por não controlar a situação.

Os queixosos exemplificam que depois da ministra, da Justiça ter surpreendido os antigos trabalhadores da

antiga (a conservatória, que funcionava na rua do Patrício, o cenário melhorou durante um mês, mas depois voltou a ser como era antes.

Lopes Mateus confidenciou ao Novo Jornal que há cinco meses que vai à 6a conservatória tratar da certidão de nascimento e até ao momento não lhe foi dado o documento. "Já estou agastado com esta situação, preciso do documento para tratar do bilhete de identidade para o serviço e ainda não mo deram. Já paguei ao banco e até agora não me resolvem o problema, estou muito aborrecido", diz, o jovem.

A nossa fonte disse, por outro lado, que muitas vezes já nem adianta falar para os órgãos, de comunicação social. "Já se falou várias vezes para as rádios e jornais sobre o assunto que, os moradores do Cazenga vivem, mas até agora nada, fazem para melhorar. Onde é que já se viu um município grande como o Cazenga ter apenas, uma conservatória?", interroga-se o jovem, acrescentado:

"Pensámos que com uma mulher no Ministério da Justiça a situação devia melhorar, mas só está a piorar. Ela veio para aqui tirar os trabalhadores pensando que era a solução, mas não era o que se precisa aqui é de mais conservatórias, porque eles trabalham em péssimas condições e a ministra Guilhermina Prata tem conhecimento disso", frisou.

A cada dia que passa, cresce o volume de pessoas que procuram os serviços da 6 conservatória. O resultado é a espera quase todo dia para tratar de um simples documento.

A demora provoca irritação quem aguardava pelo documento. Foi o caso da comerciante Daniela Raul, de 32 anos. Gripada, lamentou os empurrões que há na hora de atendimento e já por várias vezes saíram do local pessoas feridas. "No mês passado, aconteceu a mesma coisa. Vim tratar de um boletim de óbito e demorou mais de dois dias. Ficámos com o corpo mais de quatro dias na casa mortuária e isso é muito triste, e pedimos ajuda a quem de direito". Outros não tiveram a mesma paciência que Daniela. O estudante Joaquim José, 19 anos, disse não ter tolerância para esperar tanto tempo por um documento e preferiu abandonar o local, dizendo que voltaria {no segundo dia.

A única conservatória existente no município encontra-se dentro do mercado Asa Branca, o acesso para chegar ao local é bastante difícil. Trabalham na conservatória aproximadamente 10 funcionários, que atendem mais de dois milhões de habitantes do município, um número que não é suficiente para a demanda, segundo os moradores.

O Novo Jomal contactou o chefe da 6a conservatória, mas este recusou-se a dar qualquer informação sobre o assunto, pronunciando que só o director nacional ou a ministra da Justiça é que podem falar sobre o assunto.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 O grupo Prado Valladares anuncia novos investimentos na área habitacional

Jornal de Economia e Finanças

2 de Fevereiro de 2010

O grupo empresarial Prado Valladares vai construir faseadamente diversos empreendimentos comerciais e sociais na área de Talatona, município da Samba, em Luanda-Sul, num investimento avaliado em cerca de USO 125 milhões, segundo anunciou o seu director comercial, Luís Moreira.

Em entrevista exclusiva ao JE, o responsável lembrou que no ano passado foram investidos USD 35 milhões na construção de um complexo residencial de 10 edifícios com cinco andares cada, no mesmo bairro, o que totalizará a oferta de 100 apartamentos.

O empreendimento, que apresenta inúmeras vantagens, por estar a ser construído numa área em franco crescimento de novas infra-estruturas comerciais e habitacionais, comporta edifícios do tipo T2 e T4 duplex, e estão a ser erguidos pela construtora R~ ligada ao grupo, numa área de oito mil metros quadrados. As obras, iniciadas no primeiro semestre do ano passado, terão uma duração de 36 meses.

O projecto, denominado "Laguna", segundo o director comercial do grupo, terá áreas de lazer, como clube, piscina, sauna, salões de jogos e parque para estacionamento para cerca de 100 viaturas.

No complexo, será montado um sistema de comunicações a partir da porta de entrada, sistema de acesso controlado, assim como um sistema de segurança para controlar todas as pessoas que afluem ao local.

O director comercial disse que um apartamento do tipo T2 será comercializado ao preço de USO 500 mil e T4 custa USO 900 mil. Neste projecto cerca de 600 angolanos ganharam emprego.

Luís Moreira frisou que os interessados podem pagar o custo do apartamento de forma faseada.

Espaço Avenida

Um outro investimento foi de

. cerca de USO 20 milhões para a construção de um centro empresarial também em Talatona, denominado Espaço Avenida, composto por 168 lojas, distribuídas em dois blocos de quatro pisos cada e uma esplanada. A primeira etapa vai incidir na construção de 84 lojas de 30 a 200 metros quadrados.

No piso inferior (cave) serão construídas 14 lojas, duas das quais de 110 metros quadrados, 12 de 47 metros quadrados, um parque de estacionamento para cerca de 100 viaturas. No total, o centro vai ocupar um espaço

de 2.146,74 metros quadrados.

No rés-do-chão, estarão implantadas 18 lojas, sendo duas de 200 metros quadrados, oito de 85, 4 de 81 e outras 4 de 56, abrangendo uma superfície de 973,58 metros quadrados.

No piso superior, vão ser construídas Oito lojas de 85 metros quadrados, 4 de 81 e outras 4 de 56, totalizando 15 lojas, numa dimensão de 1.683,59 metros quadrados. O primeiro andar, com uma superfície de 2.153,80 metros quadrados, terá 36 lojas, assim como um espaço reservado a uma esplanada.

Luís Morerra referiu que o iniciou das obras estão previstas para este mês, e a conclusão para o segundo semestre de 2011.

Um outro empreendimento perspectivado e a construção do "Mixcenter Multi Uso", composto por seis pisos, dos quais três comerciais e os restantes para residências.

Recentemente, o grupo lançou no mercado angolano o centro comercial Conchas de Talatona, composto por oito lojas de médio e grande porte, e construído num espaço total de 3.368,20 metros quadrados.

O projecto está situado a escassos metros do condomínio Residencial de Conchas. Constitui o segundo centro comercial, depois do Brisa.

Boulevard Talatona

Ainda na perspectiva de reduzir o défice habitacional em Angola, o grupo Valladares vai construir 89 vivendas de alta qualidade num projecto denominado "Boulevard Talatona", empreendimento que custará cerca de USD 50 milhões. As casas do complexo serão do tipo triplex, com parque de estacionamento subterrâneo.

Cada vivenda terá uma cave de estacionamento para , 4 viaturas. O rés-do-chão estará composto por uma sala de estar e jantar, varanda, cozinha, desck e lavabo, numa extensão de 114,15 metros

quadrados. O primeiro andar terá uma suite master com sacada, dormitório com terraço, casa de banho, que abrangerá uma área de 91,07 metros quadrados. Já o terraço terá um salão, lavabo, copa, desck elevado com hidromassagem, que ocupará um espaço físico de 59,09 metros quadrados.

Os edifícios serão privativos, de quatro andares, servidos por elevadores exclusivos e terão um espaço de lazer e desporto em clube completo. O condomínio estará equipado com reservatório de água, gerador eléctrico, central telefónica e sistema de TV colectiva por parabólica. Não há previsão de inauguração.

Diamantes de Talatona

O luxuoso condomínio residencial Diamantes de Talatona será composto por 16 residências do tipo T5, providas de área administrativa, salão de eventos,

portaria e segurança. As vivendas se apresentam em pavimentos de dois pisos, rés-do-chão e primeiro andar. As casas serão construídas em lotes de 520 metros quadrados de área.

6.2 Autoconstrução dirigida já tem material

Jornal de Angola

5 de Fevereiro de 2010

O Ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, assegurou, na terça-feira, na cidade do Lubango, que 700 mil kits de construção estão à disposição para o programa nacional de autoconstrução dirigida.

O ministro, que inaugurou na cidade do Lubango as instalações do Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, disse que "a prioridade vai para as províncias com loteamentos dos terrenos adiantados".

José Ferreira afirmou que o Ministério já possui os primeiros quatro mil kits. Para a entrega aos governos provinciais, para que possam negociar com as populações. O plano traçado, referiu, consiste em pôr à disposição da população; ainda no primeiro semestre, 400 mil kits e 300 mil nos últimos seis meses do ano, no quadro do programa de construção, até 2012, de um milhão de fogos habitacionais.

Os preços deste conjunto de materiais de construção estão ao alcance de todos os populares, pois aqueles que não tiverem capacidade financeira de o fazer podem recorrer ao crédito bancário, através do Fundo do Fomento Habitacional.

O ministro sublinhou que o crédito pode ser amortizado, em prazos que vão de 10 a 15 anos, de forma a facilitar os mais desfavorecidos que têm terreno nas novas urbanizações.

O Ministério do Urbanismo e Construção ainda não tem definido o número de kits a distribuir por província, mas, referiu José Ferreira, este processo vai ser feito de acordo com os lotes de terrenos concedidos.

A vice-governadora da Huíla para área técnica disse que esta iniciativa constitui uma mais-valia na construção dos 35 mil fogos que vão ser construídos, até 2012, na província.

Vitória Correia garantiu que o governo provincial vai acelerar o processo de loteamento dos terrenos para fomentar a autoconstrução dirigida nos 14 municípios.

Estruturas dignas

O Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano na Huíla (INATDU) tem as estruturas reabilitadas e apetrechadas com meios modernos para responder o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação em curso.

O ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, inaugurou o empreendimento, no âmbito do programa nacional de reabilitação e construção de novos edifícios.

José Ferreira disse que o loteamento de terrenos e a construção de um milhão de fogos habitacionais, até 2012, são acções que vão exigir empenho e dedicação dos quadros do sector.

Além da reabilitação e construção de novos edifícios, o programa do Ministério contempla a requalificação dos recursos humanos e recrutamento de quadros especializados

6.3 Construção de Casas e escolas lançada na zona das pedreiras

Jornal de Angola

5 de Fevereiro de 2010

A vice-governadora da província de Luanda, Juvelina Imperial, colocou, na quarta-feira, a primeira pedra para a construção de três mil fogos habitacionais do tipo T2 e T3, no âmbito do programa das celebrações do 4 de Fevereiro, dia do início da luta armada de libertação em Angola.

O acto de colocação da primeira pedra do complexo habitacional decorreu na zona das pedreiras, de onde os heróis partiram para atacar as cadeias de Luanda, na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961, para libertarem os compatriotas presos pelos colonialistas portugueses. Dirigindo-se ao público, Juvelina Imperial frisou que o projecto se destina aos antigos combatentes, viúvas e à comunidade da zona.

A vice-governadora pediu à população que vive nos arredores que não ocupe o espaço, tendo em conta o plano que inclui a construção de casas, escolas, postos médicos, centro de formação, centro infantil e outras infra-estruturas, para o benefício das famílias da área. O presidente do Conselho de Administração do Consórcio Comandante

Loy Domingos Barros, afirmou que o projecto é de âmbito nacional e que este mês se realiza cerimónias idênticas nas províncias de Benguela, Huíla e Uíje.

6.4 Segunda fase do Projecto Nova Vida arranca este mês

Semanário Económico

5 de Fevereiro de 2010

O Ministério do Urbanismo e Habitação apontou como prioridade para este ano, a implementação, a partir deste mês, da segunda fase do projecto Nova Vida, a sul de Luanda.

A decisão foi tomada numa sessão do Conselho de Direcção deste Ministério, dedicado à aprovação do programa de actividades para o primeiro trimestre de 2010.

De acordo com o documento final publicado na terça-feira, 2, o Instituto Nacional de Habitação irá fazer, neste período, a apreciação de processos de alienação de imóveis e começar, assim, a desanexação dos lotes e dos registos de inscrição das benfeitorias, no projecto Nova Vida.

No encontro, presidido pelo titular do Ministério, José dos Santos da Silva Ferreira, foram defendidos ainda, como prioridades, o lançamento da promoção de programa de habitação de interesse social.

O documento sublinha igualmente que foi analisada a necessidade do restabelecimento dos contactos com o Ministério das Cidades da República Federativa do Brasil, visando a concretização de um acordo de cooperação bilateral no domínio do urbanismo e habitação.

O programa referente à comemoração do dia Mundial do Habitat e a participação, em Março, de Angola no V fórum Urbano Mundial no Brasil foram também analisados na reunião.

Na ocasião O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, empossou Daniel Barros Quintã como consultor do gabinete do vice ministro do sector, António Flor.

Localizada em Luanda Sul, a oito quilómetros do centro da cidade capital, o projecto Nova Vida é o maior projecto habitacional construído no país nessa época do período pós independência.

6.5 Habitação e escritórios lideram preços na capital

Semanário Agora

6 de Fevereiro de 2010

O estudo intitulado "Mercado Imobiliário Luanda 2009", feito em colaboração com o portal Casa Sapo, aponta para um valor de metro quadrado de cerca de 11.647 dólares e uma renda média por metro quadrado de 165 dólares na baixa da cidade.

Em Talatona, o metro quadrado está avaliado em 8.333 dólares e a renda média em 125 dólares, e no centro da

capital a preços é mais baixos, rondando 6.947 dólares o metro quadrado e 110 dólares a renda média.

O mercado de escritórios de Luanda é dividido em Cbd – Central Business District (na baixa), cidade (2a coroa, zonas periféricas da baixa) e Luanda Sul (Talatona e Benfica).

Os valores apresentados correspondem a uma combinação entre preços de oferta e valores de avaliação recolhidos de empreendimentos nos municípios da Ingombota, Maianga, Viana, as zonas de Luanda Sul e Camama (Talatona).

A zona sul apresenta os preços mais elevados no segmento de escritórios usados 6.600 dólares por metro quadrado, superando o Cbd (6.316) e a cidade (4.091).

Os autores da segunda edição do estudo, a primeira que inclui os preços dos escritórios, salientam a fase de "mutação" do contexto económico, que acabou por ser de estagnação do crescimento económico, mas consideram que actualmente 11 existe potencial de mercado para todos os operadores imobiliários".

Verifica-se agora uma diferença substancial decorrente da descida do preço do petróleo e das consequências naturais desse facto na economia angolana, embora a dependência da mesma em relação ao preço desta matéria-prima seja cada vez menor, graças à diversificação económica em curso, refere o documento.

Por outro lado, num outro estudo divulgado recentemente a consultora imobiliária Worx identificou valores recorde nas rendas em Luanda, apontando para 12 mil dólares por metro quadrado (T5) na zona nobre ou de referência.

Os preços, sublinha, são consequência 1da guerra e da falta de investimentos nos últimos anos" no imobiliário do país que só mais recentemente começou a expandir-se ao ritmo da economia.

Ao contrário a consultoria Proprime envolveu o levantamento do parque de escritórios da cidade e da zona sul de Luanda, numa área total de estudo 1,3 milhões de metros quadrados .

Quanto aos apartamentos mais caros situam-se na Ingombota com um valor médio 385 mil dólares (T1, 64 m quadrados) e 1,2 milhões d lares (T3, 225 metros quadra

Na Maianga, um T4 (285 metros quadrados) são avaliados 1,15 milhões de dólares, enquanto um T2 (165 metros quadra ronda 725 mil.

Mais baixos são os preços' zonas de Luanda Sul (entre mil dólares o T1 e 800 mil dó o T4), Viana (210 mil dólares e 380 mil dólares o T3) e Cami (230 mil dólares o T1 e 365 dólares o T3).

Quanto ao preço por m quadrado, os mais elevados igualmente os da Ingombota (6.016 dólares o T1 e 5333 o seguidos dos Ti em Luanda (5.158).

As moradias mais pequenas (V3) na zona da Talatona avaliadas em 2,2 milhões de lares e as maiores em 2,4 milhões. Benfica apresenta valores moradias entre os 1,8 milhões dólares (V3, 380 metros quadrados) e 2 milhões de dólares (metros quadrados), de acordo com a Proprime.

6.6 Urbanismo e Desenvolvimento debatidos na cidade de Malanje

Jornal de Angola

10 de Fevereiro de 2010

Duas mil habitações vão ser construídas, durante este ano, em todos os municípios da província de Malanje, assegurou segunda-feira o governador Boaventura da Silva Cardoso.

O governante disse que já estão identificados cerca de 600 hectares de reservas fundiárias nos municípios da província destinados à construção de habitação dirigida, com o objectivo de dar outro nível de vida aos cidadãos.

Para o município sede (Malanje) estão identificadas reservas fundiárias nos bairros da Carreira de Tiro, (300 hectares de terra), Catepa (2.600 hectares) e a zona de Cangambo (212 hectares). Para efectivação deste projecto, Boaventura Cardoso anunciou que já estão desminados mais de 150 hectares de terras na reserva fundiária localizada no bairro da Carreira de Tiro.

O governo da província de Malanje prevê atingir, no município sede, uma média de 19 mil lotes de terras durante o presente ano e 79 lotes em toda a extensão da

, -província, até 2012.

Para o êxito do programa de urbanismo e habitação, a província dispõe dos recursos necessários: uma unidade técnica de coordenação, criada pelo Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, técnicos especializados, equipamentos, meios rodantes para a desminagem, instalações próprias e orçamentos para a efectivação dos trabalhos.

Conferência sobre urbanismo e habitações

Para abordar este e outras preocupações ligadas ao sector, membros do Governo, directores provinciais e sociedade civil participam, segunda-feira, em Malanje, numa conferência sobre urbanismo e desenvolvimento que visa traçar estratégias para implementação do programa nacional sobre urbanismo e habitação, de acordo com as orientações do Ministério do Urbanismo e Construção.

A conferência foi orientada pelo presidente do Conselho de Urbanistas da Comunidade Europeia, engenheiro João Teixeira, e promovida pelo governo

provincial de Malanje, em parceria com empresas do sector privado.

Durante a conferência, os participantes analisaram temas como a estratégia global de implementação do programa nacional de urbanismo e habitação, estratégia local de implementação do referido programa, programações das operações, recuperação, reabilitação do património e infra-estruturas de cidades.

O governador provincial de Malanje disse que no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, a responsabilidade é da elaboração do plano director e urbanismo em todas as sedes municipais.

O governante acrescentou ainda que a ausência de infra-estruturas básicas tem causado problemas à população, levando à ocupação de prédios inacabados e a construções anárquicas nos bairros periféricos da cidade de Malanje, como alternativa.

Para inverter o quadro, o governador provincial de Malanje, Boaventura Cardoso, disse ser necessária a elaboração e implementação de um novo plano urbanístico e a requalificação de determinadas zonas urbanas.

6.7 A miséria das Tendas

Semanário a Capital

De 6 a 13 de Fevereiro de 2010

Numa lugar onde vivem pessoas, como é o Zango III, falta o quase e o tudo. Na verdade, naquele descampado, onde as tendas desgastadas pelo tempo de uso, a água é imprópria para o consumo humano. Neste início de ano lectivo, as escolas são ainda uma miragem e a saúde, assim como em todo o país, também vai doente.

No Zango III, este lugarejo a sul de Luanda, para onde foi parar, há dez meses, os populares saídos de zonas consideradas perigosas, à Ilha de Luanda, que receberam a garantia de que casas condignas, mas que, passados estes tempos, tudo não passou de simples promessas.

Ali, para quem quer que seja, o ciclo da vida daquela gente é feito, por via das dúvidas, ao mesmo ritmo que a luz do sol. Ou seja, às pressas, tudo é feito às primeiras horas do dia, caminhando quilómetros infintos para épicas viagens até ao centro da cidade de Luanda, em busca do pouco que o seu pouco dinheiro pode comprar, para, por no cair da tarde, regressar à casa, que não passa de um pequeno compartimento numa minúscula tenda, que é partilhada com outros colegas de vicissitudes várias.

Artur Moreira, 33 anos, vive esta realidade, mas, mais do que isso, esta situação, a que se viu mergulhado há quase um ano, retirou-lhe também o emprego que tinha para remediar e, assim, sobreviver.

Quando ele e a família, à semelhança de outros milhares de populares, foram obrigados a abandonarem o bairro do Benfica, à Ilha de Luanda, a pretexto de escaparem das malfadadas calemas, a distância da «terra de ninguém», para onde foram transferidos, colocou também o seu emprego em risco. E perdeu-o.

Os dias têm corrido e as dificuldades, essas, multiplicam-se. Com a esposa e três filhos, vê-se, por esses dias, de mãos atadas. A vida, que já não estava fácil antes da transferência, piorou. Vezes hão que sustentar a família toma-se um exercício quase miraculoso. «Perdi o emprego depois que viemos para aqui e, para sobreviver, tenho que esperar que me emprestem um carro, para fazer umas puxadas», explicou.

Ao contrário da "Ilha de Luanda, onde vivia uma vida que já não fácil, «viver no Zango tem que se ter estômago para aguentam, lamentou, quanto mais não seja pelo facto de ter que «enfrentar chuvas», que, quando se faz por aqueles lados, «deixa tudo encharcado», esclareceu.

Nessa época do ano, em que a chuva é um incómodo visitante, os constrangimentos são vários e viver naquelas tendas, que lhes foram oferecidas há quase um ano, por isso envelhecidas e rasgadas, é o mesmo que estar ao relento. «A chuva é a nossa maior inimiga», sendo que sempre, por uma questão de rotina vêem-se obrigados a «fórram o pouco de que ainda dispõem, para evitar que se deteriore.

Como Artur, as reclamações dos demais faz-se ouvir em coro, num unísono «já não queremos viver aqui nessas condições». E justificam: «saímos de um lugar com paredes e agora estamos em tendas a sofrer com o calor, frio e a chuva».

Entendem ser necessário acalmar os ânimos, mas sabem, que tal é impossível, quando todos vivem e dormem amontoados, porque «as tendas são poucas» e ninguém, entre as autoridades de direito, disse-lhes por quanto tempo mais terão que suportar tamanhas vicissitudes.

Acreditam, por isso, que estão a ser aldrabados. E, por força disso, esfuma-se também a esperança. «Não nos deram ainda respostas claras de quanto tempo mais teremos que ficar neste inferno», disse um dos moradores.

Aos 37 anos, Teresa, tal como Artur, sente também que as forças se acabaram e, com isso, a esperança. No Zango, vive a vida apenas por viver, pois a vontade de continuar naquele lugar ermo, essa, há muito que desapareceu. «O problema é que o governo não tem amor, por isso nos atiram para qualquer lado, como se fossemos animais», realçou.

Após 18 anos de vida no bairro Benfica, na ilha de Luanda, cujas lembranças guarda com alguma nostalgia aceitou a transferência para o Zango III pois como lhes foi dito» seria por pouco tempo». As promessas

entretanto, saíram goradas. Têm de enfrentar de tudo e mais alguma coisa» ficamos sem nada» poder a fazer quando chove, porque as tendas não oferecem nenhuma condições mas», queixou-se.

As condições de habitabilidade são, para todos os efeitos, desumanas. À ausência de água juntam-se latrinas com poucas ou quase nenhuma condições de higiene. Um mercado de poucos produtos, sem alternativa para a conservação dos mesmos, por ausência de energia eléctrica.

«Vivemos num ambiente de completo sofrimento a que nunca nos vamos habituar», lamentou. Por sua conta, risco e bolso, os moradores viram-se obrigados a erguerem pequenas casas de chapas para protegerem da chuva os poucos móveis que conseguiram «arrastar» consigo.

É uma vida que atingiu um período inoportuno à capacidade humana, que se toma ainda mais dantesca por ausência de informação sobre quando terminará este quase «fim do mundo» em que se viram um dia, num rápido abrir e fechar de olhos, mergulhados, um cenário de completo desencanto, para quem a vida diária é um martírio. 11

Quando Viver é ignorar a chuvas

Para quem já vivia em péssimas condições, a vida no Zango li também passou a representar uma vida sem vida. Uma miragem. Longe do «conto de fada» desenhado pelas promessas das autoridades encarregues por este tipo de transferências.

Ao contrário dos populares provenientes do bairro do Benfica, à Ilha de Luanda, instalados em tendas, os moradores no chamado «prédio da Tchethénia», no bairro Nelito Soares, beneficiaram de

casas de construção definitiva.

Mas, aqui também, a vida deixou de ter este nome. É que mesmo nessas casas, não têm tido sossego, pois a chuva tira-o, tal como reconheceu o morador José João, actual morador do Zango li, para quem «a chuva tem tirado o sono». «Tudo em casa, quando chove, fica alagado», pelo que é quase uma rotina dormirem com um olho fechado e outro aberto, pois São Pedro, qual ladrão, chega sem avisar. «Não dá para ficar distraído, pois pode-se perder tudo o que foi difícil comprar, explicou.

O bairro conta com uma escola, cujo funcionamento é titubeante. O minimercado, de tão pequeno, tem-se' revelado de pouca serventia, uma vez que mal se consegue adquirir os bens de primeira necessidade. O banco de urgência do minúsculo hospital não funciona em pleno. «Parece que só podemos adoecer no período da manhã, porque no período nocturno fica fechado», revelou.

A penúria total

Num dia, de que a memória começa a esquecer, as antigas instalações da escola militar Comandante Gika foi tomada de assalto por homens armados, bulldozers que «varreram» tudo o que encontraram pela frente e os camiões, sempre lesto, trataram de encaminhar os populares desalojados para um novo destino, algures em Viana, onde viriam a encontrar... nada.

Algures naquela circunscrição, nas proximidades do cemitério municipal de Viana, esses moradores enfrentam tudo, até o inimaginável: poeira, sol abrasador, além de que, tal como no Zango III, as tendas tendem a desaparecer.

Outros há que não esperam pelo governo e tomaram, cada um, o seu rumo, para latitudes de outras esperanças. «Ninguém ainda recebeu casas do governo. O que temos até agora são promessas e nada mais», reclamou um dos moradores.

Com frio, solou chuva, tiveram que aprender que, mais do que reclamar, é importante munir-se de anticorpos para lidar com as várias intempéries à disposição deste «novo mundo», que há muito deixou de ser um mundo para a vida humana.

Há ainda um outro grupo de desalojados que, com poucos meios, montaram as suas próprias casas de latas, chapas ou até mesmo de papelão. É que, num ápice, das tendas apenas sobraram panos rasgados como recordação.

Oona Cristina, que vive naquele bairro há coisa de cinco anos, nunca soube o que é a visita de um elemento da administração de Viana. «Queremos sair daqui, mas ninguém diz nada. Estamos abandonados», gemeu.

«Apenas precisamos de um tecto», clama, com um visível olhar de quem há muito cansou-se da vida a que se viu obrigada a viver, por força de alguma insensibilidade das autoridades, a pretexto de melhoria das condições de vida.

Mas, enquanto o lobo não vem, ou seja, quanto mais as promessas de melhorias das condições de vida se mostrarem incertas, a vida, mesmo sem eira, nem beira, continua, na esperança de que ela, um dia, vai melhorar.

6.8 Moradores dos Mulevos passam por piores momentos

Semanário Factual

De 9 á 26 de Fevereiro de 2010

Segundo os moradores dos Mulenvos de Baixo, no município de Cacucaco, que foram desalojados da Nova Cimangola há dois anos para este local, a principal dificuldade prende-se com a falta de luz, água e um posto

médico, situação semelhante aos que vivem nos Mulenvos de Cima município de Viana.

"Estamos sem luz eléctrica há dois anos, quando fomos desalojados da Nova Cimangola para este local cheio de ravinas que ameaçam a nossa vida, (Mulenvos). Prometeram nos dar energia, hoje passam dois anos e continuamos a sobreviver às escuras", afirmou Deolinda Nzola, de 46 anos.

Os electrodomésticos há muito que se encontram deteriorados por falta da luz eléctrica, referiu a moradora Eunice António. Ela partilha a região de cima e de baixo, correspondente aos dois municípios, e fez saber não suportar a situação mesmo socorrendo-se de geradores, pelo que pede às administrações municipais de Cacucaco e de Viana uma de explicação. Nas 500 casas nos Mulenvos de Baixo (Cacucaco) verificam-se instalações de postos eléctricos por toda o perímetro do bairro, mas nunca os moradores viram piscar de uma lâmpada, facto que obriga ao uso de geradores, suportando a especulação de preços praticados por revendedores de combustível não autorizados.

Para Esperança Domingas, de 35 anos de idade, o que mais a preocupa é a falta de segurança, mesmo tendo uma esquadra próximo.

"Quando a polícia sai, os ladrões entram, escondem-se na mata ao redor das casas e levam telemóveis, botijas de gás e fogões", explicou.

A falta de água é o outro problema dos moradores dos Mulenvos de Cima (Viana) onde não há chafarizes, enquanto na parte de Baixo (Cacucaco) os tanques existentes não possuem coberturas, e muito tem sido o azar dos habitantes ao acarretarem água suja em que cobras e lagartos urinaram e morreram' segundo Melena da Silva, que acrescentou não jorrar água há tempos no único chafariz existente.

A falta de uma escola do II ciclo é outra preocupação dos moradores dos Mulenvos de Baixo. A única escola primária não possui casas de banhos e os moradores afirmam ser pequena para suportar as crianças dos dois municípios: Viana e Cacucaco.

"Necessitamos de uma escola maior, e com casas de banho, carteiras, uma escola sem capim à sua volta. Já não queremos defecar na mata porque lá há cobras. Queremos uma escola com jardim e segurança", exigiu Jéssica Olga, de 12 anos de idade e aluna da sua classe.

A instalação de um posto médico é a maior exigência para os moradores.

Mendes Firmino afirmou: as pessoas não morriam à toa, não adoeciam frequentemente como está a acontecer aqui. Onde fomos retirados havia postos médicos mas não sabemos porque nos colocaram nesta zona está condições básicas, não somos pessoas?", perguntou-se.

"Há muito mosquito, paludismo, diarreia, aranhas, lagartos e centopeias. As casas que construíram para nós estão a rachar e os vidros a quebrar. Todos os postos de luz estão a apodrecer e a cair, necessitamos de ajuda", pediu Mendes Firmino.

Joaquim António, coordenador das 500 casas dos Mulenvos de Baixo, afirmou ser necessário a resolução dos problemas dos moradores, não somente dos Mulenvos de Cima.

"A preocupação é tanta que começa a pôr em risco todos aqueles que confiaram nas autoridades administrativas em colaborar com eles para que viéssemos sem nenhum constrangimento", afirmou.

"Todos os problemas retratados pelos habitantes dos Mulenvos de Baixo (Cacuaco) e de Cima (Viana) correspondem à verdade. Esperamos desde já a intervenção das entidades responsáveis", concluiu.

O Factual tentou ouvir administrações de Viana e de Cacuaco sobre o problema que os moradores destes dois bairros enfrentam.

A resposta veio no sentido de o Factual remeter antes uma carta e só assim viria o esclarecimento das administrações municipais.

6.9 Plano Directores dão credibilidade aos projectos

Jornal de Angola

13 de Fevereiro de 2010

O presidente do Conselho de Urbanismo da União Europeia, João Teixeira, defendeu, em Ndalatando, província do Kwanza-Norte, a necessidade da adopção de planos directores no âmbito do Projecto Nacional de Urbanização, visando a garantia de uma maior credibilidade e eficiência dos projectos habitacionais em curso, em várias províncias do país.

João Teixeira intervinha durante um workshop promovido pela direcção do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente da província sobre "Urbanismo e desenvolvimento sustentado" realizado nos dias 9 e dirigido a entidades de vários estratos da sociedade local.

No uso da palavra, chamou a atenção para a necessidade de adopção de planos directores, de modo a melhor se garantir uma coordenação de serviços no âmbito da construção de novos fogos habitacionais. "Na concepção dos planos directores devem ser tidos em conta os vários serviços indispensáveis para uma centralidade urbana, nomeadamente água, energia, telefonia, rede de esgotos, gás e outros, evitando assim que sejam feitos trabalhos em separado que elevem os custos do projecto", defendeu.

João Teixeira defendeu também a necessidade de se terem em conta, vários aspectos de foro económico,

institucional, de participação pública/privada e de acompanhamento social, no quadro da promoção de planos urbanos.

Advogou ainda a necessidade da adopção rigorosa de um planeamento que abarque projectos de auto construções, obras públicas e realojamento das famílias expropriadas das reservas fundiárias.

Considerou, a finalizar, que a promoção de projectos habitacionais deve dar prioridade à formação de quadros em várias vertentes do saber, nomeadamente urbanismo, fiscalização de obras, assistência social, direito, arquitectura entre outras.

No Kwanza-Norte foram já aprovadas oito reservas fundiárias, que compreendem 114 hectares a nível dos dez municípios da província, número que poderá ser aumentado se vier a revelar-se insuficiente.

6.10 EFES e BPC assinam acordo

Jornal de Angola

14 de Fevereiro de 2010

AEFES - Empreendimentos e o Banco de Poupança e Crédito (BPC) assinaram sexta-feira, em Luanda, um contrato de intermediação financeira para a comercialização de 14 edifícios do projecto Cidade Universitária, no Camama.

Foram signatários do contrato o administrador da EFES, Fernando dos Anjos Ferreira, e o representante do BPC Imobiliário, João Rodrigues Prata, num acto que contou com a presença do secretário de Estado para a Construção, Joanes André.

O contrato contempla, no total, 868 apartamentos de tipologias diversas, que vão dos T1 a T3. Os apartamentos, que por via do contrato passam à titularidade do banco, vão ser comercializados pelo BPC Imobiliário, através de candidaturas abertas para todo o cidadão, desde que tenha conta salário no BPC.

O administrador da EFES Empreendimento, Fernando dos Anjos Ferreira, considera que as habitações, destinadas à juventude, têm um custo suportável para qualquer cidadão. "Qualquer cidadão poderá ter acesso ao produto, o necessário é que tenha uma conta salário no BPC como garantia ao banco", disse.

A preocupação do Estado é resolver o problema de habitação no país e o BPC procurou dar um avanço nesta direcção. Daí a razão da assinatura do contrato entre o banco e a EFES Empreendimento, prossegue, numa altura em que a EFES prevê a construção de 2.853 habitações nos próximos dois anos.

O administrador da empresa afirma que este é um processo vantajoso para quem precisa de habitação e que é prática em muitos países. Por isso, referiu, deve ser tido como um processo normal, desde que haja um vínculo do cidadão com o banco.

Iniciada em Agosto do ano passado, o projecto tem conclusão prevista para Setembro deste ano, numa altura em que a obra já vai com seis meses de avanço. Previa-se o seu início em Julho de 2007.

Além da intermediação do BPC, a empresa vai no futuro fazer vendas directas, permitindo que o cliente pague, enquanto o apartamento tiver em construção. "Dá um sinal e quando o imóvel estiver concluído" o interessado paga e recebe a chave. Isto não passa pela intermediação bancária", assegura.

O projecto Cidade Universitária está localizado na zona do Camama, município do Kilamba Kiaxi, junto do Campus Universitário da Agostinho Neto e ao Estádio Nacional de Novembro.

O secretário de Estado para a Construção, Joanes André, disse ser necessário que outros bancos levem a cabo acções similares as do Banco de Poupança e Crédito, no sentido de mais cidadãos terem acesso à habitação.

O banco, através do BPC Imobiliário, vai fazer um anúncio público dos procedimentos de candidaturas à aquisição das habitações.

6.11 Estão abertas as inscrições de acesso às casas da juventude

Jornal de Angola

16 de Fevereiro de 2010

A direcção provincial da Juventude e Desportos no Cunene está, desde o mês de Novembro do ano passado, a proceder ao processo de inscrição de acesso às casas da juventude, na cidade de Ondjiva.

A informação foi avançada pelo chefe de Departamento para Juventude, Atanânsio Ndilyandike, que disse que o processo está aberto aos jovens com idades entre os 23 e 35 anos, com ocupação remunerada, devendo as candidaturas ser entregues à direcção provincial da Juventude e Desportos.

Atanânsio Ndilyandike disse ainda que os jovens interessados no programa habitacional da juventude deverão apresentar uma declaração de rendimento, atestado de residência, agregado familiar, confirmando a união de facto, comprovativo do serviço militar regularizado e cartão de contribuinte.

No quadro do programa "Angola Jovem", 72 residências do tipo T2 e T3 estão a ser construídas no bairro Kashila, arredores da cidade) de Ondjiva, município do Kwanhama, na província do Cunene, com o propósito de beneficiar jovens sem casa própria. A construção destas residências, para jovens já está na fase de acabamentos, faltando apenas os mínimos acertos. Brevemente a empreitada vai concluir os últimos trabalhos e entregar as obras.

Para além das 72 casas sociais da juventude, que estão a

ser edificadas na cidade de Ondjiva, vão ser igualmente construídas 20 residências sociais para os jovens na localidade de Xangongo, no município de Ombadja, totalizando assim as 92 casas que o Ministério da Juventude e Desportos estabeleceu para a província do Cunene, no âmbito do programa "Angola Jovem".

6.12 Executivo reajusta programa de urbanismo

Jornal de Angola

19 de Fevereiro de 2010

Os organismos públicos podem voltar a celebrar contratos de que podem resultar despesas de capital e investimento público. A resolução que suspendia, por um período de 60 dias, a realização de contratos (Resolução nº 111/09) foi revogada, de acordo com o comunicado de ontem da Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

Na sessão, em que participaram pela primeira vez os governadores provinciais, o Executivo anunciou que vai alterar a legislação que disciplina a organização e funcionamento do Tribunal de Contas. A proposta de lei sobre esta alteração foi ontem apresentada aos membros do órgão auxiliar do Presidente da República e aos governadores provinciais. O objectivo da proposta de lei do Tribunal de Contas é conferir maior eficiência e rigor a este órgão na fiscalização dos actos de gestão das finanças públicas, de acordo com a nota de imprensa da reunião de ontem.

O Executivo anunciou que vai contratar a sociedade "Ernest & Young LLP" para prestar serviços especializados com o objectivo de apoiar tecnicamente na melhoria do sistema de controlo das finanças públicas, formação do pessoal necessário e definição e adequação dos modelos de gestão do erário público. Os governadores pronunciaram-se sobre o conteúdo da proposta de Lei -Quadro da Administração Local do Estado e sobre a Lei referente à Probidade Administrativa. Na sessão foi ainda apreciado ainda um conjunto de medidas de natureza técnica, material e administrativa para apoiar a implementação do Decreto sobre o Seguro Obrigatória de Responsabilidade Civil Automóvel.

Os chefes dos executivos provinciais tomaram conhecimento da organização e funcionamento do Executivo, de acordo com o Constituição da República, nos termos da qual continuam a ser nomeados pelo Presidente da República e Chefe do Governo. Os governadores tomaram igualmente conhecimento dos Decretos Legislativos Presidenciais referentes à Organização e funcionamento dos Órgãos Essenciais Auxiliares do Presidente da República, à Orgânica e respectivos Regimentos do Conselho

de Ministros e da Comissão Permanente e às Normas sobre a Preparação, Execução e Acompanhamento das Deliberações do Presidente da República, do Conselho de Ministros e da Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

Os governadores tomaram ainda conhecimento do Decreto Legislativo Presidencial que aprova as instruções para execução do Orçamento Geral do Estado em execução, medidas que reforçam o controlo e a fiscalização da gestão financeira pública.

6.13 Triste a vida do habitante dos muceques

Semanário Angolense

20 de Fevereiro de 2010

Nesta cidade de Luanda, as camadas populacionais mais oprimidas e exploradas pelo colonialismo viveram e vivem nos musseques . Uma triste vida.

Com efeito, a vida do habitante dos muceques é duríssima, é de trevas. Sem luz; sem água; sem esgotos; lixo por todos os lados; na época chuvosa, charcos de água estagnada e fétida rodeiam as humildes (paupérrimas) cubatas, infectando e matando gente; moscas e mosquitos aos biliões. Todos estes males estão patentes e nunca a Câmara Municipal (da cidade do asfalto) e a Delegacia de Saúde se interessam, de facto, em solucioná-los.

A exploração era desenfreada.

Comerciantes gananciosos roubavam descaradamente o habitante dos musseques. Desde os pesos falsificados à venda de produtos impróprios. O negócio da água era mais lucrativo: 1\$00 por lata de 20 litros! Não avia fiscalização das autoridades competentes (?).

A opressão não tinha limites. Todos se recordam do chefe de posto Poeira (quem não se lembra daquele bandido); das rusgas; das pistolas dos comerciantes para «pôr na linha os pretos»; da desumanidade dos policiais, enfim, uma triste vida.

Quando em 1961 eclodiu a guerra de libertação, foi o habitante dos musseques que sofreu na carne toda a repressão dos colonialistas. Milícias civis brancas espancaram, torturaram e mataram à vontade. Ultrapassada a onda de assassínios, os opressores continuaram a vigiar apertada mente. Potentes holofotes foram estrategicamente instalados nos musseques .Rusgas e mais rusgas, humilhantes, só para negros, eram frequentes. A PIDE prendia a torto e direito, tentando abafar o estado de revolta em que a população mussequeira se encontrava. Intimidações, humilhações, espancamentos, prisões, assassínios, enfim uma vida triste.

Depois do 25 de Abril uma onda de euforia passou

pelos os muceques . Enfim, chegara a liberdade. Mas os opressores tinham outros planos. Vai dai, a pretexto do assassinio de um taxista, desencadearam o 11 d Julho de 1974. Taxistas, comerciantes, operários, polícias, voluntários (e não só) espancaram, torturaram assassinaram indefesos habitantes dos musseques volta a mucequeira não se fez esperar: incêndios; destruições, mortes. Centenas de mortos e milhares de feridos. Em certas zonas dos musseques os brancos foram corridos. Apareceram os cantineiros gananciosos, negros, explorando os infelizes. Uma triste vida.

Apareceram em público as forças dos Movimentos. Abriam delegações, subdelegações e quartéis. O povo mucequeira sentiu-se protegido dos ataques reaccionários quando as forças dos Movimentos ocuparam estrategicamente os muceques. Uma velhota disse-nos certo dia: «agora estamos bem. Se os reaccionários atacarem de novo já estamos bem. Se os reaccionários atacarem de novo já temos as tropas dos nossos Movimentos para nos defender». Tudo estava a correr mais ou menos bem até aos acordos do Alvor. A partir dai começaram a agudizar-se contradições existentes entre os Movimentos. Eram frequentes as agressões ideológicas, tanto na rádio como na imprensa reaccionária, dita angolana. Estávamos a resvalar assustadoramente para o «abismo»...

Até que, em 23 de Março, tudo estoirou. Foi-se a liberdade esperada tão ansiosamente. Prisões, torturas assassínios. Voltaram as trevas aos muceques. A população perplexa interrogava-se: «é possível tanto mal entre irmãos?» uma onda de violência ceifou centenas de vidas e provocou milhares de feridos. Pior, cada um desconfia do outro. Primeiro quer saber de que Movimento é. Amigos parentes, se dividem. Os responsáveis fazem acordos. A crise atenua, aparentemente. Em 28 de Março reacendem-se as confrontações. É o povo dos muceques que tomba, ás centenas, indiscriminadamente. Violência. Tiroteio.» Bombas» de morteiros e bazucas. Metralhadoras pesadas. Saques. Mortes. Mutilações. Enfim, um inferno! Ninguém nos contou, nós vimos, vivemos lá. Parecia um pesadelo. Entre compatriotas. Triste vida, a do habitante dos muceques.

Paradoxo: as camadas populacionais mais oprimidas e exploradas pelo colonialismo, que nos muceques tanto sofreram e aguardavam ansiosamente a nova aurora, são as que continuam a sofrer. Nada mudou. Continuam sem água; sem luz; com o lixo por todos os lados; com os charcos de água estagnada e fétida; com as cubatas paupérrimas; com as rusgas; com os sequestros; com as torturas; com os assassínios; com fome e sede de justiça. Mas com uma novidade: as "bombas" dos morteiros e bazucas a rebentar indistintamente, só vistas e sentidas pelas populações que viveram nas

zonas onde se desenrolou a luta de libertação. Uma novidade triste para os muceques. Entretanto, a cidade de Luanda e asfalto, a «baixa», onde sempre viveram, calmamente, os privilegiados pelo colonialismo, os beneficiados pelo progresso da civilização, com luz de dia e de noite, jardins, escolas, liceus, universidade, bibliotecas, ruas asfaltadas, cinemas, água canalizada, esgotos, sem charcos de água pútrida, carros de lixo, restaurantes, hotéis de, «boates », enfim, vida feliz, continua a mesma. De convulsões só sabem quando os deslocados dos muceques aparecem. Continuam privilegiados. Vão aos cinemas, enquanto nos muceques as «bombas» rebentam. O colonialismo ainda não acabou, ou então

Neocolonialismo já entrou!

Triste vida a dos habitantes dos muceques, durante os séculos coloniais e nos dias de transição para a Independência. Até quando? Não nos iludamos, o momento que atravessamos é grave e urge que os altos dirigentes do País tomem serias medidas.

6.14 Ravinas ameaçam» engolir » bairros em Cacucaco

Jornal A Capital

20 de Fevereiro de 2010

O avanço das ravinas na parte litoral do bairro da Boa Esperança III, no município de Cacucaco, tem ameaçado sobremaneira a existência do referido bairro, além de que tem estado a inviabilizar a circulação rodoviária na estrada que liga Luanda às províncias do Uíje e Bengo, pelo facto de se aproximarem cada vez mais da estrada. Os populares temem, por este facto, que a situação poderá agravar-se com as chuvas que se tem abatido sobre a capital do país, que, embora miúdas, têm provocado infundáveis transtornos à vida daquela gente. Teresa António, residente do bairro há 17 anos, diz-se seriamente ameaçada, já que, cada vez que chove, o perigo é iminente. «A erosão já avançou mais de 15 metros desde as últimas chuvas e muitas famílias ficaram sem abrigos. Por isso, apelo às autoridades competentes a fazerem algo para salvar estas pessoas o mais rápido possível», suplicou.

Ximinha Domingos Pedro, por sua vez, revelou que, só no quintal onde vive, três casas já desabaram, tendo os seus ocupantes sido acolhidos por vizinhos que se viram sensibilizados pela desdita destes, pelo menos até que acabem de levantar outros quartos no mesmo quintal, que também já está à beira de ser «engolido» pelas ravinas.

«Infelizmente, os membros da Comissão de Moradores não se mostram preocupados, visto que não têm dado a conhecer as nossas inquietações à administração»,

queixou-se ainda Ximinha Pedro, tendo como base os três anos que se confrontam com tal realidade.

Moisés Senga, outro morador e dono de um quintal, onde vivem 20 pessoas, lamentou a atitude das autoridades locais, que olham impávidos e serenos para aquela realidade.

Revelou, por exemplo, que só na última chuva que se abateu sobre Luanda, pelo menos cinco casas desabaram e muitas outras estão prestes a conhecer o mesmo destino, caso não se verifique uma rápida intervenção das autoridades competentes tendente a acudir a situação.

«Não estamos seguros nestas condições. Por isso, queremos que o Governo nos; casas ou terrenos numa outra área, para podermos sair desta zona de risco», solicitaram.

Maria Cláudia, conselheira da referida Igreja local, cujo templo está situado naquela zona considerada de risco, também está preocupada com o mesmo cenário.

«Não temos meios para lutar contra a erosão, embora estamos a tentar travar a sua rápida evolução com a deposição de carcaças e entulho nas valas, mas as fortes chuvas que vão caindo nos tomam impotentes», referiu, ao mesmo tempo que lamenta o facto de a Comissão de Moradores e a administração local deixarem tudo nas mãos dos próprios populares.

Maria Cláudia, a conselheira da referida igreja, mostrou-se disponível, caso a solução seja a transferência para outra área. É que, nesta época chuvosa, o perigo está sempre à espreita, o que pode colocar em risco a integridade física de mais de 250 dos seus fiéis. «Se não se fazer nada, enquanto é cedo, a situação poderá piorar mais tarde, com o desabamento desta igreja e das casas mais próximas à área das ravinas», advertiu.

O coordenador do bairro da Boa Esperança III, Francisco Manuel, também conhecido por «Montanha», afirmou à reportagem deste jornal que a área da costa marítima, que se estende até 200 metros, é a que apresenta maior perigo.

«Até ao momento 180 casas já desabaram nestas ravinas. Mas, graças a Deus, deste número, tivemos apenas três mortos o ano passado», confessou, sublinhando que já existe um plano de evacuação da população ali residentes para áreas seguras, mas que não soube especificar.

De momento, acrescentou, procedeu-se já ao levantamento total dos moradores e o respectivo cadastramento das residências afectadas, bem como aqueles prestes a serem «sugadas» pelas ravinas, no sentido de se garantir a evacuação das mesmas.

Há já três anos que esta situação se mantém, mas até ao momento não foram dados passos significativos, para a solução ou minimização do problema enfrentado por mais de 200 famílias, dependentes, neste momento, do

levantamento das famílias e o cadastramento das residências.

6.15 Dicas para a resolução dos engarrafamentos em Luanda

20 de Fevereiro de 2010

Semanário Independente

Há quem pense que os engarrafamentos em Luanda são um simples problema social. Este problema não é só social mas económico, político, higiénico e de segurança.

Gostava de vociferar alto para que os governantes cegos possam ver, os surdos consigam ouvir e os teimosos aceitem as proposições conclusivas não de uma pesquisa científica mas duma observação baratíssima, porque estudo imensos já se fizeram, que não há boa vontade de que me incumbe a responsabilidade de agir na resolução a estes problemas.

Estes engarrafamentos são criatura do homem, e não resultado duma negligência as sim duma operação calculada cuja repercussão será paga não só com o suor do angolano mas até com sangue e o sacrifício aos esses que garantem o status da governação desta Angola (mercadoria) que se troca. Vejamos que os nossos andes dirigentes passam pelas mesmas estradas mas regozijam-se dos espectáculos gratuitos que nelas se oferece.

Esta falta de sensibilidade e mostra a falta de moral e comprova o espírito de governantes sem piedade. Contudo, é um investimento contínuo para proporcionar riquezas infinitas quem tem a monomania estes contratos que garante em vultuosas comissões, enquanto oferece-se ao angolano os famosos descartáveis.

A resolução deste problema é simples, já que o dinheiro cresce em Angola, seja-se que o engarrafamento têm como uma das causas excesso da densidade populacional, Luanda não foi construída para suportar o peso de mais de 4 milhões de habitantes, e entende-se que o Governo tenha envidado esforços na expansão reconstrutiva de Luanda. Mas tem falhado na resolução da questão da distribuição da mão – de – obra no território nacional.

A solução de partida é instalar ou transferir as sedes ministeriais para as zonas de produção correspondente. Queria dizer, localizar por exemplo o Ministério de Agricultura onde se produz café, milhoes, batata, feijão etc. O Ministério da Geologia e Minas vai para as Lundas ou Malanje.

O Ministério da Indústria para Huambo ou Benguela. Assim teremos todos os burocratas da agricultura no Kwanza-Sul ou Uije. A protecção do meio ambiente vai

para o Cunene, mantendo-se simplesmente a Justiça, Relações Exteriores, Interior, Finanças e Comércio em Luanda.

Os funcionários viajarão para os seus novos locais de trabalho levando as suas caravanas de carros, mulheres e filhos. Assim, Luanda terá

mais espaço livre sem atropelamentos humanos nem engarrafamentos motorizados. O excesso demo gráfico em Luanda é uma a vantagem ao Governo preguiçoso que procura resolver questões à sua volta sem conhecer o resto do território com 2/3 da população total.

Com memória encurtada pensa-se que quem ganha Luanda nas eleições ganha tudo! Coloca-se injustamente tudo em Luanda.

O angolano desempregado de Luanda não tem capacidade de comprar uma bicicleta e o trabalhador de base não tem salário compatível para adquirir uma viatura. Quem compra carros tem que ter bolso, são os altos quadros, empresários e membros de famílias de elite.

Resolveríamos a questão do engarrafamento limitando, através de um decreto presidencial, o número de carros privados de uso pessoal. Assim o Sr. Ministro não terá o carro de serviço, carro para fins de semana, carro para as visitas ao interior do país, carro para praia, carro da esposa, carro das catorzinhas e concubinas, etc., etc., já que Jacob Zuma é o novo modelo da poligamia oficializada.

A falta de vias só é resolvida com a construção de novos bairros, mas felizmente o que se assiste é um equívoco da, autoridades governamentais, que fomentam novas construções em que se faz a divisão aguda das classes sociais (entre pobres e ricos emergentes).

6.16 Moradores da Comuna do Kifika entregues á sua sorte

Jornal A Capital

20 á 27 de 2010

As últimas chuvas que se abateram sobre Luanda têm vindo a deixar os moradores da comuna do Kifika, uma zona adstrita ao município da Samba, numa situação aflitiva e desesperante, devido à apatia ou negligência dos órgãos da administração local.

As estradas de terra batida estão praticamente intransitáveis devido às enormes «crateras» abertas pelas águas pluviais. As ravinas ameaçam engolir o que resta dos troços. As poucas artérias, que recentemente receberam o tapete asfáltico, também registam escolhos na circulação rodoviária, por força das areias que invadiram as vias.

Na ressaca das enxurradas, a parte mais dolorosa da factura tem sido «paga» pelos veículos, sobretudo os

turismos que, volta e meia, ficam imobilizadas ou «colados» nas montanhas de areia ou de lama.

Como se tal não bastasse, os moradores deste novo bairro, localizado à sul de Luanda, têm sido também confrontados com as águas de uma vala de drenagem, que divide o Kifika em duas partes. e

Transpor em tempo chuvoso a vala, que alguns moradores já apelidaram-na de «rio kifika», não constitui uma verdadeira aventura, pouco recomendável aos automobilistas que não dispõem de carros todo o terreno. ti

Mesmo estes devem fazê-lo com alguma precaução e contar com a perícia dos seus motoristas, já que correm risco de serem engolidos pela correnteza das águas. Os automobilistas, tanto os que conseguem chegar são e os salvos a outra margem do «rio», como aqueles que desistem da travessia, têm sido unânimes em tecer duras críticas aos órgãos locais. 2

Eles acreditam que a colocação de algumas manilhas por parte da edilidade em alguns troços da vala ajudaria a tomar a vida dos moradores menos infelizmente. O desespero é de tal sorte, que são vários os moradores que têm vindo a questionar sobre o verdadeiro papel dos órgãos locais da edilidade.

Para alguns deles, é como se os órgãos da administração não existissem, devido à sua gritante incapacidade em resolver os problemas mais elementares dos moradores, apontando como exemplo, os de terraplanagem, desobstrução das vias rodoviárias ou a criação de infra-estruturas para o saneamento básico.

A fazer fé nas palavras de vários moradores, a administração estará apenas a funcionar para intervir em causas menos nobres, de contornos pouco claros, tais como o envolvimento na venda de terrenos ou para ditar o embargo de obras. «À excepção dos negócios dos terrenos e do embargo de obra, nada tem sido feito em prol desta zona», lamentam os moradores.

Estendem as suas críticas ao Governo Provincial de Luanda (GPL) que, segundo eles, ainda não foi capaz de concluir as obras do cemitério do Benfica, limitando-se a vedar parcialmente o local.

Numa deslocação ao local, este jornal constatou que o cemitério encontra-se de facto votado ao abandono, sem infra-estruturas de apoio, com o capim a crescer desordenadamente em meio às campas. O local tem servido para o depósito de lixo doméstico, por parte de alguns moradores das redondezas.

«Pelo andar da carruagem, acredito que as obras serão apenas concluídas, depois de esgotada a capacidade deste cemitério», diz meio a sério, meio a brincar um morador do Kifika. Destinado às pessoas de média e alta renda, o Kifika tem vindo a conhecer nos últimos anos um relativo crescimento, com a construção de

novas moradias, embora não disponha de água canalizada e a rede pública de energia cobre apenas uma ínfima parte da zona.

Um crescimento que não tem sido, porém, acompanhado, com o surgimento de um saneamento básico. Dispõe de um mercado municipal e de dois estabelecimentos comerciais da rede Poupa Lá. A iniciativa privada tem sido tímida e parece condicionada à criação de infra-estruturas básicas, tais como arrendamentos, água e luz.

6.17 Odebrecht investe USD 90 milhões em condomínio

Jornal de Economia de Angola

23 de Fevereiro de 2010-03-23

A Odebrecht empreendeu a construção de um complexo residencial, em Talatona, Luanda-Sul, composto por 16 edifícios, num total de 76 apartamentos, cujas vendas já foram efectivadas na sua totalidade.

O projecto, denominado Arte Yetu e avaliado em cerca de USD 90 milhões, terá áreas de lazer como clube, piscina, parque de estacionamento, salão de festas, uma discoteca, um parque de artes e integra ainda todo um sistema de segurança e videovigilância.

O Arte Yetu Residencial é um condomínio multidomiciliário, situado no Luanda-Sul, com 76 unidades imobiliárias tipo terraços T2, T3 & T4; com áreas privativas variando dos 165 aos 400 metros quadrados.

A arquitectura apresenta fachadas em si, pouco verticalizadas e com total descentralização das áreas de lazer.

As obras tiveram início em Setembro de 2007 e foram concluídas em Janeiro deste ano. Neste projecto cerca de 700 angolanos ganharam o seu emprego.

Noblesse residence

Ainda na perspectiva de reduzir o défice habitacional em Angola, a empresa Odebrecht vai construir 13 torres de seis pavimentos num condomínio de padrão diferenciado e com uma moderna arquitectura. Os apartamentos são de tipologias variadas T2 e T3, amplos com diversas opções de planta, dispondo terraço com churrasqueira.

A empresa diz inspirar-se, para este projecto imobiliário, no charme das famosas regiões produtoras de vinho, a daí o terem baptizado de a Noblesse Residence, sob a chancela de "o lado nobre da vida". De acordo com a construtora, o empreendimento representa uma morada nobre a que reúne o que a vida tem de ficar melhor, através de cada

detalhe, idealizado sob o signo desconforto e requinte.

Outros empreendimentos

A Odebrecht construiu, mesa mo em Talatona, Luanda-Sul, outros empreendimentos residenciais e comerciais, através i, dos quais participa na política; de requalificação urbanística da zona sul da cidade, além de

garantir a oferta de serviços) quer para habitações, escritó1 nos ou superficiais comerciais 5 que responda as exigência do actual crescimento do país, particularmente de Luanda.

Condomínio Riviera

O empreendimento Riviera Atlântico é um condomínio residencial de casas de alto luxo, situado no Luanda-Sul, tendo o seu desenvolvimento sido dividido em três etapas executivas que totalizarão a entrega de 98 unidades autónomas.

Os lotes para as casas possuem área média de 600 m2• Foram oferecidas como casas padrão, cinco diferentes tipos de planta desde T3 a T4 com variações de áreas privativas entre 242 a 339 metros quadrados.

Além do corpo principal da casa, cada lote ainda poderia ser composto por um anexo com espaço gourmet e piscina. No condomínio Riviera, aos clientes está disponível um espaço diferenciado, com excelente qualidade e um forte bem-estar.

Morada dos Reis

Por seu lado, o Condomínio. Morada dos Reis é um empreendimento multifamiliar composto por duas torres de edifícios, ampla área de lazer com foco na integração dos moradores através de concepção de ambientes atractivos para a prática de actividades colectivas.

Ao total são duas torres com diferentes tipologias de T2 & T3, com 8 pavimentos tipo, sendo que cada pavimento apresenta quatro unidades residenciais e vão totalizar 64 apartamentos.

As unidades tipo T2 perfumam 32 unidades tipo com áreas privativas por unidade autónoma de 120 metros quadrados e as unidades tipo T3 também reafirmam 32 unidades tipo Já com áreas privativas de 150 metros quadrados.

Mansões do Vale

Um outro empreendimento denominado Mansões do Vale foi ainda construído pela empresa, numa região privilegiada pela sua beleza natural, integrado por casas

de alto luxo, também situado no Luanda – Sul.

São no total 24 unidades autónomas, rujas lotes para as casas possuem área média de 600 metros quadrados.

Foram oferecidas como casas padrão, quatro diferentes tipos de planta tipo T4 com variações de áreas privativas entre 392 a 435 metros quadrados. Todas as casas possuem piscina

Odebrecht Angola.

A acção empresarial com responsabilidade social é a filosofia que define a parceria entre a Odebrecht e Angola, há mais de duas décadas.

Está no mercado nacional desde 1984, quando chegou para iniciar a construção da Hidroeléctrica de Capanda, seu primeiro empreendimento no país. Ao realizar obras de infra-estruturas e investir em projectos que melhoram as condições de vida de milhões de angolanos, a empresa participa da reconstrução do país.

Além disso, a Odebrecht desenvolve; de forma voluntária: diversos projectos sociais no país, nomeadamente I nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e cultura,

Ela é parte do Grupo Odebrecht, uma empresa brasileira com padrões globais de qualidade. Presta serviços de Engenharia e Construção na maioria dos países da América do Sul, na América Central, nos Estados Unidos, Portugal no Oriente Médio, além de África.

Controla a Braskem, maior empresa petroquímica da América Latina, que exporta para mais de 60 países em to

aos os continentes.

Desenvolve e administra projectos de infra-estruturas, com foco em concessões e parcerias público-privadas. Desde 2007, investe no sector de Bioenergia, concentrada na produção de etanol e açúcar e na com - geração de energia a partir da produção de açúcar e álcool.

Actué}, ainda, nos segmentos de Oleo e Gás, Engenharia Ambiental e Empreendimentos Imobiliários e participa de empreendimentos nos sectores de Transportes; em, Portugal e de Mineração, em África.

Com cerca de 35 mil integrantes, a Odebrecht é uma y: das pioneiras no Brasil na promoção de acções sociais e, adicionalmente aos seus compromissos empresariais, investe em projectos de educação, saúde e meio ambiente e apoia iniciativas culturais ampliando, assim, o seu escopo de contribuição ao desenvolvimento dos países aos iguais serve.

A unidade ética e cultural", dessa actuação é assegurada pela prática da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), conjunto de princípios, conceitos e critérios desenvolvidos desde 1944, ano da fundação da empresa individual de Norberto Odebrecht, que originou, no

ano seguinte, a Construtora Norberto Odebrecht.

6.18 Moradores da Comuna do Kifika entregues á sua sorte

Jornal A Capital

20 á 27 de 2010

As últimas chuvas que se abateram sobre Luanda têm vindo a deixar os moradores da comuna do Kifika, uma zona adstrita ao município da Samba, numa situação aflitiva e desesperante, devido à apatia ou negligência dos órgãos da administração local.

As estradas de terra batida estão praticamente intransitáveis devido às enormes «crateras» abertas pelas águas pluviais. As ravinas ameaçam engolir o que resta dos troços. As poucas artérias, que recentemente receberam o tapete asfáltico, também registam escolhos na circulação rodoviária, por força das areias que invadiram as vias.

Na ressaca das enxurradas, a parte mais dolorosa da factura tem sido «paga» pelos veículos, sobretudo os turismos que, volta e meia, ficam imobilizadas ou «colados» nas montanhas de areia ou de lama.

Como se tal não bastasse, os moradores deste novo bairro, localizado à sul de Luanda, têm sido também confrontados com as águas de uma vala de drenagem, que divide o Kifika em o duas partes. e

Transportar em tempo chuvoso a vala, que alguns moradores já p apelidaram-na de «rio kifika», n constitui uma verdadeira aventura, pouco recomendável aos d automobilistas que não dispõem de carros todo o terreno. ti

Mesmo estes devem fazê-lo com alguma precaução e contar v com perícia dos seus motoristas, ç já que correm risco de serem engolidos pela correnteza das n águas. Os automobilistas, tanto r os que conseguem chegar são e n salvos a outra margem do «rim», t como aqueles que desistem da c travessia, têm sido unânimes em r tecer duras críticas aos órgãos t, da administração local. 2

Eles acreditam que a colocação de algumas manilhas por parte da edilidade em alguns troços da vala ajudaria a tomar a vida dos moradores menos infelizmente. O desespero é de tal sorte, que são vários os moradores que têm vindo a questionar sobre o verdadeiro papel dos órgãos locais da edilidade.

Para alguns deles, é como se os órgãos da administração não existissem, devido à sua gritante incapacidade em resolver os problemas mais elementares dos moradores, apontando como exemplo, os de terraplanagem, desobstrução das vias rodoviárias ou a criação de infra-estruturas para o saneamento básico.

A fazer fé nas palavras de vários moradores, a administração estará apenas a funcionar para intervir em causas menos nobres, de contornos pouco claros, tais como o envolvimento na venda de terrenos ou para ditar o embargo de obras. «À excepção dos negócios dos terrenos e do embargo de obra, nada tem sido feito em prol desta zona», lamentam os moradores.

Estendem as suas críticas ao Governo Provincial de Luanda (GPL) que, segundo eles, ainda não foi capaz de concluir as obras do cemitério do Benfica, limitando-se a vedar parcialmente o local.

Numa deslocação ao local, este jornal constatou que o cemitério encontra-se de facto votado ao abandono, sem infra-estruturas de apoio, com o capim a crescer desordenamento em meio às campas. O local tem servido para o depósito de lixos domésticos, por parte de alguns moradores das redondezas.

«Pelo andar da carruagem, acredito que as obras serão apenas concluídas, depois de esgotada a capacidade deste cemitério», diz meio a sério, meio' a brincar' um morador do Kifika. Destinado às pessoas de média e alta renda, o Kifika tem vindo a conhecer nos últimos anos um relativo crescimento, com a construção de novas moradias, embora não disponha de água canalizada e a rede pública de energia cobre apenas um ínfima parte da zona.

Um crescimento que não tem sido, porém, acompanhado, com o surgimento de um saneamento básico. Dispõe de um mercado municipal e de dois estabelecimentos comerciais da rede Poupa Lá. A iniciativa privada tem sido tímida e parece condicionada à criação de infra-estruturas básicas, tais como arreamentos, água e luz.

6.19 Lubango conta com fábrica de casas pré-fabricadas

Jornal de Angola

25 de Fevereiro de 2010

A fábrica de casas pré-fabricadas e o projecto de construção de um número considerável de fogos habitacionais são da empresa de direito angolano Cassaforma, com instalações em Luanda e no Lubango, mas que tenciona estabelecer-se noutros pontos do país.

A funcionar três turnos, come postos por 27 técnicos nacionais, a fábrica está a ser instalada na área da Chanja para produzir, diariamente, 18 casas de alta tecnologia, do tipo M2.

O engenheiro César Conrado explicou que as çasas pré-fabricadas são feitas com malha de aço, cimento, areia e outros materiais de construção civil e estão em condições de resistir ao impacto de objectos arremessados por tempestades ou outras calamidades naturais.

Constam ainda entre as qualidades das casas, que podem ser erguidas em sete semanas, a capacidade de resistir a incêndios, terremotos e a ruídos sonoros de decibéis fora do normal. Há as do tipo T2 e T3 e têm a vantagem de economizar o consumo de energia eléctrica.

O pessoal local a enquadrar na unidade fabril e nas obras das casas vai beneficiar de formação contínua através de técnicos experientes. "No processo de fabrico e de montagem das casas, a mão-de-obra a ser utilizada é preferencialmente nacional?", disse.

César Conrado sublinhou que é uma mais-valia trabalhar com pessoal local, na medida que permite formar e dar emprego a mais gente. As casas a serem construídas no Lubango existem em países, como Venezuela, Irlanda, Argentina, Equador.

O director-geral da Cassaforma, Francisco Pedro, afirmou que o lançamento do projecto na cidade do Lubango vem responder ao pro-grama do Governo para a materialização da construção de um milhão de fogos habitacionais.

Dentro de três meses, garantiu, o complexo fabril começa a funcionar. "Estão criadas as condições para montagem do complexo, já existe terreno e está mobilizado pessoal para dar formação", referiu.

Francisco Pedro assegurou que entre os oito mil fogos habitacionais previstos para a província da Huíla, 500 casas sociais vão ser construídas em sete meses na localidade da Eywa, arredores da cidade do Lubango.

Cada casa, com dois a três quartos, sala comum, cozinha, casa de banho, varanda e outras dependências, vai ocupar uma área de mil metros quadrados, dimensões actuais do novo plano urbanístico do governo da província.

O moderno bairro social a surgir "na cidade do Cristo Rei vai ter serviços complementares como escolas, lojas, creches, recintos desportivos, parques de estacionamento, esquadras policiais, centrais eléctrica, telefónica e Internet.

Há muito espaço

O programa nacional de um milhão de fogos habitacionais levou as autoridades da Huíla a criarem condições para a execução do projecto, tendo identificado reservas fundiárias em toda extensão da província.

Os resultados positivos do empenho do governo da província da Huíla figuram como provas para a vice-governadora para área Técnica, Vitoria da Conceição, afirmar que "espaços para construção e materialização de outros projectos não faltam nestas paragens". Vitória da Conceição considerou que a Cassaforma vai dar um contributo importante na criação de novas casas dignas para a população.

"O mercado está aberto a outros empreiteiros para a materialização do programa que vai formar novos

quadros, criar emprego e condições dignas para os habitantes da província", disse.

Reservas fundiárias

Estão identificados mais de 25 mil hectares para acolher as acções que visam a construção de casas e infra-estruturas diversas na província da Huíla. Estas reservas fundiárias estão localizadas nos 14 municípios da província.

No Lubango, a reserva fundiária ascende a 14 mil hectares situados, entre outras áreas, na Arimba, Nambambe, Chavola, Eywa e Mutundo. O governo da província está a disponibilizar, para construção dirigida, parcelas de mil metros quadrados para cada interessado.

A contribuição da Huíla no programa de construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país, até 2012, é de 135 mil casas nos 14 municípios.

Um técnico do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA) disse que "o loteamento de terrenos, arruamento e urbanização das novas áreas tem vantagens para os habitantes, com realce para os acessos, saneamento básico e outros".

Sublinhou que é preciso inverter, para melhor, o quadro actual de alguns bairros localizados na periferia da cidade do Lubango.

"Muitas das casotas da periferia não obedecem a nenhuma regra de construção civil. O sentido e feição diferem de uma casa para outra, algumas estão erguidas em zonas impróprias e não possuem o mínimo de condições de bem-estar".

A cidade do Lubango vai descongestionar-se, deixar de ter bairros desregrados e nocivos à vida humana, com o processo de realojamento da população e distribuição de terrenos em locais seguros e urbanizados.

Bairro da Tchavola, a norte da cidade do Lubango, começa a mudar de roupagem na sequência das novas casas, arruamentos, quintais, iluminação, num projecto desenvolvido pelo Ministério da Juventude e Desportos e pelo governo da província da Huíla denominado "Angola Jovem".

Ao todo, são 92 fogos já concluídos à espera de inquilinos. O processo de candidatura para habilitação a uma casa já começou. O concurso para atribuição realiza-se dia 27. Mais de 300 jovens inscreveram-se na cidade do Lubango. O director interino da Juventude e Desportos na Huíla, André de Jesus, revelou que o número de candidatos ultrapassou as expectativas, tendo em conta a quantidade reduzida de casas.

"Vamos, por isso, sortear-las e entregar aos jovens preparados para honrar os compromissos junto do Banco de Poupança e Crédito, o financiador do projecto", disse.

A empreitada, enquadrada no projecto "Angola Jovem", orçada em dois milhões de dólares, inclui, ainda, a construção de valas de drenagem, pontos de

contenção de águas utilizadas, apetrechamento das casas e outros recheios.

Após a entrega destas 92 casas, começa a construção de mais cem. E caso para dizer que a juventude do Lubango pode augurar bons tempos.

6.20 Banca age só com garantia

Semanário Angolense

26 Fevereiro de 2010

OS ORÇAMENTOS relacionados com a empreitada para erguer 1 milhão de casas não são divulgados. Ao que se sabe as habitações sociais que vão sendo erguidas no país enquadradas 110 processo custam entre 30 e 50 mil dólares.

As garantias que o credor deve dar ao banco para beneficiar de um financiamento são, na maior parte dos casos, o calcanhar de Aquiles para muitos que desejam estar incluídos. Os jovens são os que mais afluem na procura de um lugar entre para obtenção de uma casa.

O esforço conjunto para a auto-construção dirigida envolve a banca. A título de exemplo, o BPC concede um crédito com um prazo de até 15 anos e um pagamento inicial de 20% do valor total do imóvel. Sobre esse pressuposto, o funcionário público Manuel Miguel defende que muitos não têm dinheiro até para começar a fazer o pagamento do imóvel. "As dificuldades começam a partir da capacidade económica do cidadão". Vara Vieira, gestora de contas particulares do Finibanco, em entrevista à VIVO, um magazine especializado em imobiliária, disse que embora concedam um plafond de 450 mil dólares há a necessidade de garantias para viabilizá-lo, como sejam uma procuração irrevogável a favor do banco sobre a hipoteca do imóvel, além de que o candidato deve ter, obrigatoriamente, um seguro de vida e um seguro multi-risco para habitação. Aquela gestora avançou ainda que o problema que os bancos enfrentam na concessão de crédito deve-se a questões administrativas de direitos de usufruto do imóvel, em vigor, à existência de um cadastro, tanto de imóveis como de espaços fundiários. A somar a isso, o processo de confisco por parte do Estado não foi levado até ao fim, provocando uma zona cinzenta relativamente, à propriedade do imóvel, o que, para os bancos, resulta numa falta de garantia.

Para algumas Instituições Bancárias no projecto de 1 milhão de casas deve obedecer a esses pressupostos para que haja equilíbrio dos dois lados, ou seja, que os bancos financiem mas que não haja risco de perdas sem uma garantia fiável.

6.21 Intermediação

Semanário Angolense

26 de Fevereiro de 2010

Quando uma pessoa quer colocar um imóvel para arrendar ou vender, geralmente contrata uma imobiliária e informa sobre as condições do negócio (valor do imóvel ou arrendamento, tipologia -número de divisões, localização etc.).

Já a imobiliária passa a oferecer o local para venda ou arrendamento, por meio de anúncios publicitários e placas, em troca de uma percentagem sobre o valor recebido pelo proprietário do imóvel, seja na venda ou no arrendamento.

Os interessados em arrendar ou comprar a casa ou apartamento, por sua vez, contratam a imobiliária responsável pelo local e conferem as condições da negociação. Caso seja interessante, fecham o negócio com o proprietário por meio da imobiliária, que serve como intermediário.

OBRIGAÇÕES COM PROPRIETÁRIOS E INQUILINOS

As imobiliárias têm a obrigação de prestar alguns serviços básicos aos proprietários e inquilinos dos imóveis. Já os adicionais variam de empresa para empresa e de acordo com o contrato estabelecido.

No caso dos proprietários, as empresas têm diversas obrigações, tais como a vistoria dos imóveis, o levantamento cadastral do imóvel e do futuro inquilino ou proprietário, a elaboração do contrato, entre outros.

Já para os inquilinos as imobiliárias devem prestar serviços como o recebimento das rendas e encargos e a de multas por atrasos no pagamento. "É a empresa que trata de qualquer assunto com o inquilino, que geralmente nem chega a conhecer o proprietário do imóvel", explica um agente imobiliário.

DEVERES DA IMOBILIÁRIA

As imobiliárias devem cumprir quatro deveres principais ao prestar algum serviço, quer na venda de casa, quer no arrendamento.

Em primeiro lugar, devem informar claramente o consumidor sobre os diferentes serviços que se propõe a prestar e o preço exacto que será cobrado pela prestação dos mesmos.

Além disso, estas empresas de intermediação não devem fazer anúncios, utilizando palavras que podem ser interpretadas como publicidade enganosa ou abusiva.

Por fim, as imobiliárias não podem cobrar muito mais do mil

Imobiliárias á margem do projecto

DOIS ANOS depois do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ter anunciado a construção de 1 milhão de casas, o Novo Jornal foi à rua saber quais as imobiliárias que estão envolvidas neste projecto e constatou que até ao momento não se sabe ao certo quais as empresas que estão encarregadas da venda ou

arrendamento das respectivas casas.

Apesar de terem a função de arrendar e vender imóveis, das imobiliárias que o NJ visitou poucas assumiram o seu envolvimento no projecto de 1 milhão de casas. Apenas a Propricasa revelou que foi convidada para tomar conhecimento do projecto, mas recusou prestar quaisquer declarações porque desconhece o programa do Governo. Para Miguel Ribeiro, director geral da Propricasa, o projecto de 1 milhão de casa resulta de um apoio muito objectivo do Estado na criação de zonas urbanas, definidas como áreas de habitação, com infra-estruturas, para onde se podem mudar todas as pessoas que estão neste momento a viver em situações precárias. "Se houver investimento da parte do Estado, essencialmente nas infra-estruturas, no saneamento básico, na redução de taxas aduaneiras com impacto -nos custos das matérias-primas necessárias para a construção destas casas, nós conseguiremos equilibrar o mercado. Uma vez equilibrados, os preços estarão mais aceitáveis. É isso actualmente que estamos a precisar u, afirmou, acrescentando que será de grande valia para os angolanos porque o projecto vai dar possibilidade às pessoas de obter os seus imóveis a bom preço.

A Proimoveis é uma empresa existente em Angola há quatro anos, com forte experiência no mercado imobiliário angolano. Segundo o seu director geral, Cleber Corrêa, de momento não podem falar sobre este projecto do Governo uma vez que é um trabalho que compete ao Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

O Novo Jornal procurou também saber junto das imobiliárias se as residências do projecto de 1 milhão de casas serão de baixa ou de alta renda, qual o valor que seria cobrado pelas mesmas e quem seriam os compradores, mas qualquer uma das perguntas ficou sem resposta porque o projecto "ainda está a ser estudado".

Algumas imobiliárias resolveram não se pronunciar sobre o assunto, alegando que a sua intermediação ainda não tinha sido solicitada pelo Governo.

N.5.

6.21 Construção de um milhão de casas deixa balança desequilibrada

Semanário Angolense

26 de Fevereiro de 2010

A CONSTRUÇÃO de 1 milhão de casas até o ano de 2012 pode ser uma miragem. Já passam quase dois anos e até à data presente o povo, que é o principal alvo, tem pouco conhecimento sobre o assunto, desde onde ir, o que fazer e quais são as zonas em que estão a ser construídas as tais habitações.

O projecto que o Presidente José Eduardo dos Santos

lançou durante a campanha das eleições legislativas de 2008, deixa o arquitecto Ilídio Daio especialista em arquitectura de baixo custo, com uma opinião um tanto ou quanto tanto balançada uma vez que já passam quase dois anos e quase nada se diz sobre o assunto.

O arquitecto Ilídio Daio considera que o processo está muito lento, mas não é impossível o objectivo ser traçado, se deve envidar esforços, desde arquitectos, engenheiro; empresários, construtoras, imobiliárias, cooperativas de construção, todo elenco que está dentro do projecto, o governo deve reunir constantemente com o pessoal que está a trabalhar nas construções dos um milhão de casas, para que o barco ande de forma mais rápida.

O mesmo vai ainda mais longe, considerando que a construção de 1 milhão de casas em todo território nacional tem sido um trabalho de gabinete, quando devia ser um trabalho de campo. Não existe um local onde o cidadão possa ir inteirar-se sobre a aquisição de uma casa, o projecto tem sido pouco divulgado, é altura das pessoas Ligadas ao projecto passarem a divulgar mais o assunto pelos órgãos de comunicação social, explicando o processo que o cidadão deve seguir para adquirir a casa. Por falta de conhecimento sobre a adesão das casas as pessoas começam a especular.

"Não existe um plano director, o que significa que as zonas onde estão a ser construídas as residências, num futuro próximo, podem transformar-se em guetos, ou seja cidades dormitórios, uma vez que a maioria da população trabalha na cidade"

O arquitecto diz ainda que na sociedade angolana não existem classes, porque estão todos misturados, o que se pode dizer é que a maioria da população é pobre. Uma habitação de custo médio no valor de 50 mil dólares é um absurdo, o que significa que muita gente ficará sem residência.

O especialista em habitação de baixo custo deseja que as pessoas que andam à frente do processo façam maior divulgação sobre a construção de 1 milhão de casas, nos órgãos de comunicação social, e sobre o andamento da caravana.

6.22 Um desafio até 2012

Semanário Angolense

26 de Fevereiro de 2010

Tudo começa pelo sonho de casa própria, um intento difícil nos dias de hoje. Quem mais sofre são os jovens que almejam contrair matrimónio e constituir família. O entrave é encontrado nos projectos de compra ou de construção de uma casa, mesmo que seja de baixo custo. Adicionado a este último detalhe está o preço dos materiais para erguer uma habitação.

O desafio da construção de um milhão de casas anunciado pelo Presidente da República, José Eduardo

Dos Santos, em Setembro de 2008, na campanha para as legislativas, relançou as esperanças da sociedade sobre a possibilidade de ter habitação própria sem quebrar a cabeça.

A medida que o tempo passa, o cenário é de crescimento urbanístico, mas falta informação sobre o estado actual das coisas. Para muitos, "2012 está perto e nem metade das casas ou beneficiários são vistos ou achados".

A dificuldade ganha ainda mais terreno em relação às soluções procuradas. Nesse aspecto, a governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo defende a adopção de estratégias para uma resposta prática ao desafio de casa para todos.

Para aquela dirigente, que falava durante a última conferência sobre habitação, "há a necessidade de continuar a cooperar e buscar parcerias que fortaleçam a unidade e acção de pensamento", visando a empreitada de 1 milhão de casas.

Para a governante, no caso específico de Luanda, duas vertentes fundamentais são tidas em conta: a re-qualificação urbana e o surgimento • de novas centralidades tendo em vista urna distribuição mais equilibrada das populações, o que poderá permitir maior descentralização e aproximação dos serviços básicos. Francisca do Espírito Santo não deixou de falar do quão preocupante é

O estado de Luanda enquanto capital e maior ponto de concentração demo gráfica do país. Para tal, segundo a governadora, as respostas devem ser ágeis e integrar uma diversidade de actores para que haja impacto junto das populações.

Por sua vez, o director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, Hélder José, admitiu recentemente que esse processo terá um crescimento gradual, fruto das evoluções que ela poderá registar. Aquele arquitecto avançou ainda que o número predefinido para 1 milhão poderá, inclusive, ser ultrapassado uma vez que o crescimento populacional é constante.

O chefe do IPGUL não deixou de realçar o crescimento desenfreado que ocorre em muitas zonas nos arredores de Luanda sem a clara obediência às normas estipuladas. Cleber Corrêa, profissional de imobiliária, reconhece que o desafio é grande e recomenda que o loteamento é uma das soluções viáveis para que esse processo seja eficaz. "Se levarmos água e luz para zonas onde não há, com certeza que a população vai afluir a esses lugares". Para aquele promotor imobiliário, a solução "nem sempre passa por erguer casas, mas sim criar condições técnicas para que o próprio cidadão construa".

Dentro desse processo estão enquadrados os programas de auto-construção dirigida que ganham corpo no interior do país, com particular incidência na

classe de baixa renda. Trata-se de casas económicas, de baixo custo destinadas a abrigar a maior parte dos populares que o apuraram em zonas de produção agrícola, sobretudo nos arredores das sedes provinciais. Segundo as autoridades governamentais, a estimativa é de abranger seis milhões de habitantes num processo que engloba, inclusive, casas

6.23 A desterritorialização do município do Cuchi no tempo e no espaço

Folha 8

27 de Fevereiro de 2010

O Município do Cuchi, dista a 95 quilómetros de Menongue, que de resto é o Município sede da lendária capital da província do Kuando Kubango, que foi um dos palcos mais emblemáticos da nossa fraticida guerra, que se arrastou pelo menos três décadas. Segundo dados avulsos dão conta que a vila do Cuchi, conta hoje com uma população estimada em aproximadamente 61 mil habitantes. Com uma extensão territorial de 2128 km², naquele espaço territorial, ainda são visíveis algumas das marcas do simbolismo arquitectural colonial.

Dizem os entendidos que o Cuchi é um Município rico em minérios de alto quilate no país mas que paradoxalmente, apresenta um digno postal de "desterritorialização", na medida em que há ausência gritante de quase tudo, sobretudo de alguns dos principais serviços básicos para sobrevivência humana, que são fundamentais para alavancar qualquer espaço territorial dos nossos dias.

No domínio histórico, consta que o rei Mukuva I, foi o primeiro rei dos Ngangela, e era oriundo da região dos Grandes Lagos, na época das "migrações" aquele rei travou uma forte batalha contra os Kwanyama e Nyaneka Humbi, que se dedicavam ao roubo de gado bovino, consta igualmente que naquela época, os Cokwe, se dedicavam ao roubo de crianças, para as converterem em mãos de obra barata, servindo posteriormente de meios para comércio, negócio que era praticado principalmente pelo Umbundu, por via da vila da Katumbela com destino a Europa. De acordo ainda com algumas fontes o rei Mukuva I, teve uma amizade estreita com os colonizadores, cujas consequências daquela relação de amizade, causaram algumas convulsões previsíveis, que passou pela rainha Lusinga e o rei Cihwaku, que se opuseram, as relações entre o rei Mukuva I, e os colonos. Quanto ao surgimento dos Cokwe, importa realçar que o reino do Mukuta, teve a liderança da caravana do Mwata Citangumuna, na companhia. de Mingoci, que eram provenientes de Ntumbole, Norte do Kuci, e posteriormente chegou uma outra caravana, sob

direcção do Mwene Cifungu e Lyavuma, vindos de Kasai, acompanhando elefantes (caçadores) até Lyevela, Nkaka ya Ktena, vindo a se instalar na zona, que deu liberdade e fixouse no Lwasenya, dizem ainda algumas fontes que os Cokwe também travaram grandes combates contra os Kwanyama ao lado do Mukuva I. No capítulo das delimitações geográficas, pode-se dizer: Que a Norte, os Lwimby, ficavam pelas nascentes do Kwanza.

A Leste, pela base do Monte Cipepa, a fronteira que se estendia até Vunonge, onde ficavam os Mbwela.

A Sul, era configurada, pelos reinos do Bié e do Ngalange, no planalto. O reino do Sendye tinha varias Pratrias, que eram equivalentes a províncias actualmente, e eram as seguintes.

Ngondyelo, Pratrias do Este a capital Katota.

Masaka. Pratria do Sul, situava-se nas margens do Kuvangu e Kweve, que é um afluente do Kuvangu. Katoko - Pratria de Oeste, tinha a capital Cihwaku, actual vila do (Kuvangu) que foi a Pratria que atingiu maior desenvolvimento das forças produtivas porque fazia comércio directamente com os Estados do Planalto e colonialistas de Kakonda.

As fratrias do reino do Sendye, separaram-se umas das outras no final do século XIX. O Katoko, foi a primeira, à dar origem ao reino do Cihwako, o Masaka deu origem ao reino de Masaka ou Lusinga, o Cihwaku e o Lusinga tiveram um papel preponderante na História do povo Ngangela, estas ocorreram antes da morte do rei Mukuva, ocorrida no final do século XIX.

Quanto as condições sociais actuais dos habitantes do Cuchi, podemos dizer que as mesmas primitivas, na medida em que faltam os elementos essenciais para que um Município do nível B, como é o Cuchi, possa desenvolver, e dotar de uma identidade própria no naipe dos outros Município, que lhe são congéneres do nível B, hoje em pleno século XXI, não se admite que um Município que foi o celeiro do milho em Angola, não tenha electricidade, não tenha água potável canalizada para servir os cerca de 61 mil habitantes, que seria um incentivo para o cultivo, apesar de terem a seu favor a fabulosa dádiva que são os rios, é preciso que haja um bom aproveitamento deste bem natural.

No domínio do culto, existem algumas igrejas implantadas, no Município, há uma marca visível da Igreja Católica que está parcialmente destruída que data de 1956, criada pelos missionários, segundo padre Cassanga, o primeiro Pároco do

Cuchi, estão a fazer de tudo para sua restauração.

Bastas vezes, ouvimos os responsáveis da R.N.A, verberarem as suas virtudes de razão de que o sinal da Rádio Nacional, chegava a todos) cantos e recantos deste país, podemos afirmar com toda veemência, que este quadro não se faz sentir é no Município do Coche, onde não chega água canalizada, nem mesmo '2 Grito

de Ipiranga, do programa " AGUA PARA TODOS" chega no Coche, quando até se trata de um Município marcadamente rural, para os mais de 61 mil habitantes, temos apenas sete chafarizes, que é foi uma invenção do século XIX; mas que ainda faz morada entre nós, a electricidade tem sido graças ao grupo gerador da Administração, que serve para abastecer a via principal do Cuchi.

Quanto ao sinal da televisão é possível assistir os programas da nossa "Telinha" com auxilio das antenas parabólicas, porque à nossa T.P.A, só tem lá, faz algum tempo para efeito de charme um contentor que provavelmente esteja o seu respectivo emissor, mas que em termos de funcionamento" népias".

O facto de não haver os serviços bancários, no "desterritorializado" Município do Cuchi, os trabalhadores por altura da recepção dos seus ordenados, têm que se deslocar para Município sede de Menongue, isto implica que por média estes ficam por lá pelo menos uma semana, e no caso dos professores e do pessoal da saúde, já consegue imaginar os prejuízos decorrentes desta inépcia administrativa. Quanto à assistência social, aquele desterritorializado Município, não conta com apoio industrioso, das ONG' s, quer as nacionais como as estrangeiras, neste domínio à capital dos Ngangelas, é ainda "virgem" na medida em que os seus serviços ainda estão inexplorados a nível do saneamento básico, dos direitos humanos, da água por estes e outros motivos podemos convir que Cuchi, é hoje um Município "desterritorializado" no tempo e no espaço.

6.24 Casas destruídas não indemnizadas

Jornal Folha 8

27 de Fevereiro de 2010

No perímetro que delimita a Praia do Bispo será construído o enorme complexo que albergará o Centro Político Administrativo de Luanda. Para sua execução, serão demolidos todos os imóveis ali existentes. A comissão do urbanismo do GPL, instaurada para gerir o processo, garante que os habitantes que provarem ser os proprietários dos referidos imóveis serão indemnizados em conformidade com o valor de cada um. Logo, têm três meses para o provarem junto do gabinete "lia doc" criado na Rua Massano Amorim sita na Chicala – Luanda. Porém, a questão é se de facto o governo será fiel às suas declarações. Pois a Carta do cidadão Tango que abaixo transcrevemos, testemunha o motivo da nossa inquietação 26 anos depois, absolutamente nada foi feito para que fosse reabilitado o património destruído.

7 TERRA

7.1 Soba do Quilometro 30 é acusado de vender terrenos

Semanário Factual

De 5 á 12 de Fevereiro de 2010

Os moradores da comuna mostram-se enfurecidos com a atitude do soba Januário pois, segundo afirmaram, a venda de terrenos já dura há muito tempo, com a colaboração do coordenador comunal, Luís Pedro (Dox).

O Factual tomou conhecimento no local que o soba Januário e o coordenador comunal Luis Pedro (Dox) confiscavam as terras em nome do governo para depois as venderem a estrangeiros.

A situação começou a tomar contornos constrangedores a partir 28 de Janeiro quando um grupo de presumíveis fiscais não identificados marcaram uma área de quatro hectares e assinalaram várias residências para demolição, visto que estas casas se encontram na área pretendida.

Segundo um dos moradores que recusou dizer o seu nome, por motivos de segurança, a área dos quatro hectares seria vendida a uma senhora angolana e que o negócio estava a ser impedido devido a construções no local. Por este motivo tinham de ser demolidas as casas que se encontram na área delimitada.

Paulo Venâncio, um dos moradores que tem a sua casa na área demarcada, falou ao semanário que "os fiscais apareceram com um carro do tipo Toyota Rav' 4 e começaram a marcar as casas para demolição. Quando tentámos saber o que se passava, os fiscais disseram-nos que foram autorizados pela administração municipal de Viana e que a área pertence ao governo e as casas tinham que ser demolidas".

O habitante deu ainda a conhecer que os fiscais não se fizeram acompanhar de nenhuma documentação que provasse a legalidade do acto.

"Eles não tinham documento nenhum, e então ligámos para o soba no sentido de dar a conhecer o que estava a se passar, isso na sexta-feira. O soba respondeu que tinha conhecimento do que estava a se passar mas não tinha tempo para ir ao local dar um esclarecimento à comunidade", afirmou Paulo Venâncio.

Na tentativa de procurar mais esclarecimentos, o agricultor Feliciano, nato do Quilómetro 30, ligou para o soba Januário e este respondeu que não tinha conhecimento da situação e não podia se deslocar até ao local por estar ocupado,

"Devido a esta situação e à controversa resposta do soba, deslocámo-nos até à sua residência para termos um esclarecimento mas este se negou a falar.

A posição do soba causou uma certa revolta no seio da comunidade. Dado o tumulto na sua residência, o soba

acabou por dar participação à polícia que se mostrou imparcial quanto ao assunto, visto que o mesmo é da responsabilidade da administração municipal de Viana.

Segundo apurou o semanário de uma fonte policial, não é a primeira vez que tal facto acontece com o soba,

e:

"Nós apenas asseguramos para que o soba não sofra nenhum tipo de ofensas e quanto à questão da venda de terrenos quem deve resolver é a administração de Viana", afirmou a fonte.

Em entrevista ao Factual, o coordenador comunal do Musseque Baía, Luís Pedro (Dox), explicou que não tinha conhecimento da situação e que não lhe foi dado nenhum documento a partir da administração municipal que anunciava a demolição das residências nem a marcação de uma área de quatro hectares, e que tal assunto deveria ser tratado pelo soba Januário.

Quanto aos negócios de terrenos, o coordenador negou o seu envolvimento, facto desmentido pelos comunais ouvidos pelo Factual.

O semanário procurou então ouvir o soba Januário, mas ele estava ausente da comuna. Só depois de muito tempo é que ele, tal como o coordenador Luís Pedro (Dox), afirmou que nada sabia da presença dos fiscais na comunidade.

Questionado sobre a venda de terras, o soba respondeu que não passam de acusações por parte da comunidade e que nunca vendeu terreno algum.

No sentido de se apurar melhor o assunto das vendas de terrenos, bem como a ida de fiscais não identificados ao Quilómetro 30, o Factual tentou contactar a Administração de Viana, mas tal não foi possível, pois, segundo o pessoal da secretaria, o administrador não estava disponível e a pessoa que devia dar informações sobre a comuna não se encontrava no local de serviço.

7.2 Instituto Agrário de Malange forma os primeiros técnicos

Jornal de Angola

6 de Fevereiro de 2010

O Instituto Médio Agrário de Malange (IMAM) lançou, recentemente, no mercado de trabalho os primeiros 23 técnicos, formados nos cursos de Produção Vegetal, Construção Civil, Instalações Eléctricas, Agricultura Geral e Gestão Agrária.

O facto foi revelado quinta-feira à Angop pelo subdirector pedagógico da instituição, João Pedro Soares, quando procedia ao balanço das actividades desenvolvidas durante no ano transacto. João Pedro Soares referiu que, do citado número, 17 já defenderam as suas monografias com notas satisfatórias, tendo em

conta os temas escolhidos.

O subdirector deu' também a conhecer que dos 601 alunos matriculados no ano passado nos cursos de Produção Vegetal, Construção Civil, Mecanização Agrícola, Instalações Eléctricas, Agricultura Geral e Gestão Agrária, 520 aprovaram. Os restantes ficaram retidos por notas fracas ou faltas injustificadas.

Para este ano, informou o responsável, o instituto recebeu apenas 145 novos alunos, que vão juntar-se aos outros que já frequentam o estabelecimento de ensino adiantando que os discentes têm beneficiado de aulas práticas no campo, onde vivem experiências valiosas para o trabalho futuro. Como perspectivas para este ano, o Instituto Médio Agrário de Malange vai colocar à disposição dos estudantes um aviário, cujas instalações já estão prontas para receber aves. Também vai ser criada uma pequena fábrica de compota de manga, abacate e outras frutas.

7.3 Quadro Jurídico organizado para apoiar a auto construção

Jornal de Angola

6 de Fevereiro de 2010

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, defendeu a consolidação do quadro jurídico e institucional que permita a urbanização das reservas fundiárias do Estado, onde, de forma segura, tanto famílias organizadas para a auto construção, como sociedades de construção, cooperativas de habitação e outras instituições possam implantar projectos imobiliários.

José Eduardo dos Santos considera "imprescindível aprovar instrumentos de gestão ambiental tendentes a proporcionar a integração e a conciliação dos aspectos ambientais em todos os programas e planos gerais e sectoriais de desenvolvimento económico e social, como premissa para o desenvolvimento sustentável".

O Presidente da República considera que a Constituição da República é garante da estabilidade política, económica e social, pois previne e impede eventuais bloqueios institucionais e permite que todos os angolanos conheçam os seus direitos e deveres fundamentais sem margem para quaisquer dúvidas.

7.4 Lotes de terrenos prontos para construir

Jornal de Angola

12 de Fevereiro de 2010

O processo de loteamento das reservas fundiárias destinadas à construção de novos projectos habitacionais urbanizados no município do Uíge, encontra' se em avançada fase de execução. Nas reservas de Quilo-

mosso e Kivita, de acordo com o vice-governador provincial para a organização e serviços técnicos, Nazário Vilhena Bomba, estão disponíveis cerca de três mil lotes de terra para serem entregues à população.

O vice-governador visitou recentemente a reserva fundiária de Kivita, com cerca de 1.200 lotes, onde vai ser erguido um projecto urbanístico designado "Bela Vista". Nazário Vilhena Bomba constatou "in loco" o estado da empreitada e afirmou estar "impressionado" com o andamento dos trabalhos e acreditar que dentro de poucos dias vai estar concluído. Depois de terminado este processo, os lotes ficam disponíveis para a população que, segundo Vilhena Bomba, vai definir se prefere obter as suas moradias através da autoconstrução dirigida, ou as casas sociais a serem construídas pelo governo ou por outras entidades, através do crédito habitacional, a ser disponibilizado pelos bancos.

O vice-governador disse que a comissão técnica provincial para o programa habitacional está empenhada na organização dos serviços que lhes são adjacentes. "O processo de distribuição dos lotes vai arrancar ainda neste mês. Os cidadãos vão poder entregar os seus requerimentos nas administrações municipais para posteriormente adquirirem os respectivos direitos de superfície, que lhes concedem a propriedade da parcela de terra". Para facilitar o processo de solicitação dos terrenos, disse que vai' ser criado um guiché integrado, no qual os populares vão poder ter acesso a todos os serviços que envolvem a tramitação legal do processo.

Distribuição de lotes

O governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo, reuniu na semana passada, no cine-ginásio, com a comissão técnica provincial para o programa habitacional e com os administradores municipais e comunais, para autorizar o arranque do processo de distribuição dos lotes de terra nas reservas fundiárias, cujo processo de loteamento está concluído.

De acordo com a decisão saída do encontro, o processo de solicitação pública dos terrenos vai ter início esta semana, devendo, no entanto, as administrações municipais e as representações do Instituto Nacional do Ordenamento do Território (INOTO) e o Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA) trabalharem com celeridade na elaboração dos documentos que vão ser encaminhados para o gabinete do governador da província para promulgação. "Esperamos celeridade no processo para que nos próximos dias comecemos a ver as casas a serem erguidas, mas também alertamos a população de que não vai ser permitida a dupla afectação. O problema habitacional é um problema nacional, sobretudo para os jovens. Por isso, o Governo está a dar oportunidade a todos aqueles que não possuem casa própria a realizarem um sonho",

disse.

7.5 Reservas fundiárias já foram aprovadas

Jornal de Angola

12 de Fevereiro de 2010

Uma fonte oficial disse que estas r reservas compreendem 114 hectares, ao nível dos dez municípios da I província, número que pode ser aumentado por se revelar insuficiente para as necessidades.

O ambientalista brasileiro Nelson Silveira considerou, na quarta - feira, em Ndalatando, que as zonas da província abrangidas pelo plano nacional de urbanização apresentam uma localização favorável e isentas de quaisquer restrições para o desenvolvimento de projectos habitacionais. Falando à margem de um seminário sobre "Urbanismo e desenvolvimento sustentado", o técnico da empresa encarregada da avaliação do impacto ambiental nas reservas fundiárias das províncias de Luanda, Lunda-Norte, Kwanza-Norte e Kwanza-Sul, disse ter verificado características similares a nível das regiões, que vão obrigar a alteração de alguns pormenores técnicos em relação às áreas localizadas nas proximidades de rios, zonas acidentadas e susceptíveis de erosão.

Sobre o plano de urbanização SI previsto para o Kwanza-Norte, Nelson Silveira esclareceu que vai ç abarcar novas cidades dotadas de p todas infra-estruturas necessárias a para outras centralidades urbanas r por de abarcarem serviços indispensáveis para uma qualidade de vida aceitável.

O ambientalista referiu que o plano contempla escolas, áreas de desporto e de lazer, centros comerciais, igrejas, serviços públicos, redes de esgotos, zonas de acesso e áreas de estacionamento.

"As novas centralidades urbanas a serem erguidas nas reservas fundiárias devem abarcar zonas de acesso em ambos os sentidos, sem descurar os aspectos sociais que devem garantir a harmonia entre os futuros habitantes das zonas", disse o ambientalista.

Entre os aspectos a serem melhorados nas reservadas identificadas na província do Kwanza - Norte, Nelson Silveira apontou a necessidade de se prestar uma maior atenção em relação à erosão dos solos, 1S a presença de zonas agrícolas e o às surgimento de novas habitações dentro das reservas fundiárias.

7.6 Da festa do CAN aos dissabores da demolições

Semanário Angolense

13 de Fevereiro de 2010

Á semelhança do que se viu em largos círculos da sociedade civil, infelizmente quase que da forma mais silenciosa possível, a OMUNGA repudiou a demolição de casas na Nossa Senhora da Graça. Como se sabe, a posição deste Observador Africano dos Direitos Humanos e dos Povos foi manifestada por via de uma nota de imprensa, resumida na nossa edição passada, intitulada "CAN 2010 manchado com mais demolições em Benguela".

Ainda que o "massacre" tenha ocorrido nas imediações do Estádio Nacional de Benguela, onde foram disputados jogos referentes à Taça Africana, conforme menciona a organização, não parece ter manchado a competição, ela que, reconhecamos, mereceu rasgados elogios das diferentes delegações visitantes. Ainda assim, não deixa de ser vergonhosa uma novela destas para um país que, amiúde, diz estar a trilhar com segurança os caminhos da promoção dos direitos humanos. Vergonhosa, estamos certos, na medida em que acabámos por mostrar ao mundo o que a Comunidade Internacional segue através de relatórios das mais "incómodas" organizações da sociedade civil, que carregam sobre os ombros a acusação de "intromissão em assuntos políticos". O golpe desferido contra pacatos cidadãos foi tão duro que ainda hoje, quinze dias depois, continua a sentido de dor e repulsa, tendo o cenário chegado ao território da política. Aqui, é óbvio, paga a factura o partido que diz, também amiúde, estar a trabalhar em nome de políticas públicas dignas de realce, seguramente com a palavra demolição sem espaço no seu dicionário. O que se viu, haveres em escombros e tudo partido, nada tem a ver com promoção de Direitos Humanos ou respeito pela dignidade da pessoa humana, independentemente dos "argumentos legais" que nos pretendam impingir sempre que estiver a ser apresentada a razão deste acto administrativo à ME Ficámos, camaradas, muito mal na fotografia entregue a estrangeiros, entre os quais jornalistas de renomados órgãos de comunicação social.

7.7 Membros do Conselho de Urbanismo Europeu recomenda atenção á especificidade territorial

Jornal de Angola

15 de Fevereiro de 2010

João Manuel Pereira Teixeira, que dissertava, sexta-feira, em Benguela, durante uma palestra sobre "reservas fundiárias e planos de urbanização", disse que os urbanistas, engenheiros civis, arquitectos, economistas, sociólogos, juristas, assistentes sociais, entre

outros, devem ter formação específica para as referidas actividades".

Na opinião de João Manuel Pereira Teixeira, em cada província uma empresa pública provincial a criar seria responsável pela elaboração de projectos, de modo a haver um responsável pela coordenação geral dos programas, desde a componente financeira, dos planos e até dos projectos de várias obras.

Explicou que as reservas fundiárias não são iguais, porque apesar de terem um objectivo global e nacional, este objectivo será cumprido de forma diferente e em lugares diferentes. "Cada uma vai delinear estratégias, objectivos e programas, onde a referida empresa fará a coordenação geral em cada província", frisou.

Numa iniciativa da Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo, Habitação e Ambiente, o encontro teve como objectivos proporcionar uma maior divulgação das políticas do governo inseri das no Programa Nacional de Urbanização.

Durante algumas horas, os participantes debateram temas ligados a "estratégia global e local", "planos de urbanização", "enquadramento e desenho urbano" e programação das operações".

A institucionalização, estratégia de concretização, recuperação e reabilitação de património, bem como infra-estruturas de cidades, foram outras matérias ministradas no evento, que contou com a presença de membros do Governo, autoridades tradicionais, representantes de instituições públicas e privadas, empresários e convidados.

7.8 distribui centenas de talhões para a autoconstrução

Jornal de Angola

20 de Fevereiro de 2010

A entrega dos lotes insere-se no quadro da implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, cujo objectivo é providenciar espaço para autoconstrução dirigida de casas sociais. Segundo a responsável, o projecto vai estender-se aos bairros Aida, Kambongue e Saco-mar, numa extensão de aproximadamente 9.234 hectares.

Ambrósio Mitendo assegurou que está previsto para o Namibe

o loteamento de mais de 30 mil • hectares, incluindo os municípios da Bibala, Tombwa, Kamuciuo e Virei.

Para esses municípios, disse, existem já brigadas subordinadas á Comissão Provincial, que estão a levar a cabo todo o processo de distribuição de terrenos.

O programa visa corrigir o crescimento irregular da cidade e os seus efeitos negativos no meio ambiente, bem como a construção de infra-estruturas sociais

(escolas, I centrais de água e energia, hospitais, jardins e espaços de lazer), hoteleiras e estradas.

O director referiu que o processo de autoconstrução dirigida faz com que o cidadão construa uma casa própria condigna.

Acrescentou que, pelos métodos actuais e ao contrário do que acontecia anteriormente, os cidadãos já não I pagam a planta, e o croqui de localização da residência requerida é fornecido pela comissão. Cabe à Comissão Provincial de Ordenamento Urbano a assistência técnica, facto que não acontecia nos anteriores processos de cedência de terrenos.

A Comissão garante ainda outros procedimentos técnicos, como o loteamento e o nivelar do terreno, para facilitar às pessoas a introdução do sistema de canalização, c electricidade, sistema de esgotos, p condições arquitectónicas da residência e boa localização da própria casa. O director disse não haver a burocratização do processo que leva o cidadão a iniciar a construção da sua residência, uma vez que já foram estabelecidos três modelos de planta arquitectónica, sendo o cidadão livre de optar por um modelo e dar início à construção. O programa teve início em Setembro de 2009 na província do Namibe.

7.9 Preparados hectares de terra para construção de moradias

Jornal de Angola

24 de Fevereiro de 2010

Cem mil hectares de terra encontram-se preparados para o desenvolvimento do programa nacional de habitação, que prevê a construção de um milhão de casas, em todo país, até 2012.

O director do Instituto Nacional de Habitação, Eugénio Correia, assegurou que todas as províncias têm as reservas constituídas e registadas.

O plano de urbanização para a criação de zonas integradas para uma harmonia habitacional está em fase de execução. Eugénio. - Correia referiu que, em Luanda, as 11 zonas definidas são nos municípios do Cazenga, Sambizanga, Viana e Cacucaco, salientando que algumas áreas vão ser requalificadas e noutras construí das novas zonas habitacionais

O Programa Nacional de Habitação prevê a construção de 115 mil fogos habitacionais pelo Governo, 120 mil pelo sector privado, 80 mil por cooperativas e 685 mil por meio da autoconstrução dirigida .

7.10 Casas para Jovens são inauguradas este ano

Jornal de Angola

24 de Fevereiro de 2010

Neste momento decorrem trabalhos que consistem no arruamento, iluminação domiciliar e pública, água potável, colocação de telhas e reboco de doze casas.

Segundo o director provincial da Juventude e Desportos em exercício, João Francisco "Macumona", até ao momento apenas 30 jovens apresentaram requerimentos para se candidatar à compra de casas .

João Francisco revelou que a fraca adesão dos jovens tem a ver, em grande medida, com a exigência do pagamento da primeira percentagem, fixada em 10,20 e 30 por cento, respectivamente.

Outro grande problema reside no facto de muitos beneficiários estarem a pouco menos de cinco anos enquadrados na Função Pública e numa carreira técnica base, média e auxiliar, com um salário não compatível para a obtenção de crédito à habitação. O responsável informou que nos últimos dias tem aconselhado os cônjuges a pouparem os seus ordenados mensais, para poderem cumprir com o requisito que a lei estabelece para a concessão da residência.

Indicou, por outro lado, que, tendo em conta as expectativas iniciais, em relação à candidatura de um número maior de jovens sem residências, a forma de entrega das casas vai ser aleatória, através de uma rifa. Quem rifar uma casa vai automaticamente poder assinar o contrato com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e fazer as suas amortizações num período de 20 a 25 anos, dependendo do tipo de habitação que escolher.

Condições de acesso

Para ter direito a uma moradia no projecto, o jovem deve ter esposa, ainda que não sejam casados, e possuir 23 a 35 anos de idade, e pode pagar valores que variam entre os 200 e os 250 dólares por mês.

A par disso, João Francisco adiantou que é aberta uma excepção para os jovens que participaram na luta de libertação nacional e desmobilizados, atendendo ao longo conflito armado que assolou o país. "Se não nos preocuparmos com estes jovens de mérito, não estaríamos a reconhecer os seus esforços empreendidos em prol da garantia e salvaguarda da Pátria e a manutenção da paz", sublinhou. O projecto tem continuidade nos outros sete municípios da província do Bengo, tão logo seja aberta a primeira fase. No decorrer do ano transacto, os oito municípios que compõem a região beneficiaram do projecto de autoconstrução dirigida, que contempla um total de 125 jovens, sobretudo das zonas rurais. A direcção provincial da Juventude e Desportos distribuiu materiais básicos para a construção de residências, sem recurso a trabalhos de alvenaria especializada. Segundo João Francisco, existem informações que revelam ter sido um sucesso a implementação deste projecto. A iniciativa vai ter continuidade noutras localidades, nos

próximos tempos.

7.11 Deputados querem melhores condições nos novos bairros sociais do Lubango

Jornal de Angola

24 de Fevereiro de 2010

Os deputados a Assembleia Nacional do círculo provincial da Huíla recomendaram terças feira, ao governo local, a melhorar as condições nos novos bairros sociais onde vão ser realojados mais de três mil famílias residentes em zonas de risco da cidade do Lubango.

A delegação dos deputados do MPLA, encabeçada por João Marcelino Typingui, averiguou os lotes de terrenos na zona da Chavola preparados para acolher os populares da encosta do monte do Cristo Rei e ao longo do Caminho-de-ferro de Moçâmedes (CFM).

Os parlamentares foram informados que 115 famílias voluntárias já receberam os seus lotes de mil metros quadrados e tendas. O novo bairro, localizado numa área de desenvolvimento urbano, dispõe de 58 hectares destinados às famílias por realojar.

O porta-voz dos deputados, Desidério da Graça, afirmou que a delegação transmitiu a recomendação da Assembleia Nacional recentemente, segundo a qual "todas as demolições de residências devem ser precedidas de criação de condições sociais que permitam a vivência adequada das populações".

O deputado Desidério da Graça disse que o processo de realojamento das famílias deve continuar, porque visa a requalificação urbana, a melhoria do saneamento básico da cidade e realojamento dos cidadãos em zonas de risco para outras mais seguras.

"Mas, é necessário que as novas áreas tenham as condições essenciais que conferem dignidade à população", defendeu, acrescentando que "é necessário água, energia, saúde, segurança, educação e outros serviços, visto que estamos numa época chuvosa".

O processo de realojamento e demolição de residências está previsto para o mês de Março. Desidério da Graça disse que as populações abrangidas devem ser apoiadas com materiais necessários para a autoconstrução dirigida da nos novos terrenos.

"Os terrenos atribuídos às famílias são vastos. Mas é preciso apoio material para que cada família faça a sua moradia, porque nenhuma tenda substitui uma casa.

Vimos que há ainda muito trabalho por fazer em relação à criação de condições para o realojamento das famílias que são numerosas", concluiu.

Os deputados, que visitaram também as casas marcadas, foram acompanhados pelo vice-governador para a Esfera Económica, Fernando Pontes Pereira, pelos responsáveis das comissões de realojamento e outros membros do governo provincial.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 “Água para todos abrange municípios”

Jornal de Angola

5 de Fevereiro de 2010

As localidades dos municípios do Ebo, Kibala, Kassongue e Mussende, na província do Kwanza-Sul, foram identificadas para, no presente ano, beneficiarem, da segunda fase do programa "Água para todos" com a abertura de furos artesianos, num projecto apoiadas pela Secretaria de Estado das Águas.

O projecto prevê a realização de estudos geofísicos, de forma a diminuir os custos de perfuração. A segunda fase compreende também a continuidade da reposição e recuperação dos sistemas de captação e distribuição de água às comunidades sedeadas nas áreas urbanas e suburbanas.

O director provincial da Energia e Águas, David Rodrigues, informou que a primeira fase entrou em funcionamento em Junho de 2008 nas sedes municipais do Sumbe, Seles, Libolo, Porto Amboim e Gabela, com a implementação de dez projectos programados, dos quais seis foram concluídos, mas por indisponibilidade de verba os restantes transitaram para este ano.

A estação de captação e tratamento da água do Sumbe recebeu obras de restauro

De acordo com David Rodrigues, a estação de captação e tratamento de água localizada a montante do rio Kambongo, beneficiou o ano passado de trabalhos de reabilitação que incidiram na reposição do funcionamento do sistema de filtragem, que se encontrava em estado avançado de degradação.

"Estas obras visaram fundamentalmente melhorar o fornecimento

da água com qualidade, visto que a actual está muito aquém do que se pretende dar a população, especialmente nesta época chuvosa, em se apresenta com algumas impurezas", disse o interlocutor do Jornal de Angola.

8.2 Limpeza de Luanda custa 13 milhões de dólares mês

Semanário Económico

5 de Fevereiro de 2010

Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) gasta, aproximadamente, 13 milhões de dólares para manter limpa a cidade de Luanda. Este montante tem servido para pagar os serviços prestados mensalmente pelas 12 operadoras, além da própria ELISAL.

No entanto, o valor é considerado insuficiente, dado o volume de lixo que Luanda produz e a reduzida capacidade de resposta de algumas associadas da ELISAL, especialmente, em meios técnicos e humanos. Entrevistado pelo SE, o director geral da ELISAL, António Lúcio Martins, disse que as estatísticas de 2003, que precisam de ser actualizadas, notam que Luanda produz quatro mil toneladas de lixo por dia. O que significa, em termos estatísticos, que cada pessoa produz 500 grama diariamente numa população estimada em oito milhões de habitantes. Mas Lúcio Martins está convencido que é necessário actualizar os números, porque há grandes superfícies geradoras de lixo tem função do crescimento demográfico que se está a assistir, Luanda vai precisar, nos próximos anos, de reforçar a sua capacidade de resposta.

Contudo, segundo ainda Lúcio Martins, "seria importante sabermos quantas pessoas vivem em Luanda para planificar o raio de acção da empresa e os montantes necessários". "É necessário realizar campanhas de educação ambiental, como a colocação de 'outdoors' informativos, distribuição de panfletos e brochuras, para passar a mensagem aos munícipes em relação aos comportamentos ambientais a seguir", defende

A ELISAL projecta, para este ano, participar na implementação do plano directório de saneamento de Luanda e na implantação de um sistema tratamento de águas fluviais e residuais, que serão tratados antes de irem para o mar. Está ainda em vista, também para 2010, a conclusão das obras do aterro para resíduos de indústrias e de saúde.

Quanto a uma eventual fábrica para a reciclagem do lixo, Lúcio Martins disse não ser da responsabilidade da ELISAL reciclar esse tipo de resíduos, admitindo, no entanto, a existência de algumas iniciativas privadas.

Aterro sanitário sufocado

A ELISAL possui um aterro sanitário localizado na região dos Mulenvos. O espaço conta 217 hectares e foi preparado para estar activo durante 21 anos, tratando cerca de duas mil toneladas de lixo por dia.

"N este momento estamos a aterrar cerca de quatro mil toneladas de lixo, reduzindo assim cerca de 59 por cento do seu tempo de vida", informa Lúcio Martins, que defende a construção de uma "fábrica de reciclagem" como forma de "reaproveitar os resíduos", o que poderia dar "mais tempo de vida útil" ao aterro. Quanto às empresas associadas à ELISAL, Lúcio Martins adiantou que as mesmas têm tido imensas dificuldades, nomeadamente de ordem material, técnica associada à falta de pessoal qualificado. "Há que se ter em conta, igualmente, que elas surgiram numa situação de emergência, em que eram os parceiros possíveis. Celebraram-se então os contratos na perspectiva de que

fossem evoluir, mas grande parte delas não cresceu, porque o seu pessoal não possui cultura própria do sector".

Por isso, a ELISAL tem realizado acções de formação para o pessoal operacional, gerentes de operações e gestores de resíduos hospitalares dessas empresas. Os cursos são ministrados por técnicos estrangeiros qualificados. Apesar dos constrangimentos, o director da ELISAL é de opinião que o visual de Luanda melhorou bastante e difere bastante de como a cidade era há seis anos, em que se acumulava o lixo, inclusive nas zonas históricas.

Hoje a acumulação do lixo também é da "responsabilidade dos cidadãos que não respeitam o horário do depósito, entre as 18h e as 20h", lamenta Lúcio Martins .

8.3 Mais as ruas continuam sujas

Semanário Factual

05 á 12 de Fevereiro de 2010

Apesar dos constantes fracassos registados nos programas de recolha de lixo, o Governo da Província de Luanda (GPL) teima em continuar a monopolizar esse serviço, quando na prática já se viu que o mesmo deve ser da responsabilidade das municipalidades.

Recentemente, o GPL lançou o projecto "Universo Limpo", em parceria com as empresas de saneamento básico, com o emprego de mais de uma centena de jovens moradores do Rangel e do Kilamba Kiaxi.

E é neste aspecto que interessa apontar o dedo.

Como se sabe, trabalhar com os moradores dos bairros é uma especificidade das municipalidades. São elas que controlam a mão-de-obra desempregada e que detêm os mecanismos de controlo e gestão dos problemas que afectam os bairros e as comunas.

Se o objectivo é dar emprego aos jovens dos bairros onde é feita a recolha do lixo, ninguém domina melhor essa matéria do que as autoridades locais. Elas trabalham directamente com as associações profissionais e juvenis, para além de conhecerem a árvore genealógica de cada morador.

Portanto, não é aconselhável uma instituição como o GPL ir aos bairros contratar jovens para trabalharem na recolha de lixo. Essa tarefa cabe aos órgãos locais, porque são eles que têm o domínio das especificidades dos problemas que mais afligem os moradores.

Ademais, tudo indica que, para uma efectiva recolha de lixo, é necessário uma ampla campanha de educação cívica realizada porta a porta, com a participação das associações religiosas, juvenis, partidárias e profissionais. Mas isto só é possível se a colecta do lixo for da responsabilidade das municipalidades. Caso

contrário, nada feito.

O trabalho de sensibilização deverá começar no seio das famílias. Estas precisam de saber como, quando e onde depositar as sobras alimentares, o papel, o plástico, vidro e os metais.

Como se sabe, para iniciar um processo de colecta selectiva é preciso avaliar, quantitativa e qualitativamente, o perfil dos resíduos sólidos gerados em determinado município ou localidade, a fim de estruturar melhor o processo de recolha.

O lixo deteriorável (biodegradável), composto pelos restos de carne, vegetais, frutas, etc., deve ser separado do lixo restante, podendo ter como destino os aterros sanitários ou entrarem num sistema de valorização de resíduos.

A colecta do lixo, a par da distribuição de água e luz, é o grande calcanhar de Aquiles do Governo da Província de Luanda.

Ciente desta dificuldade, o administrador municipal do Sambizanga, José Perreira Tavares, garantiu quarta-feira, 03, aos vendedores do mercado Roque Santeiro o reforço das capacidades técnicas para fazer face à recolha dos resíduos sólidos aí produzidos.

Como se pode constatar, é mais fácil para uma autoridade local resolver um problema da sua jurisdição do que uma estrutura superior que não conhece os meandros nem como se dirigir às pessoas certas que detêm influência numa determinada zona ou bairro.

8.4 Proprietário perde o terreno

Semanário Factual

05 á 12 de Fevereiro de 2010

Segundo o Factual, Salvador Mateus, está situação vem já desde 1979, aquando da atribuição de um espaço no município do Sambizanga para a construção de uma nova escola. Porém, o local foi vendido, tendo na altura o vice administrador do Sambizanga, Senhor Napoleão, alegado que tal espaço poderia ser reavido pois pertencia ao Governo.

No sentido de rever o terreno, Pascoal Mateus procurou explicação junto do Governo Provincial de Luanda (GPL) que, por sua vez baixou uma orientação á administração do Sambizanga a fim de que fosse cedido outro espaço.

Tal orientação foi cumprida com cedência do terreno na avenida Lueji Andoka. A partir daquele momento, Pascoal Salvador Mateus começou a tratar das questões ligadas á legalização do espaço.

Pascoal Mateus falou ao Factual que cumpriu com todos os trâmites para a legalização do espaço e tem documentos que provam que é proprietário legítimo.

“ Eu cumpri com tudo o que foi exigido para o direito de superfície. Coloquei um anúncio no Jornal de Angola no sentido de solicitar a comparência do

respectivo dono e herdeiros isto em 2005. Em 2006 foi publicado no Diário da República, em despacho conjunto nº 442/06 de 8 de Novembro, o confisco do referido espaço.

De 2007 a 2009 Pascoal Mateus passou a pagar anualmente ao Governo da Província de Luanda um montante no valor de 184 mil e 680 kwanzas, referente ao contrato de direito de superfície. A 26 de Março de 2008 Pascoal Mateus celebra então com o GPL o contrato promessa que lhe dava o direito de superfície do terreno, mas tal facto só foi concretizado no papel, pois na prática nada foi realizado, devido à construção de um armazém no local, o que deixa intrigada a fonte, visto que, por lei, é o seu proprietário legítimo.

O espaço, de 60 metros quadrados, serviria para a construção de uma escola comparticipada com o governo, do primeiro e segundo níveis, que deveria ter nove salas de aulas e albergaria cerca de 620 alunos em dois períodos de aulas, bem como proporcionaria 40 vagas para professores, empregados de limpeza e segurança.

Segundo explicou Pascoal Mateus, já foram várias as tentativas desenvolvidas no sentido de se apurar junto da administração local, bem como do GPL, o que realmente se está a passar, visto que o espaço de sua propriedade, pese a lei, já se encontra com outro ocupante e vedado por muros.

O Factual tomou conhecimento junto da fonte que em 2003, ainda no Governo Provincial de Luanda, foi lhe proposta a troca do projecto, por parte do então director do departamento de desenho do GPL, de nome Crespo, para que, ao invés da construção de uma escola, fosse construído um centro hospitalar.

Essa proposta foi recusada por Pascoal Mateus, devido à sua formação na área da educação e ao elevado número de crianças fora do ensino no Sambizanga.

Pascoal Mateus alegou ainda que "o terreno pode ter sido vendido pela administração do Sambizanga, pois várias vezes tentei saber junto desse pelouro a situação do ocupante quanto à legalidade do espaço, sem no entanto obter uma informação concreta".

"Ao recorrer ao gabinete jurídico do GPL, na pessoa do senhor Inglês, fui informado que foi enviado à administração do Sambizanga um ofício no sentido de se averiguar o caso e até ao momento ainda continuo à espera".

Por fim, Pascoal Salvador mostrou-se convicto na resolução desta situação, pois tem toda a documentação que lhe garante a titularidade do espaço.

"Caso não seja possível a devolução do espaço que me confere perante a lei, a administração municipal do Sambizanga terá que me ceder outro espaço onde eu possa desenvolver o meu projecto, que não é apenas para benefício próprio mas para a comunidade em geral", adiantou Pascoal Mateus.

No sentido de ouvir a versão da administração municipal do Sambizanga sobre o caso, o Factual procurou contactar o seu responsável, José Tavares Ferreira, sem sucesso.

8.5 Queremos água potável e ruas asfaltadas

Semanário Angolense

6 á 13 de Fevereiro de 2010

Na sequência da série, de reportagens que temos vindo a efectuar sobre a cidade de Luanda, esta semana Voltamos a falar do município de Viana, concretamente a comuna das 500 Casas, que é conhecida por muitos como o bairro dos antigos combatentes e veteranos de guerra, que antes viviam nas cercanias das bombas próximas

do ex – mercado da estalagem e a quem o governo cedeu o espaço no longínquo ano de 1990 para construção de casas.

Alguns deles, por sua, segundo contam, acaba por vender as residências, porque suspeitavam e o Governo haveria de receber as casas que lhes foram atribuídas.

Com casas de três e quantos quartos, uma cozinha, quintal e uma casa de eram comercializadas segundo moradores, a duzentos dólares norte americanos, no início das obras, mas agora vendem de cento e cinquenta mil a duzentos dólares, porque a procura aumentou. segundo os moradores, a de água potável em algumas residências é a principal preocupação, acrescentando o facto de que as ruas nunca foram asfaltadas.

João Prata, de 46 anos de idade, um dos moradores mais antigos do bairro, desde 1998, disse que no passado não haviam muitos moradores e era um bairro muito calmo, com poucos problemas na aquisição de água potável.

O morador lamentou ainda que nos "PT" s" onde lhes é fornecido a energia eléctrica, quando se dá o caso de falha de energia ou avaria, para além da quota mensal que é paga, são obrigados a desembolsar um outro valor para a manutenção do "PT".

Falando sobre a beleza do bairro, João Prata explicou que quando foi viver nas Quinhentas Casas às residências não tinha quintais, os próprios moradores é que os construíram, fizeram a canalização da água potável e luz eléctrica.

"Há dois anos temos convivido com muita turbulência de assaltos, houve épocas em que queimavam carros e até haviam grupo de moradores que quando viessem os jovens do outro bairro visitar as raparigas das Quinhentas faziam confusão", contou.

Continuamos a nossa ronda pelo bairro. Durante as voltas, constatamos que algumas ruas estão de facto

esburacadas, há falta de água potável e as ruas não estão asfaltadas, o que dificulta a vida dos moradores, principalmente em época chuvosa.

Já Otilia Martins, outra antiga moradora do bairro e da sexta rua das quinhentas, considera que o seu bairro, apesar das dificuldades, está melhor que os outros.

"Se disser que o bairro é calmo estarei a mentir, tal como os outros bairros no nosso não há muita diferença, existe delinquência que até em certa altura era muito frequente, mas agora graças o trabalho que as autoridades têm feita diminuiu um pouco. No momento a minha maior preocupação é a falta de escolas para o ensino médio, para os filhos, porque assim são obrigados a deslocarem-se até a cidade.

Segundo os moradores, polícia quando solicitada o aparece alegando falta transporte. "A polícia da, esquadra alega não ter transporte. "A polícia da 46 esquadra alega não ter transporte o que não é aceitável por ser a única unidade policial da zona", dizem os moradores.

Jovens pedem espaços de lazer

Sílvio Pedro, de 18 anos de idade morador da quarta rua das quinhentas, disse que para se distraírem no bairro a educação tem sido organizar festas com contribuições de valores monetários. "Aqui não temos cinema, casas de teatro, parque para diversão das crianças, não temos tempo para nos divertirmos. Se tivermos interessados em nos divertir temos que sair do bairro", disse.

Mateus Miguel também é da mesma opinião, apela aos governantes, numa altura em que estão em curso obras de melhoramento para criarem alguns serviços que poderão servir de diversão para os jovens ou asfaltarem as ruas. "Ouvimos dizer que as ruas vão merecer uma intervenção, os empresários podem vir implementar alguns serviços aqui, como sala de cinema, teatro, ou quem sabe um pequeno empreendimento comercial, afinal, nós vivemos na quinhentas e não existe musseque, portanto, devemos ter formas de nos divertir", pediu.

"Man kem", outro morador, disse que é importante que o governo resolva a questão do lazer para os jovens, para se evitar que muitos enveredem para práticas criminosas. "Aqui no bairro, graças a Deus, não temos mais um nível elevado de criminalidade, mas já começamos a sentir uma tendência, porque a muito que a polícia não faz ronda, e nas noites já não podemos andar a vontade, temendo pelo aumento da criminalidade ou risco de ser violada explicou.

O morador acrescentou que, "no que diz respeito as escolas e hospitais nós,, temos, mas a única preocupação que existe é que o governo não devia descansar porque um hospital nesta nossa pobre vila não é o sufi-

ciente. Imaginemos se a pessoa tiver uma crise de noite, como é que fica? Este centro é muito pequeno pelo número de habitantes que temos. Por outro, lado são as escolas do ensino Médio que não temos com esses acidentes de estrada que tem havido por essas alturas, é muito arriscado para uma criança que o pai não tem as mínimas condições de o levar a escola, ir para cidade de táxi. Penso que o Governo não deve descansar nessas questões e olhar mais a população dos bairros". I.

8.6 A ginástica do governo na gestão do projecto de Água de Benguela

Semanário a Capital

6 de Fevereiro de 2010

Um dos maiores empreendimentos erguidos nos últimos cinco anos, o Projecto de Águas de Benguela (PAB) levará o Governo angolano a fazer exercícios tendentes a uma gestão à dimensão da obra, surgindo como forte hipótese a criação de uma holding – firma – totalmente pública, pelo menos numa fase inicial. Se tiver em conta que esta informação foi revelada a governantes e empresários sul africanas, integrantes de uma delegação que visitou a província, facilmente se percebe que o executivo está aberto à participação do sector privado, sobretudo o estrangeiro, na gestão das infra-estruturas.

Aliás, o vice-governador de Benguela para a esfera Social e Económica, Agostinho Estêvão Felizardo, que tratou de apresentar a intenção das autoridades, precisou que, uma vez criada a holding, estarão lançadas as bases para o estabelecimento de parcerias. De acordo com o governante, a criação desta entidade, que se vai juntar ao empreiteiro, a construtora brasileira Odebrecht, e à Empresa de Águas e Saneamento (EASB), vem dar resposta aos desafios da manutenção e funcionamento do sistema de distribuição de água.

Actualmente na segunda das três fases previstas, o PAB alcançou níveis que suplantam as acções delineadas em 2001, prevendo-se que avance no sentido do crescimento da população e do incremento da actividade económica, mormente a agricultura e a indústria. Dados oficiais disponíveis indicam que o Projecto de Águas beneficia, actualmente, 1 milhão e setecentos mil habitantes das cidades de Benguela, Lobito e vilas da Catumbela e da Baía Farta. Absorveu já cerca de 86 milhões de dólares americanos, aos quais serão acrescidos outros milhares até ao término da empreitada, prevista para daqui a dois/três anos.

Localizado no morro da Graça, arredores da cidade de Benguela, o Centro de Distribuição, que recebe a Água da Estação de Tratamento do Luongo, tem uma capacidade de reserva de 5 mil metros cúbicos,

equivalentes à 5 milhões de litros. O processo começa na Estação de Bombeamento de Água Bruta, a EBAB, que recebe a água do rio Catumbela a (curso permanente), o manancial escolhido para a implementação do Projecto.

No rescaldo da visita, o coordenador da Comissão de Gestão da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela, Francisco Vieira Paulo, disse que a sua instituição vai aproveitar o potencial sul-africano para formar quadros no domínio da gestão de recursos hídricos e de sistemas.

«Isso pode acontecer no quadro da SADC ou da cooperação Sul/Sul, vamos ver qual será o resultado das conversações», frisou o responsável, convicto de que todo este esforço acabará por potenciar a EASB. Imbuída no espírito de dever cumprido, a missão sul africana regressou com a garantia de que os seus homens de negócios podem aplicar em Benguela o seu capital, quer seja na agricultura, pecuária ou outra área. Quanto ao sector das águas, deixou a garantia de que as autoridades locais podem contar com a experiência de quadros do seu país, na hora da especialização e Treinamento. «Gostaríamos de formar parcerias nesse capítulo», assegurou um membro da delegação.

8.7 EPAL negam inscrições anárquicas

Semanário Angolense

6 de Fevereiro de 2010

Em alguns bairros de Luanda, é normal ver-se agora, nas fachadas das residências, pequenos quadrados com inscrições da Edel e da EPAL, a carácter de numeração para qualquer coisa. No entanto, alguns cidadãos queixam-se de que não foram tidos nem achei élos por qualquer dessas duas empresas antes de lhes «borrarem» as paredes, considerando por isso ter havido alguma violação aos seus direitos.

Em face disso, o *Semanário Angolense* procurou saber junto dessas duas empresas se havia algum fundo de verdade nisso.

Na Edel, não fomos felizes, porque os seus homens da comunicação e imagem decidiram, incompreensivelmente, não se abrir.

Já não EPAL, aconteceu o contrário: encontramos total disponibilidade para se abordar o assunto. Pascoal Miguel, então chefe interino do departamento de comunicação e imagem da empresa, disse que isso não correspondia à verdade. «Nada fizemos sem a autorização dos proprietários das residências», defendeu-se.

Disse que isso se enquadrava num projecto da EPAL que visa organizar o sistema de abastecimento de água em Luanda, sendo as inscrições nas residências uma

forma de registo dos clientes ou potenciais consumidores à oficializar.

«Temos estado a trabalhar num processo de cadastramento, que envolve o levantamento dos clientes nos bairros onde já há água, por um lado, e dos que podem vir a sê-lo em zonas que ainda não a têm, por outro», explicou.

Segundo ele, em cada residência, os técnicos da EPAL marcam um número que vai facilitar a identificação do consumidor reconhecido ou do potencial cliente. E após este registo, outras equipas se seguem: umas para tratarem da conta corrente e outras para instalação dos contadores, entre outros processos. «Então tudo isto requer um registo, mas sempre com a autorização do proprietário da residência, diz Pascoal Miguel.

«Temos estado a trabalhar num processo de cadastramento, que envolve o levantamento dos clientes nos bairros onde já há água, por um lado, e dos que podem vir a sê-lo em zonas que ainda não a têm, por outro», explicou.

Segundo ele, em cada residência, os técnicos da Epal marcam um número que vai facilitar a identificação do consumidor reconhecido ou do potencial cliente. E após este registo, outras equipas se seguem: umas para tratarem da conta corrente e outras para instalação dos contadores, entre outros processos. «Então tudo isto requer um registo, mas sempre com a autorização do proprietário da residência», diz Pascoal Miguel.

Diz ainda que, para não complicar, quando as equipas da EPAL encontram já a inscrição da Edel evitam colocar a sua, porque o símbolo desta já lhes serve de referência para a identificação do cliente.

Este processo está a decorrer principalmente na Terra Nova, Bairro Popular e em algumas zonas do município do Cazenga, onde não se está a montar ainda contadores, mas simplesmente a efectuar-se o cadastro. A finalizar, Pascoal Miguel reiterou que a Epal não tem feito inscrições nas paredes alheias sem autorização, ao contrário do que nos garantiram alguns cidadãos.

Baldino Miranda

8.8 Água nas torneiras de Kunhinga e rede de energia está melhorar

Jornal de Angola

11 de Fevereiro de 2010

A população do município do Kunhinga, 30 quilómetros. A norte da cidade do Kuito, volta a ter água canalizada. As obras de reabilitação da rede de distribuição, avariada há um ano, terminaram na semana passada.

A administradora local, Beatriz Napende Diniz, disse que, a partir de agora, as doenças causadas pelo consumo de água imprópria vão diminuir no seio das comunidades. Na região foram também construídos chafarizes, para que, segundo a administradora, a população deixe de percorrer longas distâncias em busca de água.

Beatriz Diniz disse que, há um ano, algumas pessoas ficaram privadas do abastecimento de água em consequência da avaria verificada na moto-bomba e no sistema de distribuição, cuja reabilitação esteve a cargo da construtora Emacil.

A reabilitação da infra-estrutura orçou em 3.380.000 kwanzas, retirados do fundo de gestão do município, atribuído o ano passado no âmbito do programa de descentralização municipal.

Para reforçar o abastecimento de água potável à população, a Direcção Provincial da Energia e Água entregou, este ano, oito poços de água à manivela. Beatriz Diniz assegurou que a rede de distribuição de corrente eléctrica vai ser, nos próximos tempos, reforçada, fruto da aquisição, pela administração, de dois grupos geradores de 250 Kwanzas cada, que serão instalados brevemente.

O potencial hídrico de Angola é enorme, na medida em que possui, juntamente com o Congo-Brazzaville e a República Democrática do Congo, mais de metade dos recursos hídricos africanos. Na verdade, a água existente nestes três países representa 60% dos recursos hídricos de África, de acordo com o Relatório Económico de Angola, elaborado pela Universidade Católica de Angola, dos quais 80% estão concentrados nas províncias de Malanje, Bié, Huambo, Benguela e Kwanza, entre os Rios Catumbela.

Mais são recursos com enorme potencial para aplicação eléctrica, tendo Angola a vantagem de apresentar um risco baixo em termos do ranking do continente, segundo o Water Security Index elaborado pelo World Economic Fórum (ver mapa). O Programa de Desenvolvimento do Sector das Águas' começou a ser implementado em 2004, registando-se melhorias na oferta do sector, graças, sobretudo, ao programa 'Água para Todos', ao qual estão afectos 650 milhões de dólares para incrementar os sistemas de abastecimento em 140 municípios, com o objectivo de beneficiar mais de 3 milhões de pessoas no horizonte de 2012.

A riqueza e diversidade das reservas lúbricas permitem projectar uma intensificação da exploração de hidroelectricidade, até porque, de acordo com dados de 2006, Angola está apenas a aproveitar 2% do seu potencial para a produção hidroeléctrica. Assim, a construção de novas barragens e a modernização das existentes são alvo de vários projectos de investimentos

QUE RECURSOS ?

O escoamento superficial anual em Angola é dos mais levados na África Austral (cerca de 140 milhões de m³). Das 47 bacias hidrográficas identificadas, as mais importantes envolvem o rio Zaire, o segundo maior rio africano, depois do Nilo e o nono em termos mundiais; o Zambeze, Cunene e Cubango. Assim, os maiores recursos localizamos nos planaltos do Huambo, Bié e Moxico, escoando parte para o Oceano Atlântico através dos rios Zaire, Kwanza e Cunene; e para o Índico através dos rios Zambeze, Cuando e Cubango.

A importância da exploração destas bacias traduz-se não apenas na utilização da água para consumo mas também para a produção de energia eléctrica e para a produção agrícola, potenciando a irrigação. Relativamente à utilização da água para consumo doméstico, há um claro subaproveitamento dos recursos, independentemente do potencial e das melhorias alcança a nível da distribuição de água potável. De acordo com um relatório da Espírito Santo Reseach, "em 2000, apenas 44% da população de Angola tinha acesso a água potável, percentagem inferior à média da África Subsariana (55%)". Em 2006, a cobertura de água potável tinha já melhorado para 51%, mas ainda aquém da média da África Subsariana (58%).

Este estado de arte prende-se com a insuficiência de infra-estruturas modernas, o que conduz à ocorrência de rupturas que propiciam elevados índices de contaminação. Ainda segundo aqueles especialistas "em 2002, cerca de metade da população angolana não tinha acesso a fontes seguras de abastecimento de água, apenas 33% tinha acesso a sistemas de canalização de água da população das zonas rurais só 15% tinha acesso a água potável".

QUE REFORMA?

O contexto de estabilidade política e o crescimento económico favoreceram as condições para implementar a reforma do sector. A 'Lei das Águas' foi regulada em 2002 e em 2004 foi aprovado o 'Programa de Desenvolvimento do Sector das Águas', tendo por pilares a gestão integrada dos recursos lútricos, a recuperação de custos e a participação do sector privado nos serviços de abastecimento de água. O Programa antecipa uma taxa de 50% para a cobertura de água potável até 2015, com níveis de consumo de 100 litros diários por habitante no meio urbano e 30 litros nos meios rurais, num quadro de mitigação das perdas nas redes de distribuição, que não devem ultrapassar só 25%. Esta reforma envolve um investimento de dois milhões de dólares até 2015.

Para o êxito da reforma, é fundamental o apoio de Instituições internacionais, designadamente do Banco Mundial, cuja disponibilidade de meios financeiros

dirigidos ao sector da água ascende a 332,3 milhões de dólares e que tem por objectivo beneficiar 1,5 milhões de pessoas numa primeira fase será implementado em cinco províncias (Malange , Huambo , Uíge , Bié e Kwanza –Norte) e numa segunda , em mais quatro províncias Huíla (Lubango) , Kuando –Lubango) (Menongue) , Moxico (Luena) e Zaire (M Banza Congo) .

Focalizado nas metas estabelecidas para o Objectivo do Milénio das Nações Unidas , o Governo preparou Planos Directores de Abastecimento de Água nos maiores centros urbanos e iniciou um programa de investimentos de 500 milhões de dólares para melhorar as infra – estruturas de abastecimento nas maiores cidades e um programa de 650 milhões de dólares – “ Água para Todos “ para melhorar o abastecimento de água e 40 municípios em cerca de 265 comunas.

Apenas 20% da população angolana é abastecida pela rede pública de electricidade. Mas existe um enorme potencial para inverter estes dados. O Ministério da Energia e da Água considera que as bacias hidrográficas angolanas possuem um potencial de exploração hidroeléctrica 15 mil MW. Em 2006 apenas tinham sido gerados 2.6 mil GWh, cerca de 2% do potencial existente, apesar do claro crescimento da exploração desde 2000, com uma taxa de crescimento anual de 19,6%, entre 2000 e 2006, ano em que a energia hidroeléctrica representava 75% do total da energia eléctrica produzida no país. Os restantes 25% provêm, sobretudo, das centrais térmicas. Este subaproveitamento é indissociável do facto de as principais barragens terem sido construídas durante o tempo colonial, pelo que a necessidade de obras de modernização explica a produção abaixo da capacidade. A Norte, a barragem de Capanda, que duplicou a capacidade em três anos (2004/ 2007) a capacidade Central para 520 MW através de um projecto desenvolvido pelo o Governo e Odebrecht (Brasil) e pela Techonopromexport (Rússia) , é fundamental para viabilizar outros sete aproveitamentos hidroeléctricos do

rio Tchicapa, foi inaugurada no segundo semestre de 2008, abastecendo a capital da Lunda-Sul. No Centro do território angolano decorrem obras que ascendem a 26,2 milhões de dólares, na barragem do Lomaum, em Benguela com conclusão prevista para 2010 (15 milhões de dólares) e na central hidrológica de Biópio (11, 2 milhões) . Na barragem do Gove (Rio Cunene) , as obras , orçadas em 158 milhões de dólares, envolvem a instalação de uma central hidroeléctrica de 60 MW , que visa responder às necessidades energéticas do Huambo e do Bié e que criará 600 postos de trabalho .

No Sul a principal barragem é a da Matala , que explora parte do rio Cunene fornece as províncias da Huíla e

do Namíbe, mas que está apenas a gerar 1/3 da sua capacidade. As obras de 23 milhões de dólares visam reabilitar a infra-estrutura e instalar um novo gerador de 3.6 MW.

No Huambo serão construídas, em 18 meses, três mini-hídricas no Bailundo, em Catchiundo e no Longonjo; e no rio Cunene um projecto comum com a Namíbia prevê o aproveitamento hidroeléctrico do Baynes, com arranque previsto para 2010 e conclusão em 2016 , num orçamento de 750 milhões de dólares , que criará uma capacidade de 360 MW .

O objectivo do Governo é de integrar os três sistemas , o que potenciará a ligação a países vizinhos , exportando electricidade no âmbito da SAPP (South African Power Pool) , cujos membros são a electricidade de Moçambique , Botswana Power Cooperation Electricity Supply Commission of Malawi , Empresa Nacional de Electricidade (Angola) , Eskom (África do Sul) , Lesotho Electricity (República Democrática do Congo) , Swazilândia Electricity Board , Tanzânia Electricity Supply Company Ltd. Zâmbia Electricity Supply Cooperation Ltd. Zimbabwe Electricity Supply Authority , HCB (Moçambique) Motraco (Moçambique) .

8.9 Governador visita obras de reabilitação das centrais de captação de água potável

Jornal de Angola

12 de Fevereiro de 2010

O governador provincial da Lunda - Norte, Ernesto Muangala, visitou, recentemente, no Dundo, as obras de reabilitação das centrais de captação de água do Mussungue, Cazunda e Chitato.

O vice-governador para organização e serviços técnicos, Moisés Chingongo, disse que os empreiteiros se comprometeram a concluir as obras nos prazos previstos, apesar de ainda persistirem vários constrangimentos ligados a aspectos técnicos e à chegada tardia dos equipamentos.

O projecto de reabilitação dos centros de captação do Mussungue e Cazunda, orçado em 16 milhões de dólares, prevê a modernização e o aumento da capacidade dos sistemas de produção, tratamento e distribuição de água à cidade do Dundo e arredores.

Até agora, foram montadas duas bombas, das cinco previstas, com a capacidade de produção de 100 metros cúbicos cada uma, concluídas as instalações para o gerador, de 250 Kw, e admitido pessoal de guarda permanente.

O vice-governador disse que os centros de captação de água do Mussungue e Cazunda estão a ser concebidos para produzirem cerca de 600 metros cúbicos de água por hora, quantidade suficiente para satisfazer as

necessidade dos habitantes da zona urbana da cidade do Dundo e os bairros Camaquenzo 1 e 2, Caxinde, Estufa, Satchidondo e Samacaca.

O governante assegurou que o trabalho de abertura de valas para a instalação da nova conduta, que vai transportar água das centrais de captação de Mussungue e Cazunda para o reservatório central da geofísica, no bairro Sachindongo, decorre a bom ritmo. O projecto integrado de melhoria do sistema de abastecimento de água ao Dundo contempla, também, a reabilitação do reservatório central composto por três tanques, cada um com a capacidade para armazenar 2.500 metros cúbicos, a construção de um novo sistema de transporte e distribuição domiciliária, além de vários chafarizes e lavandarias públicas.

O projecto de águas do Mussungue e Cazunda, da responsabilidade do Governo, deve estar concluído em Junho.

As obras de reabilitação da captação do Chitato devem estar acabadas em Março.

A central de captação do Chitato, que vai funcionar com duas bombas, foi concebida para produzir 50 metros cúbicos de água potável.

8.10 Avenida 21 de Janeiro recebe rede de esgotos

Jornal de Angola

13 de Fevereiro de 2010

A reabilitação e ampliação da Avenida 21 de Janeiro, em Luanda, encontra-se na fase de instalação da rede de esgoto, para o escoamento de águas residuais no perímetro entre a Escola Superior de Enfermagem e a Clínica Multiperfil, constatou a Angop, na passada terça-feira.

A empregada faz parte da sexta fase do Programa de Saneamento Básico de Luanda que compreende e ainda a sinalização vertical e horizontal, iluminação pública, separador central e passeios para peões em ambos os lados da estrada.

Os trabalhos de drenagem incidem em amais de 500 metros no sentido descendentes da Multiperfil, enquanto se aguarda pela aplicação da primeira camada de asfalto, o que deverá ocorrer nos próximos dias.

No sentido ascendente, a actividade também compreende a terraplanagem do troço, colocação da primeira camada de asfalto e arranjo do sistema de drenagem.

Á Angop apurou que, no quadro deste programa, a fase seis está a dar continuidade á requalificação da Avenida 21 de Janeiro em toda extensão, compreendendo a rua da Samba, nas imediações da UGP, a rotunda do Aeroporto 4 de Fevereiro e a zona da Tourada.

8.11 Água para todos no Alto-Chicapa

Jornal de Angola

15 de Fevereiro de 2010

A comuna do Alto-Chicapa, na Lunda-Sul, já tem um sistema de captação e distribuição de água, construído pelo governo local, no quadro do programa "Água para Todos".

O vice-governador da Lunda-Sul para Área Económica e Social, Armando Jorge Segunda, que inaugurou o empreendimento, salientou o interesse das autoridades provinciais em continuar a trabalhar em prol da instalação, até ao fim do ano, de sistemas para abastecimento efectivo de água em todas as sedes comunais.

O administrador da circunscrição, Francisco Ngueno, lembrou que, com a entrada em funcionamento do sistema de captação, tratamento e distribuição, a população deixa de ter de percorrer longas distâncias em busca de água.

8.12 Falsos trabalhadores da EPAL extorquem dinheiro

Jornal de Angola

19 de Fevereiro de 2010

Indivíduos fazendo-se passar por funcionários da Empresa Pública de Águas de Luanda (EP AL) estão a proceder à cobrança de dinheiro em residências pelo consumo de água ou por trabalhos que efectuem, denunciou ontem a direcção da instituição.

Dilson Cunha, director da Área de Comunicação e Imagem da EPAIt" disse ao Jornal de Angola que a empresa tem recebido reclamações por parte de moradores de todos os bairros da província. Segundo tais denúncias, esses indivíduos, usando uniforme da empresa, cobram pelo consumo de água, consertam roturas e fornecem água a algumas casas, ligando tubos às condutas da EPAL, sem qualquer contrato legal. Nalguns casos, explicou, os impostores cobram valores exorbitantes.

O director de Comunicação e Imagem da EP AL referiu que alguns desses indivíduos são realmente funcionários da empresa, mas fazem esses trabalhos por conta própria.

"Como conhecem as zonas de manobra da EPAL e os seus procedimentos, quando se apercebem que determinado bairro tem alguma avaria, aparecem uniformizados, identificam-se como funcionários; que são, e efectuem trabalhos ilegalmente", esclareceu.

Dilson Cunha adiantou que, na maior parte das vezes, depois de receberem dinheiro dos burlados, os intrujões prometem-lhes fornecimento imediato de

água, mas depois fogem e os moradores nunca mais os vêem.

"Aflitos com a situação, os moradores ligam para a EPAL e apercebem-se de que foram enganados por impostores, porque a EPAL não cobra nada ao domicílio", disse.

Quando identificados, esses funcionários são prontamente expulsos e encaminhados para a Polícia, já que põem em causa o bom-nome da empresa pública. Apesar disso, alguns deles, mesmo depois de expulsos, continuam a cometer estas práticas ilegais, sendo os bairros de maior incidência o Combatentes, Ingombota, Maingae e a zona Baixa da cidade.

Para se evitar que esta burla prossiga, Dilson Cunha exorta os clientes a não efectuarem pagamentos nos domicílios por quaisquer serviços, mesmo que os funcionários se apresentem devidamente uniformizados e identificados. "Os pagamentos pelos serviços prestados obedecem a procedimentos e são feitos nas agências comerciais da EPAL devidamente autorizadas" salientou.

Entretanto, o Jornal de Angola soube que, recentemente, vários indivíduos vestidos com o uniforme da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) também cobraram avultadas somas pela reparação de uma cabina, no bairro da Petrangol.

"Há tantos vigaristas que nós, moradores e clientes da EDEL neste bairro, já não sabemos em quem acreditar, lamentou Suzana Afonso, que entregou 1.500 kwanzas a um falso trabalhador da EDEL.

8.13 Falta de Contentores preocupa cidadãos

Semanário Novo Jornal

19 de Fevereiro de 2010

OS MORADORES do bairro Adriano Moreira, município do Cazenga, estão insatisfeitos com os trabalhos de recolha de lixo, porque há mais de um mês que as operadoras responsáveis pela zona deixaram de circular naquele bairro. Sem contentores para depositar os resíduos os moradores não vêem outra solução senão deitar o lixo sobre a via-férrea, que liga o município do Cazenga ao município do Rangel, o que constitui um risco para a circulação rodoviária.

Situado por baixo de uma ponte pedonal entre o Rangel e o Cazenga e com dois muros que separam os dois municípios, as pessoas do bairro para conseguirem despejar o lixo têm de subir a ponte. Como muitos dos despejos são feitos por crianças, frequentemente esta estrutura que serve para a passagem de peões fica interdita com o entulho que é despejado mesmo em cima da ponte, o que facilita a actuação de grupos de marginais que escolhem aquele local para a prática de roubos.

Os munícipes disseram à nossa reportagem que estão de mãos atadas, uma vez que no bairro não existe nenhum contentor. Até há dois meses, os camiões de lixo circulavam duas vezes ao dia e cada morador andava até a ponta da rua com seu balde para despejar o lixo. Mas desde aí, com a falta de recolha, as pessoas viraram-se para a via-férrea.

Até há poucos meses era impossível circular durante o tempo chuvoso. Para melhorar a deslocação foi construída uma estrada para facilitar a circulação de pessoas e bens, o que faz com que os moradores não percebam o porquê da ausência das operadoras. "Se isto fosse no tempo chuvoso e não tivessem construído esta estrada, nós iríamos entender, mas já temos uma boa estrada, dá para circular, como que é possível terem deixado de fazer a recolha?", questionou Maria José, deixando outra pergunta no ar: "Sem contentores onde é que vamos despejar o lixo?"

A moradora disse também que há pessoas que se aproveitam da escuridão da noite para despejar o lixo à porta dos vizinhos, o que considera um "acto de vandalismo".

Mário Silva tem a sua casa mesmo ao lado da ponte. Antes, ainda tinha paciência para ficar de guarda e impedir que as pessoas deitassem o lixo naquele local. Mas hoje Mário não consegue fazer uma vigilância eficaz porque "as pessoas deitam o lixo de madrugada".

Este morador diz que já não consegue passar o dia nem ter uma boa refeição no seu quintal devido à quantidade de moscas que são atraídas pelo lixo. O cenário no bairro não é nada animador. As crianças fazem da lixeira o local perfeito para recolherem garrafas de cervejas para comercializem às senhoras que se ocupam da venda de petróleo, pondo assim em perigo as suas vidas.

Os moradores disseram que tudo fazem para melhorar o quadro, mas não tem sido nada fácil. Há alguns meses, faziam limpeza naquela zona mas como também não tinham o apoio da administração, os resultados não eram visíveis.

Para diminuir o lixo, os moradores queimam-no de noite, mas o fumo invade as casas ao lado, o que faz com que os portões fiquem todos pretos. "A polícia antes ficava aqui de piquete, era bom. Agora é um Deus nos acuda", desabafou Mário Silva.

7.14 Problemas de água e luz irrita moradores

Jornal Folha 8

20 de Fevereiro de 2010

Os moradores do complexo residencial Nova Vida, há bem pouco cartão de visitas da capital, estão agastados com a desorganização a que sujeitam os gestores comunitários locais. Na crista da onda, estão sérios

problemas ligados ao abastecimento de água e luz.

Os citados problemas apoquentam a maioria dos moradores da capital do país, estando a diferença no facto de o Nova Vida ter sido, há poucos anos, a menina de olhos azuis da governação de Angola.

A situação actual (escuridão e seca) leva a entender que o mesmo deixou de merecer a importância que tinha da parte dos que o mandaram erguer, pois resultam de enormes falhas de manutenção.

O Nova Vida deixou de ser aquela área residencial com iluminação de invejar como no passado, altura em que os seus residentes chegavam ao cúmulo de dizer que a zona era tão luminosa, o que levava populares considerarem a possibilidade de ser achada uma agulha no asfalto do bairro, mesmo no período nocturno. A maioria das ruas apresenta-se, actualmente, com zonas escuras, fruto da não reposição das lâmpadas que dia, após dias, se vão fundindo.

Os moradores acusam a IMOGESTIN, consórcio NOVA VIDA de Gestão, Operação e Manutenção, de ser pontual e extremamente eficiente, quando se trata de efectuar cobranças.

"Os responsáveis pela manutenção destes serviços (água e luz) têm falhado. É incompreensível que num um bairro deste, vistoso, na opinião de muitos, aconteçam falhas prolongadas de água e energia eléctrica", desabafou Panda Isabel, para depois reclamar e acusar pelo facto de as cobranças serem feitas de forma arbitrárias. "Como é que se explica que os moradores com diferentes níveis de consumo paguem o mesmo valor monetário?", interrogou.

Outras vozes, juntaram-se à de Dona Panda, como é a de José da Costa que, aos problemas citados pela vizinha, adicionou a falta de espaços de lazer. "O Nova Vida é bonito por fora, mas tem lacunas incríveis. Faltam-nos quase tudo, sobretudo espaços de lazer. Não passa pela cabeça de ninguém que um bairro como o nosso não tenha, pelo menos, um campo de futebol", argumentou, para depois garantir que os municípios têm feito os que lhes compete para o bem da localidade.

"Nós (moradores) temos feito o que nos compete. Como pode ver, as árvores e os jardins estão em condições. Isto mostra que os moradores têm feito o que lhes compete. Tem faltado a parte da gestora e da autoridade comunitária que a contratou. Estas duas entidades estão-se marimbando", defendeu. Questionados sobre possíveis contactos com a IMOGESTIN, os moradores adiantaram que os contactos têm resultado em fracasso. "Cada vez que lá vamos, nada de concreto e satisfatório nos é dito", desabafou um dos moradores, para depois dizer que estão a pensar noutras maneiras de pressionar os responsáveis pela resolução dos citados problemas a agirem com mais responsabilidade.

Os indignados aproveitaram a presença do F8 para

denunciar uma suposta injustiça. Tal prende-se com o surgimento de uma loja de conveniência numa das ruas, quando os moradores que, inicialmente, pretenderam ter o referido negócio, foram impedidos. "Como é que se concebe a proibição de uns a abrirem lojas aqui mas outros não. Temos uma loja na Rua 33 que, por ser a única prática, possui preços exorbitantes", denunciaram.

Carência de farmácia

Outra situação que preocupa os residentes daquele Projecto é a falta de farmácias. Em face disso, os moradores lamentam e sujeitam-se a comprar medicamentos do lado de lá da Estrada Golf 2 - Talatona e não só. "Veze, acontece que, na calada da noite, temos de sair do Projecto para longe do bairro para ver se compramos medicamentos. Do Nova Vida à Gamek Vila é distante, mas a falta de farmácias no complexo obriga-nos a sair para a GAMEK ou para a Talatona", comentou Manuel José. Enquanto isso, o Governo anunciou que, no referido bairro, serão construídas mais de duas casas até 2012.

8.15 Produtores querem preços ao sabor do mercado

Jornal a Capital

20 de Fevereiro de 2010

Um estudo indicativo, em tomo do sector de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, refere que as tarifas actualmente praticadas pelo consumo deste bem estão muito além de compensar os custos de produção.

Segundo a Empresa Nacional de Electricidade (ENE), elas cobrem apenas 9 por cento da estrutura de custos, facto que é atribuído as tarifas em vigor, consideradas pelas companhias do sector como significativamente baixas.

A tarifa por cada unidade de medição de electricidade de baixa tensão doméstica, por exemplo, está estimada em 11 kwanzas, mas apenas 3,35 kwanzas deste valor é pago pelos consumidores, com o Estado a cobrir a diferença.

A empresa não vê nisso uma boa política tarifária se, para o efeito, se pretender a rentabilidade de um negócio que tem envolvido custos elevados.

«A política tarifária em vigor não permite a recuperação dos custos operacionais e, conseqüentemente, não garante a sustentabilidade da actividade», sublinha a empresa, em análise disponível no seu portal oficial.

A agravar o quadro está o facto do Governo, através da Ministério das Finanças, se revelar bastante moroso na liquidação do valor, com que o Estado intervém para atenuar o custo de electricidade, ao nível do consumidor doméstico.

Por este facto, as consequências têm tido reflexos negativos, não só na tesouraria da empresa. «A não disponibilização atempada e na totalidade dos subsídios a preços para compensar a diferença entre o custo real do kWh e o preço médio fixado, tem prejudicado em grande parte o bom desempenho da empresa», refere.

O quadro apresentado por esta empresa pública é similar ao vivido pelas demais companhias, igualmente prestadoras de serviços, cujos preços são subvencionados pelo Estado.

À semelhança da ENE, a Sonangol, bem com as empresas de transportes públicos de passageiros, defendem, também o ajustamento das tarifas praticadas, elevando os preços para cifras que possam se aproximar do valor real dos bens e serviços postos à disposição do mercado.

Este é, aliás, um dos motivos que levou, em tempos, o Instituto Regulador do Sector de Electricidade (IRSE) a reunir técnicos e especialista no sentido de estudar a viabilidade de um novo tarifário que reflectisse produção, transporte, e distribuição de energia eléctrica. Na ocasião, a Ministra realçou que a concretização de tal desejo irá, não só viabilizar económica e financeira as empresas,» mas também possibilitar que o Governo possa subsidiar outras áreas socioeconómicas, carenciadas do apoio financeiro que seria desejável.

8.16 Água a conta - gotas no Kicolo

Semanário Agora

20 de Fevereiro de 2010

Os chafarizes construídos de raiz, no âmbito do programa água para todos, no Kicolo, município de Cacucaco, encontram-se danificados e sem jorrar o precioso líquido desde Novembro último, altura em que foram construídos.

A paralisação dos mesmos era previsível, na medida em que a população diz ter notado alguns problemas durante a sua construção, destacando-se a fraca pressão da água.

Esta situação faz com que os moradores recorram aos tanques construídos nos quintais das residências e abastecidos por cisternas sem qualquer condições higiénicas. As coisas complicam-se ainda mais devido às chuvas que, impossibilitam a passagem dos camiões cisternas, trazendo consigo inúmeras doenças.

Este jornal apurou que os poucos chafarizes que jorram água não estão à altura para satisfazer a procura devido a lentidão no processo de distribuição, originando longas filas.

"A água corre a conta-gotas e as pessoas são obrigadas a esperar horas a fio para encher um balde", contou Flora Antónia, acrescentando que prefere percorrer

longas distâncias para obter o precioso líquido que ficar na fila do chafariz.

Flora tem consciência das consequências resultante do consumo da água dos tanques, mas diz não ter outra alternativa.

"É um risco, mas perder tempo na fila é outro problema porque temos muitos afazeres", sustenta.

Já Inácio Isaías, vendedor de água há dois anos, é de opinião de que não há informações sobre o tratamento da água. "As pessoas pensam que a água vem já tratada a partir de Kifangondo", disse, acrescentando que nunca viu os funcionários da EPAL a prestarem esclarecimentos sobre o assunto.

Maria Kyumba, responsável do fontenário nº 105 do bairro Boa Esperança, contou que vários foram os contactos por si feitos junto das autoridades no sentido de ver o problema dos chafarizes resolvidos, mas tudo não passou disto mesmo.

Fonte da administração comunal disse que está a ser feito um levantamento dos problemas para se encontrar a solução dos mesmos através dos órgãos competentes.

O interlocutor, que não quis ser identificado, sublinhou que os funcionários da administração também vivem os mesmos problemas que afligem os outros moradores e quando não são resolvidos estes não são poupados pelas críticas.

8.17 Água e energia são a mais alta prioridade

Jornal de Angola

20 de Fevereiro de 2010

Este conjunto de acções, disse o governador durante a visita, passa pela implementação do projecto ETA-Municipal, que vai abastecer de água potável as populações da cidade de Cabinda e arredores e os habitantes da vila de Lândana, município de Cacongo, numa extensão de mais de 45 quilómetros.

Para a sua concretização destas ideias, o governador provincial de Cabinda convida empresas nacionais e estrangeiras interessadas a levarem para Cabinda tecnologias para a sua aplicação.

O secretário provincial de Energia e Aguas, João Baptista Franque, disse à imprensa que o projecto, considerado o maior do sector desde a independência, está por enquanto na fase de estudo.

"Temos vindo a discutir com várias secretarias do governo da província, com a sociedade civil e as autoridades tradicionais no sentido de levarmos avante este projecto", disse o secretário provincial, adiantando que o projecto compreende, numa primeira fase, um caudal de mil metros cúbicos de água por hora. Na segunda fase estes níveis são elevados para 2.000 metros cúbicos por hora.

Este novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água deve ser implementado nos próximos quatro anos e satisfazer as necessidades de consumo de cerca de 600 mil habitantes da cidade de Cabinda e arredores e da vila de Lândana, num horizonte temporal de 40 anos, a partir de 2015.

A execução financeira do projecto, avaliado em cerca de 100 milhões de dólares, vai ser suportada pelo Governo central.

"O estudo prévio não avança valores concretos, mas pela leitura feita e pelos elementos que comporta a obra e o que é necessário fazer para a sua execução, não acredito que este projecto venha a custar menos de 100 milhões de dólares", disse João Baptista Franque.

O secretário provincial da Energia e Aguas exprimiu a sua preocupação com a demora que se regista no arranque das outras fases. "É necessário que sejam aprovadas as outras fases, para que atinjamos a fase de elaboração do projecto e a execução propriamente dita, que é o que mais nos interessa. O estudo prévio dá-nos apenas as linhas de força. É imprescindível avançarmos para a fase de elaboração do ante-projecto, para depois negociarmos um projecto executivo definitivo", explicou.

Soluções definitivas

N a visita que fez ao sector, o governador Mawete João Baptista não gostou do que viu nas Estações de tratamento de Água (ETA) 1 e 2 e nos sistemas de distribuições de Simindele e Buco –Ma pois, como disse, "há preocupações extremamente graves".

Segundo o governador, os sistemas que abastecem actualmente de água a cidade de Cabinda e as zonas periféricas são velhos e bastante antigos, já não se usam em nenhuma parte do mundo. Mawete defendeu a necessidade de se começar a trabalhar em soluções definitivas com a instalação de sistemas completos, abrangentes e mais sofisticados, em vez de "permanecermos em soluções paliativas", já que, disse, "Angola está a caminhar para um desenvolvimento acentuado que deve ser feito em bases mais seguras".

Ao visitar os laboratórios, as áreas de captação e os centros de tratamento e distribuição de água, o governador provincial concluiu haver um quadro preocupante. A quantidade produzida não consegue satisfazer ao menos a cidade de Cabinda. "Se não acompanharmos a par e passo a situação do abastecimento de água e luz, não estamos a fazer absolutamente nada", referiu Governador.

O governador lamentou ainda que pequenos detalhes que podem ser resolvidos com poucos recursos financeiros impeçam a população de se abastecer de água há muito tempo. Como caso concreto Mawete

João Baptista apontou a situação do sistema de abastecimento de Simindele, que, por ter avariado a placa do gerador de electricidade, privou de abastecimento de água mais de oito mil pessoas.

Água insuficiente

Os actuais níveis de produção de água estão longe de satisfazer as necessidades dos consumidores. Dos 710 metros cúbicos por hora de capacidade instalada, apenas são produzidos um pouco mais de 200 metros cúbicos, isto devido há situações ligadas ao estado obsoleto dos equipamentos e da rede de distribuição e aos constantes cortes de energia.

O secretário da Energia e Aguas de Cabinda, João Baptista Franque, garante que as dificuldades de abastecimento de água em Cabinda são minimizadas com o aumento da capacidade de produção dos sistemas existentes, construção de novos sistemas em várias localidades e o programa de abertura de furos artesianos em determinadas áreas.

Para tal, estão a ser implementados novos sistemas de distribuição nas localidades onde vivem mais de 10 mil habitantes. O primeiro sistema foi já instalado no BucoMázi e vai abastecer de água potável mais de dez mil pessoas localizadas no perímetro Fútila/Cabas-sango. O objectivo é adicionar a este sistema um outro, de modo a suprir as dificuldades de abastecimento de água num horizonte de quatro anos, enquanto se aguarda.1 pelo projecto ETA-Municipal.

"Os programas estão em curso e, na medida do possível, vamos cumprindo com o plano nacional, que estabelece que as zonas urbanas devem beneficiar de água até 2012, na ordem dos 100 por cento. Nas áreas peri-urbanas esperamos atingir os 80 por cento, nas zonas rurais 30 por cento". Baptista Franque reconheceu haver dificuldades para

se alcançar esse objectivo, mas assegura que os projectos do sector vêm satisfazer os objectivos do Governo, que prevêem água para todos até 2015.

Energia a partir do Inga

O fornecimento de energia eléctrica às populações da cidade de Cabinda e da vila de Lândana regista, nos últimos dias, um défice acentuado. Dos 70 megawatts de capacidade instalada, a Empresa Nacional de Electricidade (ENE) está a produzir apenas 37 megawatts, quantidade insuficiente para atender a procura.

A situação agravou-se com a paralisação, há oito anos, da turbina a gás, a principal fonte de produção de energia da província, e a inoperância de cinco grupos geradores, também a gás, instalados na central térmica do Malongo, uma situação que colocou fora de serviço cerca de 21 mega watts.

"Actualmente, a nossa capacidade de produção baixou

consideravelmente e andamos à volta dos 37 megawatts, uma cifra irrisória para um consumo necessário de cerca de 50 mega watts. Daí que haja restrições todos os dias", disse, em declarações ao Jornal de Angola, o director da ENE em Cabinda, Joaquim Boaventura. Segundo o director da ENE, a turbina a gás, com capacidade para produzir 10 mega watts, vai poder funcionar ainda este ano, uma vez que os constrangimentos ligados à sua reabilitação estão a ser solucionados pela direcção geral da ENE e uma empresa sueca encarregada da sua reparação. Esta acção vai custar aos cofres do Estado cerca de milhão e meio de coroas suecas.

Quanto aos geradores a gás, o director Joaquim Boaventura deu a entender que a sua recuperação não é para já, por se tratar de um assunto que deve passar pelo Conselho de Ministros, uma vez que a recuperação destes grupos está condicionada a uma adenda apresentada pela empresa que vai solucionar problema.

Para o governador Mawete João Baptista, o problema do fornecimento de energia eléctrica às populações deve assentar em projectos definitivos, já que a província está numa situação de dependência grave. "A energia produzida não cobre as necessidades dos consumidores. Os Governos central e da província têm de encontrar soluções definitivas, porque viver de grupos geradores é economicamente mais caro, porquanto estes grupos gastam muito combustível", disse.

Esta solução definitiva, segundo o governador Mawete João Baptista, passa por a província abastecer -se de energia eléctrica a partir da barragem do Inga, localizada na região de Matadi, na República Democrática do Congo.

"São alternativas que teremos que aproveitar com o Governo central, que tem a latitude de discutir diplomaticamente com o país vizinho para que, de forma definitiva, se resolva o problema da energia eléctrica na província", ressaltou.

Neste sentido, segundo adiantou o engenheiro Joaquim Boaventura, foram já entabulados contactos com a empresa nacional de electricidade da República Democrática do Congo, de modo que Cabinda beneficie de energia eléctrica a partir da barragem do Inga.

"Até ao momento já foram assinados vários protocolos de entendimento entre a ENE e a sua congénere congoleza, faltando agora contratar uma empresa para começar a construir as linhas de transporte de energia eléctrica entre Matadi e Cabinda", informou o engenheiro Joaquim Boaventura, que considera o projecto uma alternativa eficaz para a província.

8.18 "Água para todos " chega á comuna do Ninda

Jornal de Angola

23 de Fevereiro de 2010

Mais de dois mil habitantes da sede da comuna do Ninda, a 80 km do município dos Bundas; ganharam, pela primeira vez, um sistema de captação e tratamento de água potável no âmbito do projecto do Governo central denominado "Água para todos", inaugurado no fim-de-semana pelo governador do Moxico, João Ernesto dos Santos "Liberdade".

O sistema, com capacidade para oito mil litros, passa a alimentar um total de dois chafarizes compostos de oitos torneiras, uma lavandaria sustentada por um gerador e uma placa solar alternativa.

A administradora comunal do Ninda, Teresa Tchingle, agradeceu o gesto do governo e disse que o sistema vai facilitar a população e evitar que várias mulheres deixem de percorrer longas distâncias em busca do precioso líquido.

Pedro Mulunga, habitante desta Comuna, disse que no passado, para conseguir água, a sua mulher caminhava longas distâncias, mas, hoje, a realidade é diferente, porque o governo colocou mais próximo este recurso indispensável.

9 director provincial da Energia e Aguas, Pinto Luís, referiu, por sua vez, que o projecto vai abranger todas as localidades da província. Numa primeira fase foram, apenas construí dos chafarizes nas zonas de Cassamba e Ninda.

A obra foi construída pela Empresa Sarito Limitada, no prazo de dois meses, e custou aos cofres do Estado 20 milhões de kwanzas.

Ninda é uma das comunas do municípios Bundas, e dista 437 quilómetros da cidade do Luena. A sua população é estimada em seis mil habitantes, sendo a agricultura, a caça e a pesca as principais actividades.

8.19 Às escuras há... 28 anos

Semanário Angolense

27 de Fevereiro de 2010

O chamado Bairro dos Ossos, que se situa nas proximidades da Cadeia Central de Luanda, ao Sambizanga, terá sido completamente esquecido pela EDEL: está, pasmem, há 28 anos sem energia eléctrica, depois de ter ensaiado a montagem de um posto de transformação em 1982, que nunca chegou a funcionar em pleno.

Desde então, a Empresa de Distribuição de Energia Eléctrica de Luanda não parece nada interessada em solucionar o problema da cabine eléctrica que lá estava a montar, por razões não escalpelizadas até hoje.

Os moradores interrogam-se se isto decorrerá de simples má fé das diversas direcções que já passaram pela EDEL ao longo deste tempo todo ou por nele morarem pessoas que para as autoridades não «contam». São centenas de famílias a viverem às escuras, literalmente, sem vislumbrarem a mais pequena luz ao fundo do túnel, o que deve deixar qualquer mortal permanentemente com os nervos em frangalhos. «É inacreditável», diz, em conversa com o Semanário Angolense, um ancião dos seus 80 anos, dos primeiros moradores que o bairro tem, desde que a zona era mais mata que outra coisa, isto ainda ao tempo da outra senhora.

Segundo o velhote, identificado apenas por Miguel, a falta de energia, além de complicar a vida dos moradores do Bairro dos Ossos, dada a importância que a «luz» tem no dia-a-dia das pessoas nos tempos que correm, acaba por facilitar a acção dos grupos de bandidos locais, que fazem das suas, essencialmente na calada da noite.

Acompanhado da sua esposa de sempre, o ancião conta que nos primeiros tempos da conglomeração, nos idos de 60, os moradores do bairro consumiam energia fornecida por uma empresa de sapatos, que lhes fornecia a luz sem exigir qualquer contrapartida.

Anos mais tarde, já depois da independência e com a paralisação da beneficente empresa de sapatos, foi então que a EDEL deu os primeiros passos para a edificação do posto de transformação, que nunca foi concluído até hoje. Tanto assim é que o esqueleto da cabine acabou por desaparecer, engolido pelo descaso de quem tinha a responsabilidade de o terminar e também pela própria acção erosiva do tempo. Hoje, nada lá figura sequer para contar a história.

Em 2008, na sequência de reclamações feitas por um grupo bem organizado de moradores do bairro, a EDEL, em suposta colaboração com a administração comunal do Ngola Kiluanje, terá orientado para que se fizesse uma colecta popular para ajudar nos gastos que a edificação do posto de transformação que deve servir a zona haveria de requerer.

«Cada casa deu três mil kwanzas: compramos brita e areia, mas a obra não avançou por falta de interesse da EDEL e da própria administração comunal», diz um outro velhote da área, onde mora há mais de 40 anos.

Isaac Lucombo, 71 anos, acrescenta que quase todos os dias úteis faz um «vai-e-vém» entre a EDEL e a administração comunal do Ngola Kiluanje para pressioná-las a dar solução a este problema capital, mas o certo é que o seu esforço, que até não é isolado, tem sido em vão. «Prometem que vão aparecer, mas nunca aparecem», diz, desolado, o velhote. «É demais», indigna-se.

Como uma desgraça nunca vem só, os moradores do

Bairro dos Ossos ainda têm um outro problema bicudo: falta de água potável, cuja distribuição, em chafarizes, é deveras irregular.

Segundo uma das nossas fontes, a água só jorra por alguns instantes a partir das três da manhã: «A esta hora, com estes bandidos aí, quem tem coragem de sair de casa para acarretar água?». Quase ninguém.

Além disso, os munícipes queixam-se ainda do mau desempenho da polícia local. «Ela nunca aparece quando o povo precisa. A única preocupação dos agentes é mandar parar carros para pedirem gasosas e mais nada. Aos bandidos da zona, eles deixam praticamente em paz», lamenta um dos moradores do Bairro dos Ossos.

Segundo a esposa do velho Miguel, a avó Nazaré, que resolveu embrenhar-nos um bocado pela história, o Bairro dos Ossos ganhou esta denominação ainda ao tempo do colono, por ter sido erguido num descampado onde os matadouros de Luanda vinham depositar os restos dos animais que comercializavam. «Na altura, havia poucas casas, mas depois alguém, desenrascado, resolveu construir a sua a partir dos ossos dos animais que eram depositados aqui. E, de repente, começou a se chamar 'Bairro dos Ossos', 'Bairro dos Ossos' e assim ficou até hoje», conta a velhota, a fechar a nossa conversa.

Bairro dos Ossos: um bairro completamente esquecido pela EDEL. Há 28 anos às escuras. É demais! - dá para corroborar.

8.20 Sistemas de distribuição de águas impressionam governantes sul-africanos

Semanário Angolense

30 de Jan a 6 de Fevereiro de 2010

Três empreendimentos erguidos no âmbito do Projecto e Águas de Benguela (PA), há sensivelmente cinco os, mereceram atenção da delegação de governantes africanos que se encontram de visita a província, cabeçada pelo premier, governador – do Kwazulu, Weli Wkhze. A delegação começou por constatar o funcionamento do Centro

Distribuição da Graça, rectamente ligado às rações de Bombeamento Água Bruta (EBAB) e de atamento de Água (ETA), ta última localizada no Luongo, onde se encontra o estaleiro da construtora brasileira Odebrecht, empreitei das obras. Para além das imponentes infra-estruturas, estão dos empreendimentos, partilhada com a empresa de Águas e Saneamento de Benguela, deixou entusiasmados os visitantes, que aventaram a possibilidade de uma cooperação neste domínio. A delegação sul-africana, integrada por alguns empresários, recebeu as informações sobre os passos que levaram Benguela a vencer, ainda que

existam outros desafios, o problema da crise de água dos tempos de aperto. Delineado em 2001, o Projecto de Águas tem como manancial o rio Catumbela, um dos mais importantes da região (curso permanente), que, por via de uma fonte de captação, transporta o líquido para a Estação de Bombeamento de Água Bruta. Aqui chegada, é enviada para a ETA, de onde segue, já livre das impurezas extirpadas pelas composições químicas, para o centro de distribuição.

A estrutura que processa a fornecimento do produto à população tem capacidade de reserva de 5 mil metros cúbicos, equivalentes a um total de 5 milhões de litros. Actualmente na segunda das três fases previstas, o PAB beneficia, segundo dados oficiais, 1 milhão e setecentos mil habitantes das cidades de Benguela, Lobito e vilas da Catumbela e Baía Farta. O Centro da Graça, arredores da cidade, fornece instituições como o Instituto Politécnico, Hospital Militar e o Estádio Nacional de Ombaka .

9 AMBIENTE

9.1 Angola responde aos desafios sobre alterações climáticas

Jornal de Angola
2 de Fevereiro de 2010

A Ministra da Justiça, Guilhermina Prata, disse ontem, em Luanda, que o Governo tem como prioridade responder ao desafio das alterações climáticas, no quadro do Protocolo de Quioto.

A ministra, que falava por ocasião da abertura do "Seminário sobre legislação ambiental", salientou que o ambiente "é um elemento estruturante da nossa estratégia de desenvolvimento sustentável com reflexos nas diferentes políticas sectoriais", acrescentando que a política do governo do MPLA para esta área não é marginal ao quadro da estratégia de desenvolvimento do país.

Guilhermina Prata falou também das alterações climáticas e dos desafios energéticos, sublinhando que estes fornecem um especial ponto de encontro das políticas sectoriais relevantes para o ambiente.

"A verdade é que em todos os sectores (agricultura, florestas, pescas, turismo, transportes e obras públicas), as preocupações interpelam as políticas de desenvolvimento", disse a ministra.

Referindo-se ao ruído, classificou-o como sendo um dos maiores problemas da vivência, sobretudo em prédios constituídos em propriedade horizontal. "O problema da vivência está relacionado com o ruído que com frequência se faz sentir, o chamado ruído de vizinhança", disse. Por isso, considerou imperiosa a revisão da regulação da poluição sonora que hoje se mostra claramente insuficiente para a salvaguarda da saúde e do bem-estar das pessoas, constituindo um dos principais factores de degradação da qualidade de vida das populações. Para a ministra, a importância da problemática da tutela ambiental em termos de procedimento processual evidencia a necessidade de cooperação entre os diferentes órgãos que realizam o ordenamento do território, bem como de criação de consensos entre as entidades públicas e os particulares.

Guilhermina Prata terminou apelando aos presentes para que os vários temas a serem discutidos no seminário não se reduzam apenas à semana dedicada ao ambiente, mas que sirvam antes de trampolim, para que cada um faça um uso melhor daquilo que é indispensável para a vida humana.

Por seu turno, o vice ministro do Ambiente, Syanga Abílio, disse que a fiscalização ambiental é muito importante para assegurar o cumprimento das normas e

práticas ambientais, referindo que a questão não passa só pela educação da população, mas também das empresas e entidades organizadas.

"O Ministério do Ambiente tem passado por uma campanha de educação e consciencialização que, a posteriori, vai passar para a fase de fiscalização. Por isso dizemos que nós, o Ministério do Ambiente, elaboramos políticas, coordenamos, executamos e fiscalizamos essas mesmas políticas", disse o vice ministro.

"Em colaboração com as entidades e as forças da ordem, queremos passar uma mensagem às empresas e não só, porque sabemos que tem havido uma ou outra distorção por parte daquelas que não cumprem as regras de estudos de impacte ambiental", sublinhou, referindo que o seu Ministério tem vindo a trabalhar no sentido da institucionalização do sistema de fiscalização, como forma e metodologia de funcionamento, para que a população e as entidades cumpram com as melhores práticas ambientais.

No seminário, que contou com a presença da ministra da Ciência e Tecnologia, deputados, directores e técnicos ambientais, foram abordados temas como "Substâncias regulamentadas (Camada de Ozono)", "Regulamento sobre responsabilidades por danos ambientais", apresentado pelo jurista Raul Araújo, e "Avaliação de impacto ambiental e licenciamento ambiental", apresentado pelo director nacional de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais, Camilo Ceita.

9.2 Fábrica de bio-combustíveis abre no final do ano

Semanário Económico

5 de Fevereiro de 2010

A construção da fábrica de bio-combustíveis da, Companhia de Bionergia de Angola (Bicom), que decorre desde Setembro do ano passado será concluída no final do ano em curso, revelou a este semanário o presidente do conselho de gerência daquela empresa, Rui Amaral Gourgel.

Orçado em cerca de 250 milhões de dólares norteamericanos, a fábrica Biocom, está a ser erguida numa área de 30 mil hectares no município de Cacuso, província de Malanje, e prevê arrancar no início do próximo ano, como garantiu aquele este responsável. Numa primeira fase, espera-se que a primeira colheita de cana venha a atingir cerca de um milhão de toneladas, cujo esmagamento originará 100 mil toneladas de açúcar e cerca de 10 milhões de litros de álcool.

O projecto a cargo da Biocom foi idealizado com o objectivo de reduzir a importação de açúcar – que está calculada anualmente em cerca de 400 toneladas e

também o consumo de combustíveis fósseis no país, de acordo com o decreto-executivo da União da Indústria de Cana-de – Açúcar a colheita será totalmente mecanizada, decorrendo a safra entre os meses de Abril, Maio e Outubro, de forma a evitar o período das chuvas.

O álcool obtido permitirá a geração de 28 mega watts por hora de energia, que será injectada na rede de alta tensão, Kapanda e Capuso e fornecerá o Pólo Agro-Industrial de Kapanda, onde o projecto está inserido, bem como a província do Uíge.

O objectivo final da Biocom será a produção de quatro milhões de toneladas de cana-de-açúcar, que servirá o mercado nacional. O viveiro da cana-de-açúcar está situado em Catete na fazenda Kala KaIa.

"Pretendemos, com esta produção, reduzir, numa primeira fase, a importação de açúcar e, numa segunda, cobrir, na totalidade, as necessidades de consumo do país", ressalta Rui Gourgel.

N o que respeita à produção de biocombustíveis Rui Gourgel adianta que, "estamos, neste momento, a dominar tecnicamente o ciclo do bio-combustível e, logo que a legislação do país estiver preparada iremos avançar também para o bio-combustível".

O contrato entre a empresa, participada pela Damer com 40 por cento, Odebrecht também 40 por cento e Sonangol Holding com 'j apenas 20 por cento, foi assinado há escassos meses pelo Presidente da Agência Nacional de Investimento (ANIP), Aguinaldo Jaime e Rui Gourgel da Bicom.

O projecto prevê, no entanto, a criação de 500 empregos directos 700 indirectos e incorpora, fundamentalmente, mão-de-obra nacional – cerca de 2/3 do total.

No decurso da sua implementação, a mão-de-obra expatriada será gradualmente substituída e por quadros angolanos, que já se encontram a receber formação no Brasil, sendo 62 profissionais, especialmente técnicos superiores e médios ligados às áreas industrial e agrícola, no qual 40 são actuais bolseiros pela Biocom .

9.3 Ferro de engomar prova “ estamos sempre a subir e a descer “

Jornal Folha 8

6 de Fevereiro de 2010

Em Angola, onde quer que se esteja, se houve dizer "estamos sempre a subir". Em contrapartida, factos ocorrem a contrariar, a dizer não ser bem assim, em virtude e, em muitos casos, se estar a descer, como é o uso cada vez mais frequente do ferro de engomar a ‘carvão devido os constantes cortes de energia.

Passar longos anos a engomar com ferro eléctrico para de repente mudar para o velho tempo é dos tais casos que desmentem, categoricamente, quem diz que subir em Angola é uma constante.

Cresce o número de cidadãos frustrados por passarem meses a fio, em energia eléctrica. O fenómeno que primeira vista parece minimizável vai-se tornando, pouco a pouco, complexo e gerador de problemas de vária ordem

Exemplo disso ocorreu na Vila Alice, Luanda, onde um cidadão que e dá pelo nome de Jorge de Freitas ameaçou agredir a sua esposa Fernanda Jorge, por, alegadamente, há dois meses, não estar a preparar o seu vestuário o como devia.

Longe de saber das causas do pouco jeito de engomar que estava a revelar a esposa, Jorge chegou mesmo a alegar que Fernanda não lhe estava a alisar as camisas como manda a lei, por eventuais faltas de tempo, originadas por razões menos importantes.

Com a calma que a caracteriza, a senhora fez entender ao marido que tudo se deve ao facto de deixar de usar o ferro, ora forçada a utilizar por falta ele energia eléctrica, agravada pela avaria do gerador. Passam anos. Convencido, Freitas lembrou à esposa que outras pessoas têm tido mais dificuldades, em virtude de usarem o ferro de aquecer no fogão em vez do a carvão, por debilidade de se encontrar o segundo à venda, como consequência de, durante muito tempo, ser considerado fora de uso.

9.4 Chuvas Desalojam famílias no Moxico

Jornal de Angola

13 de Fevereiro de 2010

As chuvas que se abatem na província do Moxico, desde o passado mês de Novembro, provocaram o desalojamento de sete mil famílias dos municípios do Alto-Zambeze, Luacano, Luau, Leua, Cameia, Lumbala Nguimbo e do município sede daquela parcela do país.

A informação foi prestada pelo comandante provincial da Polícia Nacional e porta-voz da Comissão de Protecção Civil, Elias Dumbo Livulo, no final da sessão do conselho provincial de Auscultação e Concertação Social, que teve lugar na cidade do Luena,

Dumbo Livulo adiantou que, durante o período em causa, as chuvas provocaram vários danos, com I destaque para a destruição de 961 I casas, 21 pontes, 17 escolas e igual número de igrejas, que ficaram sem os tectos, e 31 lavras submersas..

Durante o encontro, o conselho I recomendou ao governo que adopte medidas que visem minimizar as inúmeras dificuldades que a população sinistrada enfrenta.

9.5 Chuvas desabriga famílias

Semanário Factual

19 á 26 de Fevereiro de 2010

No município do Cazenga, por exemplo, os transtornos fizeram-se sentir nos campos de acolhimento onde estão instaladas as famílias desalojadas em consequência das fortes quedas pluviométricas do ano de 2007. Nesta zona, algumas tendas foram arrasadas pelo vento que deixou desabrigadas várias famílias.

Marta Lourenço, moradora do centro de acolhimento da Terra-vermelha, falou ao Factual que "a situação nas tendas está cada vez mais pior, principalmente neste período chuvoso, pois várias tendas se encontram danificadas pelo tempo e quando chove somos obrigados a dormir em cadeiras com as crianças".

Segundo Marta, algumas tendas foram mesmo arrancadas pela ventania que se fez acompanhar de forte chuva.

Devido ao acontecimento, os moradores do campo da Terra-vermelha mostram-se agastados pelo tempo que aí se encontram e pedem a quem de direito que solucione o mais rápido possível este problema que se arrasta há muito tempo.

Por outro lado, algumas pessoas ainda no município do Cazenga foram obrigadas a abandonar as suas residências por causa das enxurradas que deixaram inundadas cerca de 40 casas na zona 18/7a avenida. A situação nesta zona já dura há dois anos e, segundo os sinistrados, "a Administração municipal do Cazenga nada tem feito no sentido de tentar reverter o quadro degradante notável.

António Nascimento, morador da referida zona, afirmou que "nós só conseguimos viver nesta área no tempo de cacimbo. Quando chega o tempo chuvoso, temos de alugar outra casa. A situação é do conhecimento da administração do Cazenga há já dois anos e até ao momento nada tem sido feito para minimizar o caos em que vivemos.

A chuva deixou também as ruas inerentes ao município do Range! Completamente obstruídas, devido aos níveis da água bem como à existência de buracos e lamaçais.

O morador Alfredo Sousa considerou que são totalmente deploráveis as condições em que se vive em algumas ruas em resultado da chuva que caiu sobre Luanda.

"Acho que as causas destas inundações nas zonas periféricas têm a ver principalmente com a não conclusão das obras. Por este motivo, quem deve ser responsabilizado é o Governo Provincial de Luanda que não exige às empresas o cumprimento dos seus contratos", rematou.

No município de Cacucaco, as quedas pluviométricas deixaram inundadas ruas, casas e igrejas, facto que causou a ausência dos fiéis bem como impediu a realização de alguns cultos.

Maria Cândida, uma das fiéis da capela de São Pedro, no Kikolo, explicou que encontrou muitas dificuldades para se deslocar até à Igreja onde frequenta regularmente os cultos devido às vias inundadas pela água e o lamaçal,

"Quem achou que tinha fé no seu coração apareceu na missa, embora ter fé em Deus não se confine em apanhar chuva ou jogar na lama, pois pode causar sérios problemas à saúde. Necessário é saber que Deus está com o homem em todo lugar e hora e no momento isto é o fundamental", esclareceu a fiel

Por fim, para além das grandes dificuldades de circulação de pessoas e viaturas devido ao nível da água e lamaçal, a situação piora com a probabilidade de propagação de várias doenças. pelo, acumular de água e de lixo nas diversas vias da periferia.

9.6 Chuva : O alerta para garantir Protecção

Semanário Factual

19 á 26 de Fevereiro de 2010

Sendo um fenómeno natural e previsível pela meteorologia, sempre que a chuva se renuncia deviam as autoridades preparar-se para enfrentar a fúria desse elemento, principalmente quando acompanhado de ventos fortes.

Sabe-se que em Angola o período chuvoso vai de 15 de Agosto a 15 de Maio quando, finalmente, as pessoas suspiram tranquilas porque chega o cacimbo ou a época seca, motivo para a aquisição de roupa apropriada para a estação, nomeadamente casacos, tendo em conta que nessa fase são constantes as doenças respiratórias.

Mas desse período não falo porque se a saúde tem de ser protegida, deve ser mais no tempo chuvoso do que no quente. E porquê? Porque as notícias que vêm chegando de várias regiões do país são, às vezes, aterradoras, pois que gente ficou desabrigada, perdeu os seus bens e até faleceu em consequência da chuva. Depois, são apelos, hipócritas, para ajuda aos necessitados que tudo perderam em função das quedas pluviométricas.

Aliás, maior apelo vai para a protecção civil, órgão que tem a missão de intervir sempre que acontece uma calamidade.

Porém, sendo previsível, o correcto é verificar o modo de vida das populações em zonas de risco antes que chova, pois casas de adobe, de chapas de zinco ou de pau-a-pique são susceptíveis de virem abaixo em função de enxurradas, de deslizamentos de terra ou do transbordo dos rios.

E isto é tão comum que quase ninguém dá importância no tempo seco, quando o sol brilha mais, a terra fica mais sólida e compacta e quando os rios correm sinuosamente tranquilos, dando a sensação de serem imutáveis no seu percurso.

Mas, logo que chega o período chuvoso, as pessoas ficam de sobreaviso, mas nem toda a gente tem essa percepção e deixa-se estar mesmo vivendo em condições impróprias. O seu dia-a-dia decorre normalmente e quando o céu se cobre de nuvens anunciadoras de chuva as pessoas mantêm-se impávidas "porque o pior não vai acontecer".

Porém, desde o dilúvio, no tempo de Noé, a chuva mostrou ser impiedosa, persistente e até aterradora quando do céu caem cântaros de água em velocidade seguidos de ventos fortes e trovoadas ameaçadoras. Nessa altura, as pessoas bendizem-se, dizendo alto: Santa Bárbara!

E, às vezes, já é tarde, os rios sobem o seu caudal, árvores são derrubadas, raios atingem casas e o chão, e o resultado é visível: gado morto, casas deitadas abaixo e invadidas pelas águas, terras deslizantes vão para os rios e quem estiver por perto é arrastado.

Este "espectáculo" não é novo, sendo frequente em toda a parte. Mas porque se deixa chegar a este nível quando durante o período de tempo seco podiam ser criadas as condições para se evitarem desastres dessa natureza que só destoem lares e levam vidas?

É "o espírito de deixa andar", o desinteresse pela "ida alheia, é "marimbar-se", enfim a política de "cada um por si, Deus por todos", adágio tão antigo quanto o homem!

No entanto, as autoridades criaram agora um sector dedicado à Protecção Civil e Bombeiros, dirigido pelo Vice-ministro Eugénio Laborinho. Com esta estrutura, o governo pretende maior controlo dos vários casos que venham a acontecer pelo país, particularmente no que toca aos fenómenos naturais.

Assim sendo, esta estrutura de irá proceder a uma vistoria sobre o "modus vivendi" das populações angolanas, mormente aquelas que vivem em encostas de montanhas, junto a margens de rios e em zonas onde ravinas insistem em fazer morada sem que alguém se digne intervir para estancar a erosão do solo.

Ainda estamos em tempo de chuva que só vai terminar em Maio, mas necessário se torna esse trabalho de vistoria de modo a prevenir-se situações semelhantes às acontecidas na província do Kuando Kubango, onde deslizamentos de terra asfixiaram pessoas, incluindo crianças, Cunene, onde o rio cuporololo subiu e inundou e destruiu (de casas dos habitantes ribeirinhos, com mortes à mistura .

Por isso, antes que s feche as torneiras do céu,

Protecção Civil e Bombeiros devem arregaçar mangas e partir trabalho, não vá a chuva pôr a nu as debilidades dos humanos onde quer que seja!

9.7 Serviço de Protecção prevê aumento de calemas

Jornal de Angola

27 de Fevereiro de 2010

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros alertou para o aumento das calemas, em toda a extensão da orla marítima angolana.

Em declarações prestadas ontem à Angop, em Luanda, o porta voz do Serviço de Bombeiros, Faustino Sebastião Camonje, disse que as calemas poderão atingir até' dois metros de altura e serão acompanhadas de fortes ventos, segundo os sistemas de alerta montados em alguns pontos no litoral, nas províncias de Cabinda, Zaire, Bengo, Benguela e Namibe.

"Alertamos a população residente ao longo da orla marítima, frequentadores de praias e pescadores a tomarem as maiores cautelas possível" . As calemas, iniciadas na segunda quinzena de Fevereiro, causaram a morte de duas pessoas e a destruição de residências no Namibe e Benguela.